

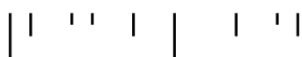


**REINserÇÃO SOCIAL DE EX-RECLUSOS  
NA  
SOCIEDADE:  
Políticas, Programas e Percursos**

Cristiana Margarida Costa Carvalho

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para obtenção de grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária

2024-2025



# REINserÇÃO DE EX-RECLUSOS NA SOCIEDADE: Políticas, Programas e Percursos

Cristiana Margarida Costa Carvalho

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para  
obtenção de grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária.

Orientadora:

Professora Maria João Hortas

Co-orientadora

Professora Joana Campos

2024-2025

| ' ' | | ' ' |

“Ser pela liberdade não é apenas tirar as correntes de alguém, mas viver de forma que respeite e melhore a liberdade dos outros.”

Nelson Mandela

Dedicatória

Ao Jorge, à Dulcina.

À mãe e o pai.

Ao porto de abrigo.

## **AGRADECIMENTOS**

A presente dissertação é o resultado de um trabalho coletivo, onde pessoas e instituições desempenharam papéis essenciais. Agradeço profundamente a todos que, de alguma forma, contribuíram para sua realização.

Quero evidenciar a disponibilidade das instituições que permitiram a concretização deste trabalho. Agradeço, profundamente, aos seis homens que aceitaram partilhar partes das suas vidas. Sabemos que nem sempre é fácil abrir determinadas gavetas. Obrigada, também, às Técnicas de Reinserção Social, que fizeram a ponte necessária para que as entrevistas acontecessem.

Às professoras Joana Campos e Maria João Hortas, agradeço a disponibilidade constante, a motivação e as oportunidades de recomeçar. Obrigada por tantos ensinamentos ao longo do percurso.

À minha família, Jorge e Dulcina, este trabalho é para vocês. Obrigada por sempre me permitirem voar. Todas as vezes que voei, sabia que, se caísse, estaria amparada.

À Ana e à Diana, pela amizade e companheirismo de tantos anos.

À Cristiana Costa, pela cumplicidade e pelas risadas compartilhadas.

À Ana Luís, Cristiana Santos e Maria Tereso, por provarem que amizades verdadeiras transcendem tempo e distância. Tenho a certeza que as nossas versões de há nove anos estão muito orgulhosas de quem nos tornámos.

A ti, Diogo, obrigada pela ajuda nos últimos metros até à meta.

A todos que passaram pela minha vida e deixaram a sua marca: sou profundamente grata. Obrigada.

## RESUMO

A reinserção de ex-reclusos na sociedade é um desafio complexo, marcado por barreiras sociais e estigmas e a necessidade de redes de apoio. A falta de apoios que deem oportunidade para que estes indivíduos possam recomeçar é uma lacuna e, lamentavelmente, pode contribuir para a reincidência criminal, evidenciando a importância de pilares que facilitem o processo de recomeço. Partindo deste problema, a presente investigação, desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, tem como problemática: o conhecimento de percursos de reinserção social de ex-reclusos, no período de cumprimento e pós pena. Propõe-se, assim, analisar os principais fatores e intervenientes no processo de reinserção social de ex-reclusos, adotando uma abordagem qualitativa tendo como pano de fundo a Educação Social. O estudo baseou-se em entrevistas semiestruturadas a seis ex-reclusos realizadas por Técnicas de Reinserção Social, que atuaram como mediadoras no processo, devido aos constrangimentos do período pandémico (COVID19). A análise das entrevistas, complementadas por análise documental, permitiu compreender os percursos de vida dos participantes com foco na identificação de desafios vivenciados, como discriminação e dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, bem como fatores facilitadores, como suporte familiar e programas de reabilitação.

Os resultados revelam que, embora existam iniciativas voltadas para a reinserção, a sua eficácia ainda é limitada, devido à falta de articulação entre as entidades e as necessidades individuais dos ex-reclusos. Conclui-se que a criação de estratégias mais integradas e humanizadas é essencial para superar os desafios da reinserção social. Este estudo pretende contribuir para um debate sobre a inclusão social e oferece uma reflexão de possíveis conhecimentos práticos para o melhoramento de intervenções na área.

**Palavras-chave:** Educação Social; (Ex-)reclusos; Técnicos de Reinserção Social; Reinserção Social.

## **ABSTRACT**

The reinsertion of former inmates into society is a complex challenge that is often restricted by social barriers, stigmas, and the need for support networks. The lack of support systems that provide opportunities for these individuals to start over is a gap and, unfortunately, can contribute to recidivism, emphasizing the significance of key pillars that can support the process of restarting. Based on this problem, the present research, developed within the scope of a Master's in Social Education and Community Intervention, addresses the issue of understanding the pathways for social reinsertion of former inmates during their incarceration and post-sentence. It aims to analyze the primary factors and parties involved in the social reinsertion process of former inmates, using a qualitative approach grounded in Social Education. The study was based on semi-structured interviews with six former inmates conducted by Social Reinsertion Technicians, who acted as mediators in the process due to the constraints of the pandemic period (COVID-19). The analysis of the interviews, along with document analysis, provided insights into the participants' life journeys. It highlighted the challenges they faced, such as discrimination and difficulties accessing the job market, as well as the supportive factors that aided them, including family support and rehabilitation programs.

The results indicate that, while reinsertion initiatives exist, their effectiveness is limited due to a lack of coordination among entities and varying individual needs of former inmates. It is concluded that developing more integrated and human-centered strategies is essential for addressing the challenges of social reinsertion. This study aims to contribute to the discussion on social inclusion and offers a perspective on potential practical insights for enhancing interventions in this area.

**Key-Words:** Social Education; Former inmates; Social reinsertion Technicians; Social Reinsertion

# ÍNDICE

Introdução.....	1
<i>I. Educação Social e Estabelecimentos Prisionais.....</i>	<i>5</i>
1.1. Educação Social.....	6
1.2. Estabelecimentos Prisionais e Cumprimento de Penas.....	10
1.3. Situação de Reclusão e Identidade.....	13
<i>II. Intervenção Social com Reclusos nos Estabelecimentos Prisionais.....</i>	<i>18</i>
2.1. Técnicos de Reinserção Social.....	19
2.2. Apoio à Reinserção Social.....	21
<i>III. Reinserção Social.....</i>	<i>27</i>
3.1. A Sociedade e os Ex-reclusos.....	28
3.2. “Pilares” da Reinserção Social.....	30
3.3. Reinserção em Liberdade.....	32
<i>IV. Estratégias e Procedimentos Metodológicos.....</i>	<i>36</i>
<i>V. Da Prisão à Reinserção Social:.....</i>	<i>43</i>
5.1. Da Prisão à Reinserção Social: Medidas, Técnicos e Associações.....	44
5.1.1. Reclusos no Sistema Prisional Português: Breve Contextualização.....	45
5.1.2. Medidas de Reinserção Social: Normativos, Programas e Projetos.....	52
5.1.2.1. Normativos.....	52
5.1.2.2. Programas e Projetos.....	55
5.1.2.3. Liberdade Condicional, Vigilância Eletrónica e Reincidência.....	58
5.2. Processo de Reinserção Social: TRS e Associações.....	58
5.2.1. Apoio dos TRS aos Ex-reclusos.....	58
5.2.2. Associações de apoio aos Ex-reclusos.....	60
5.3. Da Prisão à Reinserção Social: Percursos de Ex-reclusos.....	65
5.3.1. Retratos de Ex-reclusos.....	65
5.3.1.1. João.....	65
5.3.1.2. Manuel.....	67
5.3.1.3. Francisco.....	69
5.3.1.4. Pedro.....	71
5.3.1.5. Marco.....	72

5.3.1.6. Paulo.....	74
5.4. Reinscrição Social: Pilares e Fatores Promotores e Inibidores.....	75
<i>VI. Conclusão.....</i>	<i>86</i>
<i>Referências.....</i>	<i>89</i>
<i>Anexos.....</i>	<i>94</i>
Anexo A – Guião De Entrevista.....	95
Anexo B – Modelo Do Termo De Consentimento Informado.....	98
Anexo C – Entrevista a trabalhador da associação.....	99
Anexo D – Entrevista de João.....	101
Anexo E – Entrevista de Manuel.....	113
Anexo F – Entrevista de Francisco.....	123
Anexo G – Entrevista de Pedro.....	130
Anexo H – Entrevista de Marco.....	137
Anexo I – Entrevista de Paulo.....	148

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da população reclusa, lotação e taxa de ocupação a nível nacional 2015-2022 .....	45
Quadro 2 - Pessoas a cumprir pena e medidas privativas da liberdade a 31/12/2022 por género e faixa etária.....	46
Quadro 3 - Tipologia de crimes cometidos em 2022 .....	46
Quadro 4 - Nacionalidade dos reclusos em 2022.....	46
Quadro 5 - Nacionalidades predominantes em Portugal, 2022 .....	47
Quadro 6 - Nacionalidades dos reclusos em 2022 .....	48
Quadro 7 - Reclusos integradas em cursos de formação escolar, 2022-2023 .	49
Quadro 8 - Reclusos integrados em cursos de formação profissional, 2022 ...	50
Quadro 9 - Ocupação Laboral dos reclusos, 2022 .....	51
Quadro 10 - Material e estupefacientes apreendidos nos estabelecimentos prisionais, 2016-2022 .....	52
Quadro 11 - Programas aplicados aos reclusos.....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

ES – Educação Social

EP – Estabelecimento Prisional

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

PS – Pedagogia Social

PIR – Plano Individual de Readaptação

RAVE – Regime Aberto Voltado para o Exterior

RAVI – Regime Aberto Voltado para o Interior

TRS – Técnicos de Reinserção Social

# INTRODUÇÃO

| ' ' | | ' ' |

Boaventura dos Santos (2003), refere que a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa “recomenda a uniformização dos objetivos dos sistemas prisionais dos Estados-membros, que considera deverem possibilitar ao recluso orientar a sua vida, após a reclusão, de uma forma socialmente responsável; protegê-lo de abusos por parte da administração; e proteger as suas famílias de um sofrimento injusto resultante do seu encarceramento” (Santos, 2003, p.64). Refere, ainda o autor, que o recluso necessita de apoio

quer na fase pré-libertação, onde se conjugam as questões do ensino, da formação e do trabalho, quer na fase pós-libertação é essencial. Na primeira fase (...) saídas precárias e liberdade condicional revelam-se de enorme importância para evitar os efeitos dessocializadores da pena de prisão, permitindo uma preparação progressiva para a libertação (Santos, 2003, p.115).

Desta forma, podemos concluir que a reinserção de ex-reclusos na sociedade é um desafio de grande complexidade, isto porque, lado a lado com quem acabou de cumprir uma pena permanece o estigma associado à condenação. Num lado da balança temos o sistema prisional com o propósito de “reabilitar” e preparar os reclusos para uma nova vida na sociedade, do outro lado, temos a realidade enfrentada pelos ex-reclusos na sociedade. O retorno à “vida em sociedade”, muitas vezes, marcado pelo estigma e pela exclusão social, decorre inevitavelmente com grandes dificuldades de acesso ao emprego, à habitação e todos os elementos necessários para uma reinserção social digna e modo de vida independente. A falta de oportunidades, juntamente com a ausência dos pilares essenciais e das redes de apoio, torna a reinserção um processo mais difícil, fazendo com que os ex-reclusos fiquem numa situação de vulnerabilidade a uma possível reincidência na situação que antes os conduziu à prisão. Tal como Boaventura dos Santos afirma: “...sem o acompanhamento adequado, perdem-se as oportunidades que as visitas, as saídas precárias ou a liberdade condicional proporcionam ao recluso, como por exemplo, a oportunidade de retomar o contacto com o grupo familiar...” (Santos, 2003, p.116).

Por isso, é necessária uma procura constante de soluções que promovam a inclusão dos ex-reclusos. É essencial para criar uma sociedade mais justa e reduzir a reincidência, investir em programas de reinserção social para aqueles a quem o sistema judicial pretende oferecer uma segunda oportunidade.

A presente pesquisa procura explorar quais as principais barreiras enfrentadas pelos ex-reclusos na tentativa de recomeçar uma nova vida em sociedade, procurando compreender em que medida o apoio dos programas e dos respetivos técnicos no processo de reinserção contribuem para mitigar o estigma e a condição de exclusão social em que se encontram os ex-reclusos. Segundo Bruto da Costa (2002), os problemas sociais não são coincidência, são o resultado da organização da sociedade. Na perspetiva do autor

quem cria as políticas sociais, imagina os problemas, a sociedade e os indivíduos de uma maneira, mas a realidade é outra. (...) a sociedade ainda não criou uma cultura de direitos. A sociedade não está preparada para mudanças sociais. É necessário que se explique à opinião pública o que é a pobreza, a exclusão (Bruto da Costa, 2002, citado por Sousa, 2015, p.20).

A presente investigação, desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, propõe-se responder à seguinte problemática:

*O conhecimento de percursos de Reinserção Social de ex-reclusos, permite compreender o envolvimento de diferentes protagonistas no processo, no período de cumprimento e pós pena.*

Na construção da análise desenvolvida no âmbito desta problemática procurámos responder a duas questões orientadoras da análise sobre os fatores/aspetos que podem influenciar o processo de reinserção social dos ex-reclusos. Uma primeira, relativa à importância dos Técnicos de Reinserção Social (TRS), durante e após o cumprimento da pena na vida dos ex-reclusos. Uma segunda que se prende com as estratégias utilizadas para facilitar a reinserção social dos ex-reclusos.

Estas questões orientaram a análise das experiências dos ex-reclusos, abrindo caminho para uma compreensão aprofundada dos fatores que parecem influenciar o sucesso ou insucesso da reinserção e identificar possíveis intervenções que possam facilitar o seu regres

à sociedade. Como objetivos orientadores da análise definimos os seguintes:

- a. Esclarecer o papel dos TRS nos estabelecimentos prisionais relativamente às competências que os reclusos desenvolvem para a sua reinserção na sociedade.
- b. Conhecer as representações/perspetivas dos ex-reclusos sobre a sua reinserção na sociedade.
- c. Analisar as dificuldades vividas durante o processo de reinserção social.
- d. Confrontar as propostas dos programas de reinserção social com os processos vividos pelos ex-reclusos.
- e. Identificar os pilares essenciais para a reinserção social.

Para dar resposta à questão problemática, optámos por dividir o trabalho em sete capítulos. O primeiro capítulo intitula-se “Educação Social e Estabelecimentos Prisionais”, com apresentação de uma breve contextualização do conceito de Educação Social (ES) e de como a educação não é apenas escolar, mas também social, pois também está presente na família, assim como noutras esferas da comunidade. É também apresentado o pensamento sobre Pedagogia Social (PS), no que se prende com as suas quatro etapas. Neste primeiro capítulo é ainda realizada uma breve exploração sobre a evolução do que entendemos por prisão. O capítulo é concluído com a discussão da relação entre a identidade dos indivíduos e a situação de reclusão.

O segundo capítulo – “Intervenção Social com Reclusos nos Estabelecimentos Prisionais”, aborda o trabalho dos TRS nos estabelecimentos prisionais (EP) e o modo como a intervenção para a reinserção se inicia no interior da prisão, a partir de programas dirigidos aos reclusos, para que seja iniciado o processo de reinserção social.

O terceiro capítulo “Reinserção Social” refere-se à sociedade e aos estigmas que, maioritariamente, os ex-reclusos vivem desde que cumprem a pena, centrando-se no conceito de reinserção e nos “pilares” essenciais para que o processo seja menos difícil.

O quarto capítulo “Estratégias e Procedimentos Metodológicos” ocupa-se dos procedimentos metodológicos realizados ao longo desta investigação e das mudanças necessárias para que fosse possível a concretização da mesma. Nomeadamente a opção pela realização de entrevistas e operacionalização das mesmas, assim como o

processo de recolha de informação complementar, considerada relevante, recolhida no site Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e no Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2022.

No quinto capítulo “Reflexões e Percursos de vida” apresentam-se os retratos dos entrevistados, assim como as experiências da vida. No capítulo seguinte, encontra-se a discussão dos resultados.

No sétimo capítulo apresentam-se as principais conclusões desta dissertação, bem como sugestões/ideias para futuras investigações atinentes à problemática de estudo.

**I. EDUCAÇÃO SOCIAL E  
ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS**

| | ' ' | | | ' |

## 1.1. Educação Social

Apesar da ES ser considerada uma área profissional recente e cuja a identidade profissional ainda se encontra em construção, a história desta profissão conta já com praticamente 50 anos, tendo-se iniciado entre as décadas de setenta e oitenta (Correia et al., 2014).

Martinez (1991), citado por Timóteo e Bertão (2012), refere que os dois principais fatores do desenvolvimento da ES são a democratização das sociedades e a exigência dos sistemas de proteção social, isto porque, “os ideais humanitários, de igualdade e de justiça social impulsionam o estabelecimento de medidas de política social” (Timóteo & Bertão, 2012, p.13). Neste seguimento, é importante referir que “as mudanças no conceito de educação, que resultaram da sua aproximação à dimensão social, aproximam-na de um sistema aberto a novas populações, a novos contextos, adquirindo uma função permanente”, ou seja, a educação não acontece apenas por um período na vida do indivíduo, mas sim durante toda a sua vida (Timóteo & Bertão, 2012, p.13). Portanto, o Educador Social, juntamente com outros profissionais, tem a responsabilidade de ajudar no desenvolvimento das dimensões e funções da educação que vão surgindo (Timóteo & Bertão, 2012).

Quando se tenta definir ES, torna-se difícil, isto porque são diversas as perspetivas de diferentes autores, não existindo uma maneira única de definir ES. Diaz (2006), refere-se a dois autores, Jordi Riera e José Ortega, que apresentam definições distintas de interpretar o termo ES (Díaz, 2006). A ES não é uma ciência, isto porque, não tem um objeto nem um método próprio, tratando-se sobretudo de uma abordagem que pode assentar em modelos de intervenção adaptados às várias situações e contextos. Segundo Riera (1998), citado por Diaz (2006), a “educação social não é uma ciência, mas deve ser sustentada numa disciplina científica que teorize e conceptualize, que investigue, organize, recompile e sistematize os conhecimentos com ela relacionados”. Defende, também, que a pedagogia social é a ciência da ES (Díaz, 2006, p. 98).

Por outro lado, quase no mesmo ano, neste caso, em 1999, Ortega afirmou que a ES é “uma progressiva e contínua configuração do indivíduo”; é “dimensão inseparável”, ou seja, a educação que acompanha o indivíduo durante toda a sua vida. Por isso, a educação não deve ser circunscrita à experiência escolar, refere-se sim a todos os espaços e dimensões da vida. Como defende Diaz, toda a educação deve ser social, pois está presente na família, na escola e na comunidade. O autor acrescenta

ainda que a ES “promove e dinamiza uma sociedade que educa e uma educação que socializa, integra e ajuda a evitar, equilibrar e reparar o risco, a dificuldade ou o conflito social” (Díaz, 2006, p.99).

As diferentes concepções de ES foram, essencialmente, marcadas por duas tradições históricas: a “formação para a socialização e uma vertente educativa do trabalho social ou como ação social” (Cabanas, 1998, citado por Timóteo & Bertão, 2012, p.13). Relativamente à perspetiva da ES entendida como formação para a socialização terá sido a responsável pela definição e disseminação do conceito *clássico* de ES, considerado esta uma componente da educação do indivíduo, confundindo-se como a educação moral, religiosa e política. Radica-se nesta perspetiva, a valorização da inserção do indivíduo no(s) grupo(s) e nas regras de convivência, visando o respeito ao outro e o saber viver em sociedade cumprindo os valores e as normas comuns (Cabanas, 1998, citado por Timóteo & Bertão, 2012). A outra perspetiva, aproxima-se mais da vertente educativa do trabalho social ou como ação social, tal como surge na Alemanha, no período pós Primeira Guerra Mundial, em resposta ao acentuado aumento de problemas sociais. Trata-se de uma intervenção junto das populações com problemas sociais, não só do ponto de vista da reparação, mas também de forma preventiva ou de recuperação de população em risco ou em situação de exclusão social (Petrus, 1998, citado por Timóteo & Bertão, 2012). A existência destes problemas e os desafios decorrentes da necessidade de criar estratégias de resolução dos mesmos, estão na base da emergência do que é designado por PS (Díaz, 2006).

A PS, surge, portanto, na Alemanha, na primeira metade do século XX, na sequência do crescimento da sociedade industrial e de todos os problemas sociais então vividos, como por exemplo, o desemprego, os fortes movimentos migratórios, a pobreza, a exclusão, a delinquência e o abandono de menores. Perez Serrano (2003), citada por Diaz (2006), entende que o desenvolvimento da PS pode ser dividido em quatro etapas (Diaz, 2006). A primeira etapa, que ocorre entre 1850 e 1920, centra-se no pensamento do autor Paul Natorp que defende que o “homem individual é uma abstração” e, por isso, afirma que todo o ser humano é um ser social sendo essencial, para isto acontecer, a relação indivíduo-comunidade. Natorp defende que toda a pedagogia é social, pois é “contemplada a partir de uma determinada perspetiva, precisamente a da comunidade social” (Díaz, 2006, p.93).

Entre 1920 e 1933, a segunda etapa, coincide com o início do idealismo de Natorp e com o aumento dos problemas humanos e sociais como consequência da Primeira Guerra Mundial. Estes acontecimentos permitiram que nascesse o “movimento pedagógico social” que está ligado a Herman Nohl. Nohl vê a pedagogia como uma forma de ajudar a integração social da população jovem. Este autor tem uma opinião

contrária à de Paul Natorp, referindo que “a pedagogia social é apenas uma parte ou espaço da pedagogia geral, com fins específicos no sentido da formação popular, centrando-se em recursos que possam ser usados para prevenir, ajudar e recuperar a população jovem” (Díaz, 2006, p.94). Herman Nohl, evidencia a importância da vontade própria do sujeito desenvolvendo, assim, as suas capacidades e tendo como objetivo a sua orientação pedagógica. Menciona, também, “a necessidade de realizar acções científicas que contribuam para dotar de estatuto científico a pedagogia social” (Díaz, 2006, p.94).

A terceira etapa, entre 1933 e 1949, caracteriza-se pela utilização da PS para fazer publicidade à política limitando-se, assim, ao desenvolvimento de instituições e da própria ES (Díaz, 2006). Relativamente a teóricos de destaque nesta fase são Ernst Kriek e Alfred Bäumler que, como explica Diaz (2006) limitaram-se a “aplicar a sua teoria da educação aos problemas pedagógicos” não trazendo, desta forma, nenhum contributo para o desenvolvimento da pedagogia social (Díaz, 2006, p.94).

A ideologia de Ernst Kriek, apresentada por Diaz (2006), entende que “a comunidade é um organismo com vida própria, independente dos indivíduos e anterior a eles.” A educação tem por base a comunidade, evidenciando-se “na raça e no povo”, também defende que “é uma função originária do espírito e da comunidade.” No que se refere à PS apresenta “um carácter racial e com uma única visão do mundo”. Kriek defende o comunitarismo nacional propondo “o entrosamento e o serviço ao próprio povo como um todo, numa unidade de valores, sentimentos e atitudes” (Díaz, 2006, p.95).

Por fim, desde 1950, surge a quarta etapa em que é designada por Pedagogia Crítica cuja “teoria crítica estabelecerá, com carácter reflexivo-crítico, a ligação existente entre a educação e a estrutura social” (Díaz, 2006, p.95). Andrés Diaz, cita Cambi e Orefite (1996), referindo-se a alguns traços dessa pedagogia crítica que “propõe a partir de situações concretas dando importância às diferenças culturais e tendo em conta a memória histórica. Ela é autocrítica e usa a reflexão do coletivo como critério de valoração da prática. É dialética, utiliza o modelo ecológico e (...) aposta na dimensão relacional, intercontextual e intersistémica” (Díaz, 2006, p.95).

Em consequência das duas tradições, podem identificar-se dois grupos, o primeiro grupo reúne “perspetivas que consideram a ES como ‘didática do social’, como ‘adaptação’, como ‘socialização’, como ‘transmissão dos valores educativos’ e, ainda, como ‘prevenção e controlo social” (Timóteo & Bertão, 2012, p.14). Já no segundo grupo, encontram-se as “perspetivas da Educação social como ‘trabalho social e educativo’, como ‘ajuda a pessoas ou grupos em situações de maior vulnerabilidade social’ e como ‘aquisição de competências sociais” (Timóteo & Bertão, 2012, p.14).

Carvalho e Batista (2000), entendem que “a Pedagogia Social fornece as ferramentas teóricas necessárias para uma intervenção no terreno que vise ajudar a tecer laços sociais e a criar situações de aprendizagem potenciadoras de felicidade, de bem-estar e de autonomia de vida” (citados em Vieira & Vieira, 2016, p.25). Aproximando-se do segundo grupo, será então possível afirmar que a PS é a teoria que fornece modelos, metodologias e técnicas e, desta forma, permite que os educadores sociais apliquem a teoria (Correia et al., 2014).

Como assinalam Vieira e Vieira (2016), vários acontecimentos foram surgindo ao longo dos anos contribuindo para a consolidação da educação social, evidenciando-se, na mudança de entendimento da própria profissão de Educador Social. Neste cenário distingue-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no pós Segunda Guerra Mundial, pois “chamou a atenção para os ideais humanitários de igualdade social, justiça, solidariedade, fraternidade e hospitalidade” (Vieira & Vieira, 2016, p.57).

A emergência da ES em Portugal é o resultado de várias transformações sociais, económicas e culturais que, por sua vez, marcaram outros contextos, nomeadamente o modelo espanhol e francófono. O crescimento das sociedades contemporâneas por consequência da evolução tecnológica, fez com que surgissem alterações nos modos de vida e nas relações sociais. Inevitavelmente, estes fatores contribuíram para o agravamento de fenómenos como o desemprego, a precariedade laboral, a exclusão social e a marginalização dos grupos vulneráveis. Neste seguimento, é evidente a necessidade de adequar as políticas sociais e os modelos de intervenção, superando práticas assistencialistas de cariz emergencial e caritativo. Desta forma, afirma-se a ES como uma resposta inovadora, centrada numa intervenção pedagógica e social, orientada para a promoção da autonomia, da inclusão e da solidariedade (Azevedo & Correia, 2013)

Portanto, a expansão da ES, a nível nacional, deveu-se a várias causas, como o incremento dos setores desfavorecidos, a intensificação da exclusão social, o aumento de responsabilidade sob os problemas sociais, entre outros (Timóteo & Bertão, 2012).

Atualmente, a ES tem diversas áreas de intervenção, desde o trabalho com crianças a idosos e em diversos contextos, como por exemplo, em casas de acolhimento, no trabalho realizado diretamente com a população com problemas sociais, em contexto escolar, e também na educação penitenciária, em que atua diretamente com os reclusos, no interior de estabelecimentos prisionais e no exterior com as famílias e os ex-reclusos, no sentido de trabalhar a reinserção na comunidade (Vieira & Vieira, 2016).

A ES assume também características preventivas e pedagógicas que “tendem a resolver problemas de carência de algo que atinge alguns grupos sociais situados nas franjas da sociedade e, outras vezes, procuram prevenir problemas da população em geral assegurando os meios (...) para que tal aconteça” (Vieira & Vieira, 2016, p.27). Ana Maria Vieira (2013), citada por Ricardo Vieira (2016), refere que “quando nos referimos à Educação Social, referimo-nos, também, a um tipo de trabalho social de carácter educativo que desempenha funções pedagógicas procurando promover o bem-estar social” (Vieira & Vieira, 2016, p.27).

Ser profissional em ES significa, portanto, trabalhar *com* e *para* pessoas. Todas as pessoas, considerando-se, por isso, todos que são diferentes por terem características distintas e, por isso, a intervenção nunca é a igual, tendo de ser sempre adaptada e adequada consoante cada indivíduo, e a sua situação e o seu contexto.

## **1.2. Estabelecimentos Prisionais e Cumprimento de Penas**

Como vimos, o trabalho em prisões e com (ex)-reclusos, pela sua natureza, preventiva e pedagógica, é uma das áreas de ação da ES. Ora, a ideia sobre os EP que temos atualmente é diferente daquela que anteriormente se considerava, tendo sofrido alterações ao longo dos séculos. Na Antiguidade Clássica, já existiam locais destinados a punir indivíduos que cometiam crimes. Nos finais do século XVII e inícios do século XVIII, os castigos aplicados a quem cometia algum crime circunscreviam-se aos maus tratos corporais e tortura física, como por exemplo, o enforcamento e a pena por decapitação (Ermida, 2018).

Os EP surgem no final do século XVIII e princípio do século XIX com a finalidade de detenção deixando de existir a punição pública e a exposição do condenado (Sousa, 2015).

António Dores (2003), refere que a prisão:

Surge como um símbolo e uma esperança de modernidade. Refúgio de ressocialização para aqueles que ponham em causa as regras de civilidade que permite a vida urbana e em sociedade; garantia de igualdade formal no tratamento de toda a transgressão e de todo o transgressor, através de um sistema de transformação em tempo de prisão da culpa abstracta dos crimes cometidos em concreto; espaço de investimento filantrópico e de espírito de solidariedade para com os seres humanos caídos, digamos assim (Dores, 2003, p.77).

O objetivo das instituições prisionais é afastar os indivíduos da sociedade de forma a não cometerem novos crimes, tendo como missão reintegrar os reclusos na sociedade após estes cumprirem a pena (Ermida, 2018).

Goffman (1974), menciona a prisão “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974, p.11)

Michel Foucault (1987), é citado por Erminda (2018), que define a prisão como uma “peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: o acesso à comunidade”, também, menciona que “a prisão serve para punir e preparar o indivíduo para o seu futuro em liberdade bem como para a reintegração social, mas simultaneamente potencializa ainda mais o crime e o criminoso. Deste modo, considera que, ao contrário de ser ressocializado, o indivíduo é socializado para viver em reclusão” (Ermida, 2018, p.27).

Em Portugal, após a abolição da pena de morte, em 1867, os castigos corporais foram proibidos passando as penas dos crimes cometidos a ser cumpridas na prisão ficando os infratores, assim, privados da liberdade (Ermida, 2018).

Atualmente, segundo o artigo 2º do Decreto-Lei nº125 de 2012, de 28 de setembro, a DGRSP tem por missão “o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social.” Cabendo-lhe, assim, a responsabilidade “pela prevenção criminal, execução de penas, reinserção social e gestão dos sistemas tutelar educativo e prisional” (DGRSP, 2024). Dispõe de unidades onde as atribuições se centram na execução de penas e medidas correspondentes a serviços, sendo estes serviços constituídos por estabelecimentos prisionais, delegações regionais de reinserção. Nestes serviços, estão integradas equipas de reinserção social, equipas de vigilância eletrónica e centros educativos (DGRSP, 2024).

Os EP “garantem a execução das penas e medidas privativas de liberdade, contribuindo para a manutenção da ordem e paz social e a criação de condições de reinserção social dos reclusos” (DGRSP, 2024).

Em Portugal, as penas impostas por um crime cometido podem variar entre 1 mês a 25 anos, tendo os TRS o papel de apoio psicossocial, articulação com o exterior e elaboração de relatórios que serão enviados aos tribunais (DGRSP, 2023).

Segundo o artigo 12º do Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade, a partir da avaliação inicial e contínua realizada ao recluso, as medidas

podem ser aplicadas em regime comum, aberto ou de segurança. A execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime comum acontece em estabelecimentos prisionais ou numa unidade de segurança alta, sendo que os contactos com o exterior são autorizados conforme o disposto na lei. Relativamente à execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime aberto, esta ocorre em estabelecimento ou unidade prisional de segurança média sendo que o contacto com o exterior pode acontecer em duas modalidades: regime aberto no interior e regime aberto no exterior.

No regime aberto no interior, os reclusos desenvolvem atividades no perímetro do estabelecimento prisional, sendo vigiados. No nº 2 do art. 14º refere-se que os reclusos podem ser colocados neste regime quando são condenados a uma pena igual ou inferior a um ano ou então quando o recluso é condenado a uma pena superior a um ano e tem de ter cumprido um sexto da pena. No que se refere ao regime aberto no exterior, os reclusos podem participar em atividades que podem ocorrer no exterior da prisão e sem vigilância direta. Segundo o nº 4 do art.º 14º, para usufruir deste regime, o recluso tem de cumprir um quarto da pena e tem de ter uma licença de saída jurisdicional com sucesso, não podendo apresentar pendência de processo que implique a prisão preventiva.

Uma alternativa às penas cumpridas nos estabelecimentos prisionais, é a vigilância eletrónica que funciona a partir de privação de liberdade, permanecendo o acusado ou condenado na sua habitação. As equipas de vigilância eletrónica “asseguram a execução de penas, medidas com fiscalização por meios de controlo à distância, a assessoria técnica em fase pré-sentencial e o acompanhamento de penas e medidas de execução na comunidade relativas a processos penais em curso referentes a arguidos ou condenados sob fiscalização eletrónica” (DGRSP, 2024).

Em 1998, este tipo de vigilância começou a ser usada em Portugal, com a alteração do Código Penal. Porém, só em 2005 é que o sistema ficou disponível em todo o país. Ao longo dos anos a utilidade da vigilância eletrónica foi-se alterando. Começou por uma adaptação à liberdade condicional, com a proibição do contacto entre agressor e vítima de violência doméstica, foi, também, alargado aos reclusos que são portadores de doença, deficiência ou idade avançada e, por fim, foram incluídos reclusos condenados por crimes de perseguição (DGRSP, 2023). Esta modalidade apresenta diversas vantagens tanto a nível social como económico. A nível social permite ao indivíduo manter os laços familiares, não sofrendo dos estereótipos e efeitos de condicionamento que sofreria caso estivesse num estabelecimento prisional. Relativamente ao nível económico, há uma diminuição de custos por não serem necessários tantos recursos humanos num estabelecimento prisional (DGRSP, 2024).

Para além das vantagens mencionadas, a vigilância eletrônica coopera com a reinserção social, por ser facilitadora no processo de reconstrução pessoal, uma vez que os indivíduos têm autonomia, caso estejam autorizados, para continuar a trabalhar, frequentar a escola ou formação profissional (DGRSP, 2024).

### **1.3. Situação de Reclusão e Identidade**

No quadro da presente investigação é relevante abordar o conceito de identidade, pois refere-se a um processo que atravessa as experiências de vida dos indivíduos, sendo pertinente para que possamos perceber e compreender, sobretudo, as mudanças pelas quais se espera que os reclusos passem, incluindo a reinserção.

Cecília Silva (2012), toma o pensamento de Berger e Luckmann (2004), autores de referência para a compreensão do conceito de identidade, citando-os numa definição em que se explicita que a identidade: é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Por outro lado, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (Silva, 2012, p.15).

A mesma autora refere-se, ainda, à dualidade que a identidade apresenta, ou seja, a identidade para si que está relacionada com o modo como o indivíduo se vê a si próprio e a identidade para o outro, que se refere à perceção que os outros têm daquilo que veem (Silva, 2012). Dubar (1997), outro autor de referência na compreensão do conceito de identidade, explica que “a identidade para si e a identidade para o outro são inseparáveis, porque a primeira está correlativa ao reconhecimento do outro, admitindo-se que o individuo só sabe quem é através do olhar do outro” (Dubar, 1997, citado por Rodrigues, 2012, p.38).

O indivíduo não tem uma identidade estática, esta vai sendo moldada pelas experiências que vivencia, assim como, pelos valores e crenças em que acredita e, também, pelas relações e interações que estabelece com os outros, particularmente, com os seus pares, como referido por Luckmann e Berger, na citação anteriormente apresentada. Portanto, a identidade “depende tanto de julgamento dos outros como das suas próprias orientações e autodefinições, a identidade é um produto de sucessivas socializações” (Dubar, 1997, citado por Silva, 2012, p.17). No mesmo sentido, Dubar (1997), refere que a “identidade social não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos

diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições” (Silva, 2012, p.16). Isto é, admite-se e espera-se que haja no processo de vida mudanças e reconfigurações identitárias, trata-se de uma construção.

A construção da identidade está dependente de diversos tipos de fatores, tais como, fatores intrapessoais – relacionados com as características do próprio indivíduo e as características da personalidade -, fatores interpessoais – identificação com os pares – e fatores culturais – existência de valores sociais a que o indivíduo está exposto (Schoen-Ferreira et al., 2003).

Anteriormente, a explicação para que um indivíduo que cometesse algum tipo de crime e que tivesse um comportamento desviante assentava unicamente no nível biológico. No entanto, com a evolução científica emergiram teorias provenientes de várias áreas, o que tem contribuindo para o alargamento das explicações, pelo reconhecimento da complexidade deste tipo de comportamentos. Inicialmente, foi sobretudo a Biologia que contribui com explicações. A autora Cecília Silva (2012), toma o contributo de Gonçalves (2000), que se refere à explicação biológica, ao identificar a genética como fator, afirmando que “haverá uma influência genética se tivermos em conta que ela é produto, em grande parte, de características que dificultam a socialização da criança, nomeadamente, a impulsividade, a agressividade, a busca de sensações” (Silva, 2012. pp.5-6).

Mas, como dissemos, outras abordagens científicas foram sendo desenvolvidas, nomeadamente no campo da Psicologia. Foram várias as análises psicológicas feitas no âmbito desta disciplina, para compreender a vertente criminal do indivíduo. Entre diversas teorias, referimo-nos às que consideramos mais pertinentes para o presente estudo. A Teoria do Desvio Cultural de Shaw e Mckay apresentada em 1931. Esta teoria explica o crime através das mudanças sociais e da desorganização social e familiar que originaram o rompimento dos laços de coesão que existiam na comunidade (Silva, 2012). Já Miller (1958), citado por Cecília Silva (2012), mais tarde, defende uma teoria que está relacionada com o ambiente familiar das classes sociais mais desfavorecidas, onde as mulheres são a figura central e desempenham o papel de suporte familiar e os homens uma figura ausente. Posteriormente, surgiram mais contributos sociológicos, com focagem nos bairros sociais apontando-se para “a existência de contextos sociais fechados, fortemente estruturados em torno de valores, normas e costumes de uma sub-cultura desviante/delinquente...” (Silva, 2012. p.7).

Ainda no quadro da sociologia, é de salientar as perspetivas teóricas que partem da análise das desigualdades sociais que se traduzem numa maior ou menor oportunidade de uns indivíduos face a outros, podendo, também, ser uma causa para que os percursos de vida que passam pelo crime, que emerge como uma opção para

os que não têm oportunidades sociais e económicas. Isto porque, as oportunidades de emprego, de habitação e demais bens e recursos fundamentais, não estão no mesmo patamar de acesso, para todos, é precisamente na desigual distribuição de acesso a recursos e posições que se distinguem as classes sociais. A teoria da Anomia de Merton (1938), na senda do pensamento de Durkheim e do estrutural funcionalismo, explica que “é a sociedade que pela sua estrutura encoraja o indivíduo a praticar os atos passíveis de sanção” (Gonçalves, 2000, citado por Silva, 2012, p.7), sobretudo os das classes mais desfavorecidas.

Já nas teorias da aprendizagem social é evidenciada a importância do papel dos pais na vida dos filhos, assim como da identificação no processo de crescimento, ou seja, podemos conviver com criminosos, mas só nos tornamos como tal se nos identificarmos (Glaser, 1956, citado por Silva, 2012). Por fim, há ainda as teorias da etiquetagem social, defendidas por autores como Becker e Erikson, que:

demonstram que o comportamento de cada indivíduo está continuamente a ser codificado pelos outros que com ele interagem e vice-versa, havendo um processo contínuo de atribuição de significados às nossas ações e é mediante esses significados que o indivíduo orienta o seu comportamento (Silva, 2012, p.8).

Como vimos, as desigualdades sociais estão relacionadas com as condições e posições sociais e económicas dos indivíduos e afetam, por isso, as oportunidades a vários níveis, designadamente no acesso à educação e ao trabalho. O facto de a sociedade favorecer os mais fortes acaba, de certa forma, por marginalizar os mais fracos, por estes não terem as mesmas oportunidades (Gomes, 2008). Os processos de marginalização são marcados por estereótipos que têm vindo a ser criados ao longo dos séculos nas diversas sociedades.

A explicação para os comportamentos delinquentes deve-se, entre outros, como vimos, ao estatuto social, ao rendimento familiar, à educação que o indivíduo tem, tipo e condições de habitação, dificuldades económicas, mas também à privação de afetos. Segundo Gomes, a privação afetiva pode representar um maior risco para futuros comportamentos delinquentes (Gomes, 2016). Cordeiro (2003), citado por Gomes, (2016), assinala que os indivíduos com comportamentos antissociais estão mais suscetíveis aos fatores de risco. Isto porque, têm mais dificuldade em estabelecer relações com os pares, são impulsivos e não sabem lidar com a frustração, integrando assim mais facilmente grupos marginais. Em contraponto, a existência de fatores de proteção poderá evitar os comportamentos de delinquência, mesmo havendo na vida do indivíduo fatores que possam potenciar esse comportamento. Um bom ambiente familiar, com os pais presentes ou outros cuidadores, uma relação afetuosa com regras

e limites, um espaço para que se possa crescer e aprender com os erros, são alguns exemplos desses fatores protetores. Portanto, segundo estes autores, a escola e o ambiente e experiências que se vivem na mesma, pode reduzir a suscetibilidade de delinquência sendo, assim, também um fator protetor e de prevenção (Gomes, 2016).

Quando o indivíduo comete algum delito e é privado da liberdade, indo preso, passa por um processo de adaptação, tanto a nível individual como social (Gonçalves, 2008, citado por Gomes, 2016). O sociólogo norte-americano Clarence Shang, em 1961, identificou quatro grupos entre os reclusos: os pró-sociais, os pseudossociais, os antissociais e os associais. Segundo este sociólogo, os pró-sociais são os indivíduos que cometeram crimes violentos, tais como, homicídio, ou outros crimes não tão graves. No entanto, independentemente dos crimes cometidos, as motivações são extremas e irrepetíveis, mantendo um bom relacionamento com os guardas e os restantes reclusos. Os pseudossociais cometeram crimes como fraudes, burlas ou falsificações. As habilitações literárias e profissionais destes criminosos são geralmente superiores e no estabelecimento prisional adotam uma postura de rentabilização da situação, tentando tirar partido do que a condição de reclusos lhe possa dar. Os antissociais são os indivíduos que estão familiarizados com o mundo da criminalidade e com o universo prisional, sendo geralmente conflituosos, não aceitando as regras das prisões. Por fim, os associais, que apresentam patologias, tendo o seu crescimento sido pouco estruturado e, por vezes, mesmo privados de vida familiar, em instituições. Nas prisões são os mais geradores de conflitos, parecendo não incorporar os efeitos das sanções e punições (Fonseca, 2018).

A prisão separa os reclusos das suas relações criadas no exterior, apesar de terem direito a visitas regulares. As relações destes indivíduos passam a ser vividas nos espaços prisionais e, desta forma, acabam por ser excluídos socialmente, pois as relações com o exterior vão-se tornando mais fracas (Cunha, 2003, citado por Sousa, 2015). Como refere Rosa: “Um indivíduo internado numa instituição total como a prisão, com uma estada longa, pode estar sujeito a um “desculturamento”, ou seja, a um “destreinoamento” que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspetos da sua vida quotidiana” (Rosa, 2010, citado por Sousa, 2015, p.34)

No EP pode existir o risco de perda de laços com a comunidade de pertença e com a família. A possibilidade de os reclusos trabalharem na prisão objetiva contribuir para que estes se reconfigurem identitariamente, para que em fases posteriores lhes seja possível a (re)criação de laços sociais com a família e outras esferas de sociabilidade. Também porque, através da remuneração do trabalho, muitos dos reclusos conseguem ajudar a família a nível económico, podendo assim atenuar a situação de precariedade em que se encontrem, em resultado de reclusão. Portanto, a

possibilidade de auferir rendimentos pode contribuir para a manutenção e renovação das ligações familiares, seja do ponto de vista económico, seja do ponto da unidade familiar (Sousa, 2015).

**II. INTERVENÇÃO  
SOCIAL COM RECLUSOS  
NOS  
ESTABELECIMENTOS  
PRISIONAIS**

| ' ' | | ' ' |

## 2.1. Técnicos de Reinserção Social

O trabalho dos TRS é exigente e multidimensional, pois implica intervir junto dos indivíduos que foram condenados. Os TRS exercem um papel fundamental no percurso dos (ex)reclusos, centrando-se na “concretização dos direitos sociais, económicos e culturais e com a manutenção da dignidade humana responsabilizando-se da reinserção social dos indivíduos que apresentam comportamentos considerados desviantes” (Ferreira, 2016, p.12). Para além deste papel fundamental exercido por estes profissionais, segundo Jardim (1992), citado por Ferreira (2016), os TRS acompanham os (ex)reclusos no caso de haver problemas de saúde, assim como de consumo de substâncias tóxicas, na procura de emprego e também na procura de alojamento (Ferreira, 2016). A nível jurídico, os TRS também desempenham funções, por exemplo, podem ser os profissionais que auxiliam “o tribunal a perceber de forma mais correcta o arguido, fornecendo-lhe elementos objectivados através de instrumentos legais”, “auxilia o arguido a perceber os actos e os restantes sujeitos, facilitando a sua compreensão do processo em que está envolvido e diminuindo, assim, os índices de ansiedade e as reacções de choque” (Jardim, 1992, citado por Ferreira, 2016, p.12). Jardim (1992) refere, ainda, que o profissional de TRS “é responsável pela execução jurisdicionalizada das sanções não privativas de liberdade e cooperando com os serviços prisionais ou serviços de saúde na execução das restantes sanções” (Ferreira, 2016).

Como já foi dito anteriormente, os TRS acompanham o percurso do indivíduo durante todo o processo, tendo de realizar relatórios e perícias sobre a personalidade do mesmo, sendo responsáveis pela “monitorização e acompanhamento dos condenados em medidas penais de execução da comunidade, como sendo a suspensão provisória do processo, trabalho em favor da comunidade, suspensão da execução da pena de prisão, liberdade condicional e liberdade para prova.” Ainda são responsáveis por “lançar uma apreciação no que diz respeito à atribuição da liberdade condicional, saída de precária prolongada, RAVE e RAVI” (Ferreira, 2016, p.15).

No que diz respeito ao trabalho dos TRS, dentro dos estabelecimentos prisionais, a ação destes profissionais pode sistematizar-se nas seguintes linhas diretivas:

acolhimento do após o ingresso do recluso no estabelecimento prisional, na perspectiva da sua articulação com o meio social de origem e do estudo e diagnóstico da situação, nos termos e para os fins do artigo 8 do Decreto de Lei no 265/79; participação na elaboração e execução do Plano Individual de Readaptação (PIR) (a aprovação deste e a coordenação da sua execução é da competência dos directores dos estabelecimentos); acção psicossocial, visando a criação ou manutenção de laços dos reclusos com o meio exterior a fim de preparar a sua libertação e reinserção social; acção psicossocial junto do meio familiar e social dos reclusos visando a eliminação de possíveis obstáculos à respectiva reinserção social; apoio a reclusos que estudem ou trabalhem em meio livre, quando solicitado, pelo Director do Estabelecimento; apoio a reclusos em saídas prolongadas em colaboração com outros serviços do estabelecimento (Gomes, 2008, p.21).

Os técnicos tentam contribuir para que haja um equilíbrio entre tribunais, situação judicial e a (re)inserção social, funcionando como mediadores, sendo que um dos objetivos dos TRS é tentarem que haja participação da comunidade na resolução de problemas que possam surgir no dia a dia dos (ex-)reclusos (Ferreira, 2016).

No âmbito da complexidade da ação profissional destes técnicos, realça-se os dilemas que se colocam face às crenças e valores profissionais e pessoais dos mesmos. Sendo os TRS considerados mediadores, colocam-se várias questões relativamente aos profissionais da área da intervenção social no que se prende com a ideia de serem “neutros”. Nas palavras de Torremorell (2008) “a única forma de ser neutro é estar morto” (Vieira & Vieira, 2016, p.66). Esta questão suscita alguma reflexão, a posição de neutralidade dos profissionais da área da intervenção social, neste caso os TRS, é questionável, pois a relação de empatia que se cria ao longo dos processos dita sempre um posicionamento relativamente a uma determinada situação. Por isso, a questão que se coloca não será de um posicionamento de neutralidade, mas sim a discussão em torno de um posicionamento de multiparcialidade. Ou seja, “o mediador tem que promover a escuta ativa com todos, tentar entrar em entendimento de todos, e isso não pode ser feito de forma neutral nem imparcial”, pois “implica atitudes empáticas por parte do mediador” (Vieira & Vieira, 2016, p.66).

Neste sentido, Ana Teresa Calado (2010), citada por Silva (2012), refere que “não é fácil despir-me dos meus valores, das teorias que aprendi, dos estereótipos que introjectei, da minha história, para simplesmente ‘estar com’ e ouvir, ver, sentir, sem

julgar, sem imaginar, sem interpretar o outro” (Silva, 2012, p.58). Calado (2010), ainda apresenta a visão que os TRS adotam neste contexto, “de que aquele que está diante de mim é uma pessoa única, irreduzível, que não tem necessariamente de ser um ‘delinquente’, que pode, apesar de todos os condicionalismos da sua história de vida, escolher ser diferente” (Calado, 2010, citado por Silva, 2012, p. 58).

## **2.2. Apoio à Reinserção Social**

Ao longo dos séculos, houve uma evolução no que diz respeito aos direitos dos reclusos e, considerando-se que se a prisão deve punir pelos erros que o indivíduo cometeu, também deve fornecer condições para que os reclusos possam retomar à sociedade de forma a (re)encontrarem-se reinseridos na mesma, de forma tal que não reincidam em atos criminosos. Contudo, nem sempre é o que acontece, por diversos fatores que influenciam a experiência da reclusão, como por exemplo, a sobrelotação e as condições precárias das prisões, a nível da saúde, alimentação, educação, trabalho, ambiente social e justiça. Estas condições dificultam a vivência no interior do EP (Morujo, 2017), destituindo os reclusos de direitos fundamentais e da possibilidade de um cumprimento de pena que seja regenerador. Segundo Morujo, “a negação destes direitos prejudica tanto o recluso como a sociedade que recebe estas pessoas sem que as mesmas tenham passado por um processo de reinserção correto” (Morujo, 2017, p.6).

O desenvolvimento do processo de reinserção deverá iniciar-se no interior das prisões, isto é, ainda na fase da reclusão. Contudo, nos EP, como já foi mencionado, “os reclusos não podem ser apenas culpabilizados pelo que fizeram e tem de começar a ser perspetivados na sua multidimensionalidade e complexidade, como seres sociais que são” (Morujo, 2017, p.6). No entanto, os ex-reclusos, na prática, como vimos, não têm a possibilidade de exercer os seus direitos (Morujo, 2017).

Maria João Vaz (2000), defende que a pena aplicada aos reclusos deve permitir a “reabilitação do delinquente recuperando-o para a vida em sociedade (Vaz, 2002, p.4). Esta afirmação vai ao encontro do artigo 42, nº1 do Código Penal, onde se descreve que “a execução da pena de prisão, servindo a defesa da sociedade e prevenindo a prática de crimes, deve orientar-se no sentido da reintegração social do recluso, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer

mais crimes.” Com isto, podemos evidenciar, mais uma vez, o papel dos TRS, já foi mencionado anteriormente, pois espera-se que desenvolvam programas para que os reclusos, durante a execução da pena, trabalhem sobre as questões e fatores que tenham contribuído para a ação criminal cometida. É importante realizar diferentes programas adaptados aos reclusos, consoante o crime cometido, sendo o objetivo a “reabilitação” e “reparação”. Para tal é necessário que se identifique(m) e perceba(m) o(s) problema(s) por forma a que nesse processo de intervenção, os profissionais possam contribuir para a realização de um trabalho de reabilitação, no sentido de uma reinserção social mais facilitada e apoiada.

A única sentença a que o recluso está sujeito é a privação da liberdade, no entanto, parte da sociedade portuguesa não concorda com os investimentos que são feitos em prol da reabilitação desta população, tanto a nível de formação, como de educação, pois considera que seja um benefício para os ex-reclusos (Morujo, 2017). No entanto, no artigo 26, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Toda pessoa tem direito à educação (...). A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao esforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais...”.

A existência de programas que trabalham a preparação para a liberdade permite que os ex-reclusos sejam dotados de ferramentas necessárias para a reinserção social, quando a sua pena terminar. Nascimento Rodrigues, refere que “a personalização do tratamento não existe só para benefício do recluso, é ela mesma a maior esperança que, a prazo, pode ter a Comunidade na não repetição de actos que vulneram a paz social” (Ferreira, 2016, p,7). Por isso, é essencial a ligação da comunidade nesta fase. A oferta de educação e formação – um direito básico de todos os cidadãos, como recordado - disponível para todos os reclusos visa “minorar os efeitos nocivos da privação da liberdade, sobretudo no que diz respeito à sua reintegração da sociedade” (Monteiro, 2013, citado por, Ferreira, 2016, p.14). Segundo a Lei nº 115/2009 de 12 de outubro artigo 21º nº 3, o PIR que tem como objetivo “a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e atividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades socioculturais e contactos com o exterior”, sendo assim, é fundamental e essencial para que se garanta e cumpra esse quadro de direitos e intencionalidades legais.

Os programas são adaptados às necessidades da população reclusa, sendo que é importante que os mesmos estejam adequados ao mercado de trabalho, considerando

as competências entendidas como necessárias para o (re)ingresso no tecido laboral e profissional, por forma a que, quando o ex-reclusos tiverem de enfrentar essa fase, consigam lidar da melhor forma com as exigências do quotidiano, após cumprimento da pena. (Ferreira, 2016).

Como vimos, mesmo privados da liberdade, os reclusos têm direito à educação e, por isso, existe articulação entre o Ministério da Educação e o da Justiça com o objetivo de serem garantidos esses direitos, nomeadamente o acesso ao ensino, nos EP. Assim, os reclusos têm a oportunidade de continuar ou começar estudos, o que constitui uma vantagem no processo de reinserção na sociedade (Ferreira, 2016). O principal objetivo das atividades de formação profissional está relacionado com a preparação dos reclusos para o regresso à sociedade, procurando garantir, também, uma (maior) independência económica. De forma geral, a formação profissional “é bem aceite e é considerada mais motivadora de que a escola, pois oferece uma remuneração e decorre num espaço de tempo mais curto, o que para estes indivíduos, que necessitam de ver resultados a curto e médio prazo, parece ser mais propiciadora de sucesso” (Nascimento, 2008, citado por, Ferreira, 2016, p.14). A escola, no interior da prisão, não é genericamente tão bem aceite, como a formação profissional. Tal deve-se, como foi defendido pelo autor mencionado anteriormente, a formação profissional corresponder a um processo de duração mais curta e por envolver, também, remuneração. No caso do ensino será, geralmente, um processo mais longo e sem compensação financeira imediata. Ferreira (2026) defende que a nível pessoal, a formação profissional contribui para aumentar a autoestima e a motivação (Ferreira, 2016). Isto porque, por ser remunerada e processualmente de (mais) curta duração, traz ânimo satisfação mais imediata. Além disso, os reclusos encontram-se a produzir enquanto adquirem saberes de natureza mais prática, que na fase pós-reclusão, poderão ser mais facilmente transferidos, permitindo que se tracem projetos a produzir laborais e profissionais para esse futuro.

Portanto, este tipo de atividades realizadas no interior da prisão, são relevantes para o processo de reinserção social. Como se deu conta, com o trabalho pretende-se o desenvolvimento de competências, sendo, também, uma vantagem para que após terminar a pena, pois poderá facilitar o processo de reinserção, nomeadamente, a nível económico (Rodrigues, 2000, citado por, Ferreira, 2016). Os autores Solomon, Johnson, Travis e McBride, (2004):

reforçam a importância da criação de oportunidades para os reclusos durante o encarceramento, de forma a melhorar as habilidades e perspectivas de emprego dos reclusos. Desta forma, quando regressarem à sociedade, os ex-reclusos estariam mais bem preparados, com as suas habilidades fortificadas e com sólidas experiências de trabalho (citados por Cerqueira, 2017, p.17).

Ou seja, espera-se que haja resultados mais vantajosos na medida em que os rendimentos auferidos permitem que mesmo em reclusão poderão dar apoio familiar, aumentando assim a sua autoestima e, conseqüentemente, uma potencial diminuição de reincidência.

Existem, também, outras atividades culturais no interior dos EP (teatro, música, entre outras). Estas revelam ser uma forma de ocupação, mas também de formação pessoal e social, contribuindo ao mesmo tempo para uma redução dos conflitos no interior do estabelecimento prisional diminui (Santos, 2003, citado por, Ferreira, 2016, p.9).

Uma realidade identificada há alguns anos, alude que os reclusos passam por alguns obstáculos durante o cumprimento da pena, pois a possibilidade de adquirirem competências é bastante reduzida devido à escassez da oferta de programas vocacionais que, apesar de estar previsto na lei, a maioria das vezes não estão a funcionar. Por consequência, o número de ex-reclusos, após a sua libertação, que entram na sociedade sem terem participado em programas educativos e vocacionais é elevado (Lynch & Sabol, 2001).

Dores, Pontes e Loureiro (2013) relatam que apesar de existir um programa de promoção de emprego em áreas em que os reclusos manifestam mais interesse, a grande parte da oferta de trabalho existente situa-se na arrumação de espaços sendo visto, muitas vezes, como forma de punição. Desta forma, mesmo existindo oportunidade de emprego em empresas privadas, as propostas de trabalho nos EP são muito reduzidas. Existem programas educacionais ao nível elementar, secundário, cursos equivalentes ao 9ºano e, também, têm a possibilidade de se candidatarem ao ensino superior, porém o interesse tem sido reduzido por parte dos indivíduos (Cerqueira, 2017). Também as atividades desportivas e o voluntariado, presentes nos EP são essenciais para a reinserção social. O desporto apresenta uma componente pedagógica em que se “estimula vivências e induz comportamentos que possibilitam

uma verdadeira aprendizagem social, contribuindo para (...) reinserção dos indivíduos na sociedade” (Brito, 2015, p.45).

No final do cumprimento de pena, a libertação para o recluso tem um grande impacto sendo necessário que se proceda à preparação da transição para a vida no exterior e, para isso, estão definidas algumas medidas, como por exemplo:

transferir o recluso para um estabelecimento ou secção de regime aberto; recorrer-se a medidas de flexibilização na execução da pena de prisão; autorizar-se o recluso a sair do estabelecimento pelo período máximo de oito dias, durante os últimos três meses do cumprimento da pena; autorizar-se que o recluso trabalhe ou frequente locais de ensino no exterior, seis dias por mês, nos últimos nove meses do cumprimento da pena. (Artigo 15º do Decreto-Lei Nº 265/79 de 1 de Agosto).

Durante esta fase do processo pretende-se incluir dois regimes, o Regime Aberto Voltado para o Interior (RAVI) e o Regime Aberto Voltado para o Exterior (RAVE).

O RAVI destina-se a:

Reclusos condenados em pena de prisão de duração igual ou inferior a um ano; reclusos condenados em pena de prisão de duração superior a um ano desde que tenham cumprido um sexto da pena; a colocação do recluso em regime aberto no interior e a sua cessação são da competência do diretor do EP; as decisões de colocação em regime aberto no interior, bem como de cessação deste, são comunicadas ao diretor-geral dos Serviços Prisionais; o regime é adequado ao comportamento prisional do recluso; os reclusos colocados em regime aberto estão sujeitos à realização periódica ou aleatória dos testes – consumo de álcool, de substâncias estupefacientes e rastreios de doenças contagiosas. (Artigo 14º do Decreto-Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro)

No que diz respeito ao RAVE,

é atribuído através do Diretor Geral dos Serviços Prisionais aos reclusos que, depois do cumprimento de uma parte substancial da pena de prisão, pretendam trabalhar, estudar, frequentar cursos de formação profissional ou até mesmo seguir o programa de tratamento de toxicoddependência fora do estabelecimento prisional. Para que seja atribuído um regime deste tipo a um recluso é necessário que se verifiquem vários

requisitos, tais como não permitir que este regime sirva para o recluso voltar a cometer atos ilícitos; não se pôr em causa as razões de prevenção especial e geral; não prejudicar a segurança e a ordem públicas e ter cumprido um quarto da pena. Sendo assim, está a cargo da DGRS o acompanhamento dos reclusos que se encontram neste tipo de regime (Ferreira, 2016, pp. 9-10).

Podemos então concluir, que encontrar um emprego é um fator essencial para a transição entre a reclusão e a saída da prisão. Seja a nível individual, familiar, como social, pois resulta no sentimento de pertença à comunidade, com a possibilidade de apoiar monetariamente a família, prevenindo também a reincidência (Solomon et al., 2004).

Em suma, o envolvimento dos reclusos em programas que desenvolvem valores sociais e éticos de carácter humanista, têm oportunidade de fortalecer a sua autoestima e reconfigurar a sua identidade, contribuindo para uma reinserção positiva. Pois, muitos dos reclusos devidos a diversos fatores – já mencionados – não tiveram anteriormente qualquer ligação com os valores necessários para viver em sociedade. Por isso, pretende-se com as atividades antes descritas, que possa ser desenvolvido, para alguns pela primeira vez, o contacto com valores necessários para se integrarem e viverem em sociedade, respeitando os outros.

### III. REINserÇÃO SOCIAL

| | ' ' | | | | ' ' |

### 3.1. A Sociedade e os Ex-reclusos

A prisão foi, no passado, usada para afastar os indivíduos que cometeram algum crime da restante sociedade, como referido antes. Nos dias de hoje, pretende-se que estes espaços de reclusão e de exclusão sejam também espaços que preparem a integração dos ex-reclusos nas comunidades a que pertencem (Morujo, 2017). Apesar de haver mudanças e alguns progressos, no sentido de integrar os ex-reclusos na sociedade, a fase de pós-reclusão é difícil para os indivíduos, tanto pelo desafio de readaptação às normas sociais como pela discriminação a que estão sujeitos: “O estigma da qual o sujeito é vítima dificulta a sua integração saudável em sociedade, tal como conseguir um emprego, sem ser associado a preconceitos” (Costa, 1998, citado por Gomes, 2016, p.42).

Atualmente, o estigma está associado à “desgraça” pessoal do indivíduo. Socialmente as qualidades entendidas como “naturais” são identificadas com uma “identidade social” (Sousa, 2015). O estigma é, normalmente, referência a um atributo depreciativo, no entanto Goffman refere “que o que é necessário é uma linguagem de relações e não de atributos, pois o que pode estigmatizar alguém para um é normal para outro” (Sousa, 2015, p.38).

Ainda a propósito do conceito de estigma Goffman (1996) define-o a partir de dois pontos de vista. Sendo o primeiro associado a um estigma que é evidente e o segundo a algo que não é perceptível (Sousa, 2015). Para Sousa (2015) há três tipos de estigma. O primeiro é o estigma do corpo, quando há condição física frágil; o segundo refere-se às culpas de caráter do indivíduo, como por exemplo, prisão, vício, dependência, doença mental; e, por fim, o terceiro diz respeito aos estigmas tribais em que estão incluídos os grupos étnicos, a nação e a religião (Sousa, 2015).

Para Corinne Rostaing (1996):

a prisão não significa apenas a privação da liberdade, mas sim a atribuição de um novo estatuto, o de recluso, a adaptação a um regime institucional. A separação de quem lhe é próximo. Ser preso é ver-se rejeitado e colocado à parte da sociedade, como que perdido. A experiência da reclusão constitui um atentado direto à identidade, por isso quando sai, um recluso sai transformado. (...) A prisão, refere ainda a autora, é um lugar de exclusão temporário, que é a marca de um estigma (1996:354/5). Quando um recluso enfrenta o encarceramento vê-se numa luta pela própria identidade. A privação da liberdade corta as suas relações com a família e o meio social, e coloca-o num meio de

regras e constrangimentos. Este momento marca a sua estigmatização como delinquente (Sousa, 2015, p.39).

Para além do estigma, os ex-reclusos encontram-se em situação de exclusão social. Para Luís Capucha “estar em situação de exclusão, não é ser um ‘não membro’ da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) ‘não cidadão’, isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados, objetivamente direitos de cidadania” (Sousa, 2015, p.35). Portanto, nesta perspetiva, os ex-reclusos estão sempre “destinados” ao estigma e, por conseguinte, à exclusão social, pois são-lhes retirados direitos de cidadania, seja a nível do trabalho, da educação, da saúde e da habitação. Apesar de ex-reclusos terem formalmente os mesmos direitos que qualquer cidadão (Morujo, 2017), a sociedade continua a rotular negativamente estes indivíduos. Apesar de terem cumprido a pena, quando regressam à liberdade, esses rótulos continuam presentes. Por isso, como afirma Gomes “torna-se cada vez mais importante que a prisão se abra à comunidade e que a comunidade ganhe consciência dos problemas e das dificuldades dos reclusos para que se sinta legitimada para intervir, havendo assim uma maior interação entre ambos, reclusos e comunidade” (Gomes, 2003 citado por Morujo, 2017, p.17).

Segundo o Relatório da Provedoria da Justiça – “As Nossas Prisões”, “a personalização do tratamento não existe só para benefício do recluso. É ela mesmo a maior esperança que, a prazo, pode ter a Comunidade na não repetição de atos que vulneram a paz social” (Provedoria da Justiça, 2003, p.42). Torna-se, assim, explícita a importância de uma reinserção social positiva, mitigando o risco de reincidência.

Segundo Morgado (2012), em termos sociais, o facto destes indivíduos terem estado presos, acarreta várias consequências, tanto para os próprios, como também para a comunidade a que estes pertencem, para além de todo o sofrimento e problemas interpessoais trazidos pela situação de reclusão (mais agravados quando se tratam de penas longas). A estigmatização, resultante da rotulagem social, as interrupções nos percursos escolares e profissionais, os desequilíbrios e distanciamentos familiares, não facilitam a reinserção social e profissional (Morujo, 2017).

Ainda assim, regista-se um esforço por parte de grupos de cidadãos, de empresas e outras instituições, que desenvolvem atividades nas prisões, com vista a contribuir fornecendo ferramentas aos reclusos, para que estes sejam melhor preparados para a vida em liberdade. É necessário, como vimos, que os ex-reclusos

valorizem e as suas competências, para que sintam e compreendam que lhes é dada uma “segunda oportunidade” (Morujo, 2017). Contudo, tal não significa que o estigma deixe de existir, pois o peso do rótulo de ter estado preso permanece. Há, por isso, um longo trabalho de sensibilização, pois, se por um lado os reclusos continuam a ser vistos aos olhos da sociedade como pessoas que cometeram um crime, por outro, os ex-reclusos necessitam de sentir a aceitação social para que se integrem efetivamente, diminuindo assim a probabilidade de reincidência.

### **3.2. “Pilares” da Reinserção Social**

Para que a reinserção social do indivíduo seja um processo menos difícil, existem pilares que é necessário que estejam presentes nas esferas de vida dos ex-reclusos, como por exemplo, a família, trabalho, habitação e autonomia financeira. Furtado e Condenço (2009), referem-se a três pilares fundamentais do processo de reinserção social: a educação, a formação profissional e o trabalho (Morujo, 2017). Esses pilares permitirão “a inclusão dos ex-reclusos no mercado de trabalho, ajudando-os a conseguir alterar os seus padrões sociais e ideológicos, através de uma modelagem estruturante que os reinsira dentro dos modelos sociais vigentes. O objetivo das prisões é o de transformar estes indivíduos em seres socialmente aceites” (Gabriel, 2007, citado por Morujo, 2017, p.11). No entanto, muitos dos ex-reclusos não têm adquiridos quaisquer hábitos de trabalho, isto porque, os seus percursos de vida estiveram, sobretudo, ligados à delinquência e à marginalidade. E, por esta razão, é essencial a participação em programas educacionais, como vimos, quando se encontram em estabelecimentos prisionais.

A educação é essencial para que a reinserção corra de forma positiva podendo, também, influenciar gerações futuras, quebrando-se ciclos de “herança” de modos de vida marginais. Morujo (2017), cita um estudo que foi realizado em 2004, *Skills for life – The National Strategy for improving adult literacy and numeracy skills*, onde se afirma “que o aumento dos níveis de educação e de competências tem um impacto positivo na empregabilidade, um fator chave na diminuição da reincidência. Menciona também que pode melhorar a autoestima e a motivação, tal como reduzir a probabilidade de os filhos destes indivíduos virem a ter problemas na escola.” (Morujo, 2017,p.12). Lochner e

Moretti (2001), referem que ter o diploma do secundário completo reduz a probabilidade da reclusão. Noutro estudo Tyler e Kling, 2006, reportam que:

os reclusos presos, por crimes menores tem maior sucesso no regresso ao mercado de trabalho após a participação num programa educativo dentro da prisão. Contudo, os benefícios provenientes do programa educativo realizado tendem a desaparecer passados dois anos após a libertação do recluso. A razão para que isso aconteça pode estar relacionado com o facto de os reclusos realizarem este tipo de programas educativos para impressionar os técnicos que trabalham com eles na prisão, os guardas prisionais e até mesmo os restantes reclusos, ou seja, a motivação não é de facto o desejo de melhorar os seus resultados na sua reintegração quando liberto, mas sim melhorar a sua situação prisional, aos olhos dos demais (Morujo, 2017, p.12).

A formação profissional pode prevenir a exclusão social a que estão sujeitos no período da reinserção, pois acabam por ser dotados de competências pessoais e profissionais essenciais para a reintegração social (Rodrigues, 2003, citado por Morujo, 2017). Completando com as reflexões de Manoel Rodrigues Português (2001), o espaço de educação e formação “pode apresentar-se como um espaço que se pautar por desenvolver uma série de potencialidades humanas, tais como: a autonomia, a crítica, a criatividade, a reflexão, a sensibilidade, a participação, o diálogo, o estabelecimento de vínculos afetivos, a troca de experiências, a pesquisa, o respeito e a tolerância” (Morujo, 2017, p.12).

Apesar dos pilares serem facilitadores para a reinserção, quando se encontram em liberdade aparecem obstáculos e, por esse motivo, os diferentes autores reportam que é crucial que a ligação a elementos importantes como a família e/ou pessoas de referência, essenciais para ultrapassar dificuldades. Isto porque, mesmo para que os que sejam detentores de qualificações resultantes de formação profissional e/ou percursos no ensino formal, o estigma é transversal a todas as etapas destes complexos processos. Voltar à liberdade e (re)inserir-se, apesar de ser o pretendido, é um grande desafio, por isso é necessário o acompanhamento, a vários níveis, e em diferentes tempos, que por vezes são longos.

### 3.3. Reinserção em Liberdade

Em Portugal, o conceito de Reinserção Social integrou-se juridicamente no início da década 80. Na sua definição está presente a intencionalidade e crença de concorrer para o potencial de mudança que o cumprimento de pena pode ter. Pereira (1987), citado por Gomes (2008), define este conceito como

todo o processo que envolvendo numa relação complexa o Estado, a Sociedade e o cidadão delinquente (...) visa criar condições que permitam aquele cidadão optar livremente por viver em sociedade sem cometer crimes, permitindo, simultaneamente e de forma equidistante, que a própria sociedade se modifique, se reforme, no sentido de eliminar os factores criminógenos que contem (Gomes, 2008, pp.17-18).

A reinserção social refere-se a todo o processo social e psicológico do indivíduo no meio social. Diana Almeida (2018), cita Griffiths, Dandurand e Murdoch (2007), para definir que a Reinserção Social “representa-se através do apoio prestado aos indivíduos que se envolveram com o mecanismo da justiça, no âmbito das medidas privativas de liberdade, aquando do seu regresso à sociedade” (Almeida, 2018, p. 29)

Este processo visa a prevenção da criminalidade e cumprimento da justiça, sendo utilizado como forma de intervenção através da operacionalização de programas que têm como finalidade reduzir a reincidência. As intervenções têm o envolvimento direto dos ex-reclusos e dos técnicos de reinserção social. Estes últimos, embora pertençam à área da justiça, desenvolvem trabalho juntamente com várias instituições e nas várias esferas de pertença dos ex-reclusos. As interligações entre essas esferas objetivam sustentar o processo de reinserção social, diminuindo, assim, o risco de reincidência (Almeida, 2018).

Como já foi mencionado anteriormente, a reinserção social começa durante o cumprimento da pena, nos estabelecimentos prisionais. Há um conjunto de obstáculos no processo de reinserção social, que se organizam em dois tipos: os obstáculos primários e os obstáculos secundários. Os primários relacionam-se com os obstáculos que a sociedade impõe aos ex-reclusos, sendo estes comumente vítimas de estereótipos, resultando em maior dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, por exemplo. Os obstáculos secundários, incluem as atitudes de segregação, pois os ex-reclusos continuam a ser considerados como um grupo social excluído (Gomes, 2008), são, portanto, sujeitos ao, anteriormente referido, estigma social.

Segundo Arza e Comas (2000), citadas por Almeida (2018) a Reinserção Social é multidimensional, jogando-se tanto ao nível individual como ao nível microssocial e macrossocial. A nível individual pretende-se que o indivíduo esteja estável em diversas dimensões, como emocional, pessoal e relacional. No que se refere ao nível microssocial a intervenção é realizada diretamente com a família e com os outros elementos que estejam na rede social do ex-recluso. Relativamente ao contexto familiar, a presença de um ex-recluso pode significar que os efeitos da reclusão tenham impacto no seio familiar. Por outro lado, “a família assegura a ligação dos reclusos à vida social durante a reclusão e podem ser fontes de estabilidade e apoio durante a difícil transição da prisão para a vida em liberdade” (Almeida, 2018, p.31). Sendo a família a “(...) primeira instância de socialização fundamental” (Dias, 2002), o que acontece neste microssistema é relevante para a vida de todos.

Por fim, no nível macrossocial a intervenção é direcionada para a comunidade e para a dinamização de programas diretamente relacionados com a integração, tratando-se de uma intervenção que dá relevo à relação do indivíduo com o meio em que está envolvido, sendo esse meio sensibilizado para as condições que são necessárias para a reinserção social (Almeida, 2018).

Em Portugal, foram adotados alguns programas, no âmbito das políticas públicas, para apoiar os processos de reinserção profissional de ex-reclusos, como é o Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos que foi implementado pela Direção Geral de Serviços Prisionais no âmbito da iniciativa EQUAL. Este programa, foi avaliado como inovador, como se pode ler na citação seguinte, “de acordo com o relatório avaliativo, possibilitou a introdução de metodologias de intervenção inovadoras. No final do projecto, pretendia-se que os indivíduos pudessem trabalhar por conta própria ou de outrem, evitando a reincidência. No final do projecto, pretendia-se que os indivíduos pudessem trabalhar por conta própria ou de outrem, evitando a reincidência” (Rosa, 2010, citados por Rodrigues, 2012, p.31).

Outro, por exemplo, é o apoio dado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para a inserção profissional dos ex-reclusos, “pois a este compete a execução de políticas de emprego e formação profissional. Esta instituição desempenha um importante papel na inserção do recluso no mercado de trabalho, depois de ser libertado” (Rodrigues, 2012, p.31), definindo metodologias para serem implementadas ao nível do IEFP:

para dar respostas às necessidades dos ex-reclusos, essencialmente criando-se uma metodologia de atendimento individualizada, de forma a ajudar no processo de reinserção. Enquanto não encontram trabalho, os indivíduos podem ser integrados em empresas de inserção que podem ajudar as pessoas a recuperar hábitos de trabalho (Rodrigues, 2012, p.31).

Sendo o emprego a atividade que mais ocupa a vida dos indivíduos na idade ativa, a obtenção e a manutenção do mesmo é considerado um fator importante na reinserção social e prevenção da reincidência de ex-reclusos, como temos vindo a referir. O ex-recluso que consiga atingir este objetivo, para além de estabilidade financeira, reforça a autocracia e a autoestima. Para a comunidade também traz benefícios como a menor criminalidade, logo mais segurança pública e redução de custos devido à redução das taxas de reincidências. Relativamente ao contexto de trabalho, no que se refere ao nível de inserção socioprofissional estamos, muitas vezes, perante um grupo vulnerável com suportes sociais instáveis, sendo necessário um trabalho tanto de reconstrução identitária como de laços sociais (Almeida, 2018). Aliás, foram realizados diversos estudos sobre a ausência de emprego que concluem que esta situação é um motivo para a reincidência. Bryan e Williams, citado por, Vera Rodrigues (2012), concluem, no seu estudo,

que os ex-reclusos desejam obter um emprego para sustentar as suas famílias, enfrentando, no entanto, barreiras pessoais e estruturais quando tentam passar da prisão para um emprego. De acordo com os autores, faltam a estes indivíduos redes sociais, competências, oportunidades para conseguir obter um emprego (Rodrigues, 2012, p.30).

Ora, como sabemos, a educação e as qualificações são essenciais para as oportunidades de emprego. Segundo Rosa (2010), citada por Vera Rodrigues (2012), uma formação técnica e vocacional pode completar a formação mais generalista, e é essencial para a aquisição de competências mais profissionalizantes. As atitudes de um empregador resultam sempre de uma combinação de características do candidato ao emprego com as condições do contexto organizacional, tendo em conta a experiência na contratação de ex-reclusos” (Rodrigues, 2012, pp.29-30).

A mesma autora citando os autores Harris e Keller (2005), reforça que “as leis têm mais impacto na vida dos ex-reclusos, e que apesar da revogação de várias

barreiras legais, há uma facilitação do processo de reinserção que não é suficiente para muitos desses indivíduos” (Rodrigues, 2012, p.30).

Em suma, as esferas sociais do trabalho e da família são essenciais para que os ex-reclusos tenham um bom suporte no processo de reinserção social e, por isso, é fundamental abordar a reinserção socioprofissional numa perspectiva de realização simultânea, isto é, considerando a integração social, cultural e familiar. Consequentemente pode afirmar-se que a cada indivíduo corresponderá um processo singular. Por isso, é necessário conhecer a história criminal, mas também compreender essa história identificando os fatores (positivos e negativos) que podem explicar os percursos e comportamentos criminais.

Se os ex-reclusos não forem acompanhados regularmente após a saída, a desmotivação e a necessidade poderá fazê-los reincidir. Por isto, é tão importante a rede de apoio ser consistente, sendo, portanto, essencial que várias entidades estejam a trabalhar articuladamente para a reinserção social. Apesar dos obstáculos, tanto no que se reporta à discriminação e preconceito para com os ex-reclusos, como às condições objetivas de sobrevivência e integração social destes, a reflexão sobre existência de programas neste âmbito com disponibilização de TRS constitui o pano de fundo do processo investigativo a que nos propomos.

**IV. ESTRATÉGIAS E  
PROCEDIMENTOS  
METODOLÓGICOS**

| ' ' | | ' |

A metodologia corresponde aos:

caminhos para se chegar ao objetivo pretendido de uma pesquisa científica, que dependem de escolhas sobre as estratégias que determinarão a modalidade de estudo e o conjunto de fatores a ela associados (material ou população, instrumentos e procedimentos, análise pretendida de resultados) que permitirão a obtenção de resultados na investigação (Sakamoto & Silveira, 2019, p.57).

Para a realização da presente investigação foi necessário definir o caminho metodológico a seguir. Respeitando o princípio de que as opções metodológicas devem estar alinhadas com o tema em estudo, com a problemática, as questões e os objetivos de investigação, sustentados no referencial teórico, (Mattar & Ramos, 2021), foi nossa opção a realização de um estudo de natureza qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1994), é o indicado em estudos que procuram explorar significados, interpretações e perspectivas individuais, especialmente temas sociais delicados e estigmatizados. Ou seja, “trata-se de investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo” (Coutinho, 2020, p.29).

Por isso, centralmente definiu-se a técnica do inquérito por entrevista a ex-reclusos. A entrevista possibilita abordá-los, num registo de proximidade, podendo colocar questões, que permitem recolher informação sobre as vivência/trajetórias, mas também o pensamento dos ex-reclusos sobre as mesmas. Como referem Marconi e Lakatos (2003), a entrevista “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 195).

A entrevista é uma técnica essencial para a recolha de informação qualitativa e proporciona uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos participantes. Nesta dissertação, a escolha da técnica da entrevista teve como principal intencionalidade aceder aos relatos diretos e detalhados sobre as vivências dos ex-reclusos sobretudo no que se prende com os processos de reinserção social vividos.

Inicialmente, optou-se pela escolha da modalidade de entrevista semiestruturada que tal como referem DiCicco-Bloom e Crabtree (2006), é frequentemente “organizada em torno de um conjunto de questões abertas pré-determinadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado” (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006, p.315). A escolha inicial pretendia garantir uma combinação entre perguntas previamente fixadas e a flexibilidade para explorar outras que no decorrer da entrevista se apresentassem adequadas. É uma

modalidade que possibilita uma abordagem mais pessoal e sensível, na medida em que os participantes podem expressar-se livremente sobre os temas que, por vezes, são difíceis de partilhar. Por seu turno, os entrevistadores podem recolocar, repetir e/ou retomar as questões de modo a obter a informação necessária, mas cumprindo as exigências éticas do questionamento de pessoas, sobretudo em temas/assuntos que podem causar incómodo e desconforto, por implicar recordar circunstâncias de vida envolvidas em frustração, abraço, arrependimento, medo, sofrimento, etc. Nesse sentido, a opção pela realização de entrevistas está em concordância com a informação a que importa responder aos objetivos *b, c, d e e, nomeadamente*: b) conhecer as representações/perspetivas dos ex-reclusos sobre a sua reinserção na sociedade; c) analisar as dificuldades vividas durante o processo de reinserção social; d) confrontar as propostas dos programas de reinserção social com os processos vividos pelos ex-reclusos; e, e) identificar os pilares essenciais para a reinserção social.

Inicialmente, na proposta metodológica, estava previsto entrar em contacto com a DGRSP para questionar sobre a possibilidade de visitar um estabelecimento prisional e realizar entrevistas aos reclusos. No entanto, devido às restrições impostas<sup>1</sup> pela pandemia de COVID-19 foi necessário redefinir os procedimentos metodológicos da investigação, substituindo a visita e a realização de entrevistas a reclusos. Do planeamento inicial manteve-se, somente, a entrevista a ex-reclusos, que se encontravam numa associação que se dedica à reinserção social. Mas, ainda assim, as entrevistas foram, na sua realização, condicionadas pelas restrições da época (pandemia). Após uma reunião com a equipa técnica da associação que atendeu ao pedido, o planeamento das entrevistas aos ex-reclusos sofreu, também, alterações, por não ter sido possível a realização na modalidade presencial e direta. Tendo sido acordado o envio do guião da entrevista (Anexo A) por e-mail, para que as Técnicas realizassem as mesmas e, posteriormente, enviassem por e-mail o registo das mesmas. Por este motivo, as entrevistas a seis ex-reclusos, selecionados pelas técnicas, passaram a ser entrevistas estruturadas, pois estes apenas poderiam responder às questões do guião enviado. Apesar de esta não ser a modalidade mais adequada, nem a inicialmente planificada, atendendo à situação vivida à data, foi a possibilidade que tivemos de ser dada continuidade à investigação em curso. Assim, as entrevistas foram realizadas entre os meses junho e agosto de 2020. Após a realização das entrevistas, foram enviadas em documentos pdf para que se procedesse à transcrição e à posterior análise de conteúdo.

---

<sup>1</sup> <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/10-a-2020-130243053>

Em síntese, retomaram-se algumas das ideias-chave, que sucintamente se recordam. Os indivíduos, consoante o ambiente em que crescem, são moldados ao longo da vida. Como foi referido no enquadramento teórico, a família pode ser considerada um fator de proteção ou de risco. A falta de apoio desta ou o crescimento em ambientes disfuncionais podem ser determinantes para trajetórias que levam ao crime. No entanto, o fortalecimento destes laços, podem ser essenciais/determinantes no processo de reinserção social. O investimento na educação e na qualificação pode ser uma chave para prevenir o crime e promover a reinserção, sendo que o abandono escolar precoce parece ser um indicador de vulnerabilidade. A prisão é mais do que um local de punição, é um espaço em que a reabilitação, pode (e deve) ocorrer, no entanto, tal nem sempre acontece. Sobre a reinserção social, esta não é apenas uma responsabilidade do ex-recluso, é também da sociedade, que deve oferecer oportunidades a estes indivíduos para recomeçar. Pois, como já foi referido, a discriminação e o estigma podem perpetuar ciclos de exclusão e reincidência.

A estrutura definida para a entrevista pretendeu uma abordagem ampla e detalhada das experiências pessoais, familiares, educacionais e de reinserção de um recluso e ex-recluso. O guião pode ser dividido em seis secções: caracterização pessoal e familiar; contexto familiar; percurso de vida; percurso escolar/trabalho; reclusão; e, reinserção.

A caracterização pessoal e familiar teve como objetivo conhecer os entrevistados, questionando-os sobre a idade, as qualificações académicas e as ocupações que tinham antes da fase da reclusão. A segunda secção é subdividida entre o contexto familiar de origem e o contexto familiar atual. Nesta secção pretende-se perceber o contexto em que o ex-recluso cresceu, as pessoas que o acompanharam e apoiaram nesse processo, e as representações que este tem do acompanhamento feito por estes protagonistas durante esta fase; também é solicitada informação sobre parentalidade e sobre o que foram enquanto crianças, os interesses e as expectativas que tinham para a vida adulta; os episódios que os marcaram durante o crescimento e as relações de amizade que mantinham. Na secção seguinte, pretende-se perceber a relação com escola, com os professores, principalmente com aqueles que os marcaram, qual a idade em que iniciaram os primeiros trabalhos, assim como, as experiências laborais seguintes. Na secção dedicada à reclusão, as questões centram-se no que sentiram quando foram presos e nas causas que os levaram a essa situação; assim como, é solicitado o relato da sua adaptação e das relações com os restantes reclusos. Também são questionados sobre a participação em programas de reinserção social. Pede-se que realizem uma reflexão sobre a passagem pela prisão, bem como, descrevem alterações pessoais que identifiquem no quadro desse processo. Ainda no

que se refere ao tempo de prisão, questiona-se sobre o papel dos TRS. Na última secção, as questões ocupam-se essencialmente da transição para a vida em liberdade, pretendendo-se saber o que desejaram quando souberam que iam sair da prisão, quais foram as suas motivações/perspetivas. Já sobre a vida em liberdade, pede-se que reflitam sobre o processo vivido, nomeadamente, como caracterizam o trabalho dos TRS que os acompanharam nessa transição, inquirindo quer sobre sentimentos de discriminação pela sociedade, quer sobre a sua inserção no mercado de trabalho. Por fim, os ex-reclusos, são questionados sobre as alterações que consideram ter havido nas suas vidas, terminando com o pedido de uma breve reflexão sobre o que mudariam na sua vida, se pudessem.

A opção de realização de inquirição encontrada permitiu, por um lado, aceder aos ex-reclusos, mas por outro, prejudicou o processo de recolha, pelo facto de algumas perguntas terem sido respondidas de forma muito superficial, sem que tivesse havido a possibilidade de uma reflexão conjunta da entrevistadora/entrevistados, assim como o aprofundamento de algumas das questões colocadas. Assinala-se, também, que o facto de terem sido conduzidas por técnicas que desenvolvem ação profissional na associação onde os entrevistados se encontram, poderá ter condicionado as respostas dadas a algumas das questões.

Ainda assim, apesar destes constrangimentos e do número limitado de entrevistas realizadas, considera-se extremamente positivo a adesão dos participantes selecionados. Pois, abordar temas tão pessoais e complexos, especialmente relacionados com os desafios e as experiências que levaram à perda da liberdade, exige coragem e a generosidade na partilha das suas vivências que, necessariamente, remetem para momentos vividos delicados e difíceis. Nesse sentido, a disposição dos entrevistados para partilhar as suas histórias tem o nosso profundo agradecimento. Esta participação voluntária, não só foi essencial para o desafio a que nos propusemos, como também evidenciou a confiança dos participantes no processo, o que contribui significativamente para a profundidade e autenticidade dos dados recolhidos.

Todo o processo foi conduzido com rigor ético, respeitando a confidencialidade e o anonimato dos participantes. Antes das entrevistas, os técnicos da Associação solicitaram o consentimento informado (Anexo B) de cada participante, explicando-lhes os objetivos da pesquisa e a garantia de confidencialidade das respostas. Também, em todo o texto, na análise de informação garantimos a confidencialidade dos participantes.

Na análise das entrevistas recorreremos à análise de conteúdo, pois permite “analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior” (Coutinho, 2020, p.217). É um “processo

empírico” utilizado “enquanto *leitura e interpretação*” de dados qualitativos, “em que o investigador quer apreender e aprender algo” a partir de registos escritos (Amado, 2015, p.61). Neste processo de análise respeitaram-se três fases distintas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos mesmos (Coutinho, 2020; Mattar & Ramos, 2021; Vilelas, 2017). A pré-análise caracteriza-se pela leitura inicial da informação recolhida, procedendo-se à sua organização e sistematização. Na fase seguinte, de exploração dos dados, procede-se à codificação dos registos escritos. De acordo com Vilelas, “a codificação envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração em função de regras previamente formuladas” (2017, p.393). Este processo de codificação permite transformar os dados em bruto em categorias que posteriormente são mobilizadas na discussão das características mais relevantes do conteúdo em análise (Vilelas, 2017). As categorias de análise do conteúdo foram definidas previamente, tendo como referência o enquadramento teórico que sustenta a problemática do estudo, tendo sido selecionados os conceitos centrais que se consideraram pertinentes serem abordados com os entrevistados. Importa ainda referir que as categorias não sofreram alterações, tendo sido mantidas as definidas na fase de planeamento dos temas/blocos de questionamento definidos na elaboração do guião da entrevista.

Para além das entrevistas aos ex-reclusos que se encontravam acolhidos na instituição também foi possível visitar duas instituições que dão apoio a este público. Após contactos via e-mail a diversas instituições, foram agendadas visitas a outras duas associações. Destacamos a reunião onde foi possível realizar uma reflexão (Anexo C) com um trabalhador que também era um ex-recluso que aproveitou a oportunidade que lhe foi dada. Relativamente à seleção da associação onde foram realizadas as entrevistas, além de ter sido uma das cinco contactadas e que se disponibilizou para a recolha da informação empírica, foi também a que melhor se enquadrou nesta investigação, pois foi aquela onde seleção dos ex-reclusos se apresentou mais fácil e, por outro lado, aquela onde também foi possível negociar a modalidade de recolha de informação atendendo à situação pandémica.

Metodologicamente, optou-se pelo recurso à técnica de análise documental para a contextualização da reinserção social em Portugal. Estrategicamente, optou-se por esta técnica na medida em que se apresenta como fundamental para a recolha de informação que envolve a revisão e interpretação de documentos relevantes para a investigação, possibilitando, segundo (Silva et al., 2009), que o investigador tenha acesso à informação, por meio da pesquisa, estudo e compreensão crítica. Assim a técnica utilizada teve a finalidade de compreender os programas de reinserção social portugueses relativos às fases de e pós o cumprimento da pena, assim como o papel

que é esperado dos profissionais esperado nesta área e as barreiras enfrentadas por ex-reclusos. Para tal foram analisados os documentos oficiais, como relatórios, normativos e documentação de organizações de apoio à reinserção social, no quadro das políticas públicas, recolhidos nos *sites* oficiais de instituições. O recurso a esta técnica facilitou e enquadrou a compreensão dos fatores externos que podem influenciar o processo de reinserção social. O objetivo foi, por meio da análise dos documentos selecionados, identificar as principais barreiras e avanços na promoção de uma reinserção social efetiva e inclusiva dos ex-reclusos do sistema prisional, em Portugal.

**V. DA PRISÃO À REINserÇÃO**  
**SOCIAL:**  
**APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE**  
**RESULTADOS**

| | ' ' | | | ' ' |

## **5.1. Da Prisão à Reinserção Social: Medidas, Técnicos e Associações**

No presente capítulo será possível ficarmos com uma breve contextualização do sistema prisional português. Para tal, serão apresentados quadros com informações recolhidas no Relatório de Atividades 2022 da DGRSP. Serão igualmente abordadas as principais medidas de reinserção existentes, assim como os projetos implementados.

De seguida, é destacada a importância dos TRS nos caminhos destes indivíduos e nas associações cujo foco passa por reintegrar ex-reclusos.

**Por fim, os “protagonistas” deste estudo – os próprios ex-reclusos - encontram-se presentes num relato da sua vida assim como é importante ter uma retaguarda forte e, caso não o seja que implicância pode vir a ter.**

### 5.1.1. Reclusos no Sistema Prisional Português: Breve Contextualização

Para um traçado breve da população reclusa em Portugal distinguiram-se os dados mais relevantes para a presente pesquisa, apresentados no Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022, da DGRSP (Quadro 1).

A análise permite compreender que de 2015 a 2021 houve uma diminuição da população reclusa, no entanto em 2022 os quantitativos desta população voltaram a aumentar. A par deste comportamento encontram-se também as outras duas variáveis registadas no quadro.

*Quadro 1 - Evolução da população reclusa, lotação e taxa de ocupação a nível nacional 2015-2022*

<b>Ano</b>	<b>Total população reclusa</b>	<b>Lotação rede de estabelecimentos prisionais</b>	<b>Taxa de ocupação %</b>
<b>2015</b>	14070	12343	114
<b>2016</b>	13635	12600	108
<b>2017</b>	13303	12694	105
<b>2018</b>	12724	12934	98
<b>2019</b>	12634	12934	98
<b>2020</b>	11253	12923	87
<b>2021</b>	11393	12618	90
<b>2022</b>	12185	12673	96

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

Relativamente, à distribuição dos reclusos por faixa etária (Quadro 2), é no escalão etário 30-39 anos que prevalecem os maiores quantitativos (3761 indivíduos) e com maior peso relativo (30,4%), seguindo-se o grupo 40-49 anos (3384 indivíduos) e, em terceiro lugar o grupo 50-59 anos (2053 indivíduos), este com um peso relativo de 16,6% no total. Portanto, parece não se tratar de um perfil juvenilizado ou envelhecido, a concentração desta população ocorre, sobretudo, na faixa etária correspondente ao período de vida ativa e de parentalidade de crianças pequenas e jovens. Relativamente

ao sexo, verifica-se uma predominância de homens, com valores muito superiores em todas as faixas etárias, parecendo tratar-se, por isso de um fenómeno masculinizado.

*Quadro 2 - Pessoas a cumprir pena e medidas privativas da liberdade a 31/12/2022 por género e faixa etária*

Faixa-etária	Pessoas Reclusas			%
	Homens	Mulheres	Total	
16-18 anos	50	2	52	0,4
19-20 anos	107	11	118	1,0
21-24 anos	600	43	643	5,2
25-29 anos	1245	107	1352	10,9
30-39 anos	3514	247	3761	30,4
40-49 anos	3134	250	2284	27,3
50-59 anos	1890	163	2053	16,6
60 e mais anos	958	62	1020	8,2
<b>Total</b>	11498	885	12383	100,0

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

Quanto à tipologia de crimes, no Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022, destaca-se o crime contra pessoas como o mais cometido, seguido de homicídios e ofensas à integridade física.

*Quadro 3 - Tipologia de crimes cometidos em 2022*

Tipologia de crimes	% do Total
Crime contra as pessoas	30,9%
Crime contra o património	24,2%
Crime contra a vida em sociedade	9,6%
Crime contra o Estado	10,7%
Crime relativos a estupefacientes	18,5%
Outros crimes	6,2%

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

Relativamente à nacionalidade dos reclusos em Portugal, prevalece a portuguesa relativamente à estrangeira (Quadro 4).

*Quadro 4 - Nacionalidade dos reclusos em 2022*

Pessoas reclusas		
Nacionalidade	Total	%
Estrangeira	1900	15,3%
Portuguesa	10483	84,7%

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

Nos dados do Relatório Pordata – estatísticas sobre Portugal e Europa<sup>2</sup> é possível verificar que entre as nacionalidades da população estrangeira mais representadas em Portugal (Quadro 5), destaca-se a brasileira (29,3%), seguindo-se a uma distância maior, a britânica (6%), a cabo verdiana (4,9%), a italiana (4,4%), a indiana (4,3%) e a romena (4,1%). Neste seguimento, importa agora analisar os quantitativos de reclusos estrangeiros por nacionalidade em Portugal.

*Quadro 5 - Nacionalidades predominantes em Portugal, 2022*

<b>País</b>	<b>% de população por nacionalidade no total de estrangeiros</b>
<b>Brasil</b>	29,3%
<b>Reino Unido</b>	6,0%
<b>Cabo Verde</b>	4,9%
<b>Itália</b>	4,4%
<b>India</b>	4,3%
<b>Roménia</b>	4,1%

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

O quadro 6 para além do resultado das nacionalidades também permite verificar e comparar a origem relativamente ao sexo. Assim, é possível concluir que os maiores quantitativos são da população oriunda de países africanos, com destaque para Cabo-Verde, seguindo-se o grupo oriundo de países da América do Sul, fundamentalmente do Brasil e, por fim, o conjunto de cidadãos oriundos de países europeus, com a nacionalidade romena a assumir o primeiro lugar. Esta tendência não acompanha exatamente os quantitativos, por nacionalidade, de população estrangeira a residir em Portugal, pois é entre a população cabo-verdiana que se registam os maiores quantitativos de reclusos. Ainda assim, importa registar que é entre a população feminina oriunda do Brasil que se identifica o maior número de reclusas. Aliás, o

<sup>2</sup> [https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f\\_2023\\_12\\_12\\_pr\\_dia\\_internacional\\_dos\\_migrantes\\_vf.pdf](https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_12_12_pr_dia_internacional_dos_migrantes_vf.pdf)

comportamento registado, por sexo, entre a população brasileira e as restantes nacionalidades regista um maior equilíbrio entre homens e mulheres.

*Quadro 6 - Nacionalidades dos reclusos em 2022*

<b>Pessoas Reclusas</b>		
<b>País de origem</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Países de África</b>	883	36
<b>Angola</b>	129	8
<b>Cabo-verde</b>	451	17
<b>Guiné-Bissau</b>	156	6
<b>Marrocos</b>	35	—
<b>Moçambique</b>	15	3
<b>Nigéria</b>	16	1
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	35	1
<b>Países da América do Sul</b>	380	123
<b>Brasil</b>	335	118
<b>Colômbia</b>	10	2
<b>Venezuela</b>	12	—
<b>Países da Europa</b>	346	41
<b>Alemanha</b>	9	—
<b>Bulgária</b>	13	—
<b>Espanha</b>	53	7
<b>França</b>	25	—
<b>Grã-Bretanha</b>	23	—
<b>Países Baixos</b>	14	1
<b>Itália</b>	10	2
<b>Moldávia</b>	16	2
<b>Roménia</b>	91	19
<b>Rússia</b>	4	2
<b>Ucrânia</b>	29	2

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

No que se reporta à qualificação escolar e profissional da população reclusa, verifica-se que a percentagem do aproveitamento escolar e profissional é superior ao da formação profissional, isto pode dever-se “ao facto dos conteúdos lecionados estarem mais adaptados à experiência individual de adultos, acentuando-se, contudo, o fator motivacional, dado que os cursos de formação profissional são, na sua maioria, remunerados” (DGRSP, 2022, p.88).

No que se refere à qualificação escolar, verifica-se que há uma população reclusa com qualificações precárias, com um número elevado de frequência do 1ºCEB. No entanto, também é possível verificar que há reclusos com objetivo que evoluir nas qualificações económicas e ingressar no ensino superior. Como já foi mencionado, existe diversidade de nacionalidades e, por esse motivo, existem programas que permitem o ensino da língua portuguesa, requisito fundamental para obter nacionalidade portuguesa e ingressar no mercado de trabalho.

Quadro 7 - Reclusos integradas em cursos de formação escolar, 2022-2023

Níveis e tipologia de ensino			Nº de inscrições em cursos terminados em 2022	%	Nº de inscrições em cursos transitados para 2023	%	
<b>Ensino Básico</b>	Recorrente, por unidade capitalizáveis	1º Ciclo	28	1,0	39	1,3	
		2º Ciclo	12	0,4	6	0,2	
		3º Ciclo	10	0,4	15	0,5	
	Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA	Básico 1	245	8,9	251	8,3	
		Básico 1+2	98	6,6	6	0,2	
		Básico 2	239	10,3	299	9,9	
		Básico 2+3		0,0	27	0,9	
		Básico 3	472	17,2	631	20,9	
	<b>Subtotal</b>			1682	61,3	1989	65,8
	<b>Ensino Secundário</b>	Módulos capitalizáveis	181	6,6	204	6,7	
EFA NS		284	10,3	394	13,0		
<b>Ensino pós-secundário (Cursos CET)</b>			1	0,0	---	0,0	
<b>Ensino Superior</b>			112	4,1	---	0,0	
<b>Processo RVCC</b>			148	5,4	164	5,4	
<b>Programa de Formação em Competências Básicas</b>			69	2,5	6	0,2	
<b>Português para Falantes de Outras Línguas</b>			98	3,6	118	3,9	
<b>Unidades de Formação de Curta Duração</b>			630	23,0	585	19,3	
<b>Outros cursos no âmbito da educação extraescolar</b>			117	4,3	162	5,4	
<b>Subtotal</b>			1062	38,7	1035	34,2	

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

Sobre a qualificação profissional, verifica-se que há um maior número de reclusos a frequentar os Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA, como é possível observar no quadro seguinte.

*Quadro 8 - Reclusos integrados em cursos de formação profissional, 2022*

Níveis e tipologia de formação			Nº de inscrições em cursos terminados em 2022	%	Nº de inscrições em cursos transitados para 2023	%
Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA	<b>Básico</b>	Básico 1	68	6,4	69	4,9
		Básico 1+2 (nível 1)			13	0,9
		Básico 2 (nível 1)	110	10,3	117	8,3
		Básico 2+3 (nível 2)	40	3,8		
		Básico 3 (nível 2 e 3)	185	17,4	504	35,8
	Secundário EFA NS (nível 4, 5 e 6)	142	13,4	364	25,8	
<b>Subtotal</b>			545	51,3	1067	75,7
<b>Formação Modular Certificada – (UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração</b>			413	38,9	279	19,8
<b>Formação para a Inclusão (FPI)</b>			105	9,9	32	2,3
<b>CET – Cursos de Especialização Tecnológica</b>				0,0	31	2,2
<b>Subtotal</b>			518	48,7	342	24,3

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

Nos estabelecimentos prisionais é possível os reclusos continuarem os estudos assim como as atividades de formação profissional que têm como objetivo preparar os mesmos para o regresso à vida em liberdade, possibilitando uma independência económica. Contudo, tal como é referido por Isa Ferreira (2016), os reclusos aderem mais às atividades de formação profissional, isto porque, é possível obter remuneração

e a sua duração é mais curta. Sendo que, é considerada uma mais-valia, pois poderá ser um fator facilitador no processo de reinserção. Isto é, os rendimentos auferidos durante a reclusão irão permitir que os então ex-reclusos tenham a possibilidade de apoiar a família o que, conseqüentemente, irá aumentar a autoestima e a possibilidade de uma diminuição da reincidência.

A partir do Relatório de Atividade e Autoavaliação 2022, a que nos temos vindo a referir, é possível verificar que os reclusos têm possibilidade de ter uma ocupação laboral, como destacando-se em as três mais frequentes: as atividades administrativas e laboral; serviços e apoio; a restauração e similares e a construção civil (Quadro 9).,

*Quadro 9 - Ocupação Laboral dos reclusos, 2022*

<b>Ocupação Laboral</b>	<b>Número de reclusos</b>
<b>Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</b>	278
<b>Indústrias Transformadoras</b>	196
<b>Construção</b>	331
<b>Manutenção e reparação veículos</b>	50
<b>Restauração e similares</b>	646
<b>Captação e tratamento de água</b>	6
<b>Atividades administrativas e serviços de apoio</b>	2220
<b>Atividades artísticas, desportivas e recreativas</b>	176
<b>Outras atividades de serviço</b>	302
<b>Artes e ofícios</b>	15

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

No que toca às apreensões e consumos, segundo o quadro apresentado de seguida, é possível verificar que a nível de estupefacientes apreendidos destacam-se o haxixe, a heroína e a cocaína, sendo que apenas a apreensão de heroína diminuiu ligeiramente de 2021 para 2022. Para além da apreensão de estupefacientes, também foram apreendidas armas brancas, seringas e agulhas, tendo ocorrido um aumento considerável de armas brancas considerável no ano de 2022.

*Quadro 10 - Material e estupefacientes apreendidos nos estabelecimentos prisionais, 2016-2022*

Material/estupefacient es apreendidos	Ano						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Armas Brancas (inclui artesanais), agulhas e seringas</b>	61	3	54	82	36	41	111
<b>Seringas (unidade)</b>	72	61	147	114	15	45	42
<b>Agulhas (unidade)</b>	159	127	147	116	57	55	51
<b>Cocaína (gramas)</b>	122,19	165,77	139,88	310,6	39,27	136,86	368,64
<b>Haxixe (gramas)</b>	5440,12	10454,97	10223,65	7792,3	4511,25	8178,09	10047,67
<b>Heroína (gramas)</b>	411,02	295,15	242,74	385,5	304,69	320,85	260,12

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

## 5.1.2. Medidas de Reinserção Social: Normativos, Programas e Projetos

### 5.1.2.1. Normativos

No artigo 2.º do Decreto-Lei nº 215 de 2012, de 28 de setembro, pode ler-se que a DGRSP tem por missão:

o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social.

Em Portugal, as penas impostas por um crime cometido variam entre 1 mês e 25 anos, sendo que os Técnicos de Reinserção Social têm um papel de apoio psicossocial, articulação com o exterior e elaboração de relatórios que serão enviados aos tribunais (DGRSP, 2023). No Relatório de Atividade e Autoavaliação 2022, é possível obter a informação que os TRS têm um papel fundamental na vigilância eletrónica sendo orientados, a partir de um manual de procedimentos, para a

intervenção com reclusos que se encontram em prisão domiciliária. Os profissionais também têm possibilidade de participar em projetos internacionais, como por exemplo, o LEADCOR – que tem como objetivo desenvolver competências de liderança tanto para os elementos da direção como para os TRS para trabalhar competências que reduzam a tensão entre os elementos envolventes nos estabelecimentos prisionais (profissionais e reclusos). Para além da possibilidade de participarem em projetos, também são estes profissionais que implementam os programas existentes na prisão (DGRSP, 2022).

É referido no site DGRSP que nos estabelecimentos prisionais são desenvolvidos diversos programas em diferentes áreas, como por exemplo, ensino, formação profissional, trabalho, cultura, desporto e apoio à reinserção social (DGRSP, 2023). O ensino que é complementado com a formação profissional e com outras atividades, pretende preparar os reclusos para a liberdade, sendo importante referir que as atividades realizadas são adaptadas após a avaliação das necessidades e dos riscos de cada recluso. No artigo 38.º da Lei n.º 115/2009 é referido que “o ensino organiza-se em conexão com a formação profissional e o trabalho, de modo a promover condições de empregabilidade e de reinserção social, no quadro das políticas nacionais de educação e de emprego e formação de adultos”. A oferta educativa inclui os cursos de ensino básico e secundário; atividades extracurriculares, como Programa de Formação em Competências Básicas, português para reclusos estrangeiros, educação para a cidadania, artes visuais, música e desporto (DGRSP, 2023). Segundo a DGRSP, a formação profissional visa a “elaboração de um plano de formação profissional é alicerçada num diagnóstico que leva em linha de conta as necessidades de aprendizagem da população reclusa e a sua rentabilização em meio prisional e, sobretudo, no meio livre (DGRSP, 2023).

Já o trabalho no meio prisional tem como objetivo desenvolver capacidades que os reclusos podem colocar em prática quando estiverem em liberdade, antecipando o processo de reinserção social. Para que tais capacidades sejam desenvolvidas é necessário que as potencialidades de cada recluso sejam identificadas e trabalhadas dando-lhe, desta forma, sentido de responsabilidade (DGRSP, 2023)

Relativamente ao desporto é referido que:

para além da vertente ocupacional e da criação de espaços de descompressão, a prática desportiva devidamente enquadrada sob o ponto de vista técnico e pedagógico desempenha um papel relevante na promoção de estilos de vida saudável que influenciam diretamente o bem-estar e o equilíbrio emocional dos reclusos, aspetos que se refletem não só no plano individual como também ao nível da própria instituição

prisional reduzindo o potencial de conflitos e contribuindo dessa forma para a segurança global do espaço penitenciário (DGRSP, 2023).

Neste seguimento, podemos refletir que o desporto, quando implementado de forma correta, poderá ser uma ferramenta importante na promoção do bem-estar, tanto físico como emocional e na melhoria do convívio entre o recluso e a comunidade do estabelecimento prisional. É possível, também, funcionar como um fator preventivo e de apoio à reinserção social, pois os reclusos poderão vir a desenvolver competências sociais, trabalhar a sua autoestima, adquirir hábitos saudáveis e estabelecer rotinas, podendo ainda ser uma possibilidade na integração no mercado de trabalho, caso o recluso tenha esse objetivo.

Por fim, o apoio à reintegração social é feito:

através da colaboração na preparação da liberdade condicional, da interação com redes de apoio social e associações que prosseguem objetivos de reinserção social e da implementação de programas de apoio a reclusos, através parecerias com instituições que dão apoio a este público (DGRSP, 2023).

A reintegração é entendida como um processo contínuo e colaborativo que se inicia a partir do momento em que os reclusos iniciam o cumprimento da pena. Este processo deveria envolver o sistema prisional e a sociedade para que os reclusos tivessem mais possibilidades em retomar à vida pós-reclusão, com oportunidades e pouca probabilidade de reincidência.

Como se pode ler no artigo 47 do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade:

A execução das penas e medidas privativas da liberdade integra a frequência de programas específicos que permitam a aquisição ou o reforço de competências pessoais e sociais, de modo a promover a convivência ordenada no estabelecimento prisional e a favorecer a adopção de comportamentos socialmente responsáveis e que os programas são diferenciados, tendo em conta a idade, o sexo, a origem étnica e cultural, o estado de vulnerabilidade, os perfis e problemáticas criminais, as necessidades específicas de reinserção social do recluso e os factores criminógenos, designadamente os comportamentos aditivos.

Desta forma, como já temos vindo a aludir, a execução de penas deve ser focada na intervenção e direcionada para a mudança, no entanto sempre com foco nas diversidades do recluso e na promoção de competências para que tenha uma vida integrada na sociedade quando cumprir a pena de prisão. Neste seguimento, é

evidenciada uma abordagem mais humanizada, preventiva e inclusiva do sistema judicial.

Em síntese, a análise realizada permite-nos compreender que os estabelecimentos prisionais têm na sua missão configurar-se como espaços e momentos de acolhimento dos que cometeram crimes e conseqüentemente são afastados da sociedade, procurando que, além de cumprirem a pena, tenham oportunidade de reintegrar-se socialmente, e, preferencialmente não reincidam. No entanto, a pena aplicada pode variar consoante o crime cometido e, quanto mais tempo o recluso ficar impossibilitado da liberdade mais difícil se poderá tornar a sua reinserção. Como já mencionado por Joana Morujo (2017), a negação dos direitos com este público-alvo é prejudicial não só para os próprios, mas também para a sociedade, pois esta recebe pessoas que não passaram por um processo de reinserção corretamente orientado. Neste seguimento, é importante que os indivíduos, que se encontram a cumprir pena, tenham à sua disponibilidade programas de reinserção social e que participem nos mesmos.

#### **5.1.2.2. Programas e Projetos**

Da informação sobre os diferentes programas (quadro 11) que foram disponibilizados/dirigidos à população durante o ano 2022, é possível verificar que foram implementados 15 programas diferentes. Esta diversidade parece apontar para um esforço de adequabilidade aos perfis dos reclusos, assim como tem subjacente que ao cumprimento de pena corresponda a oportunidade e a possibilidade de intervenção nas áreas em que incorreram os crimes, visando a alteração de comportamentos. São exemplo destes programas, o Programa de Intervenção Técnica com Agressores de Violência Doméstica (VIDA); Programa de Intervenção Técnica dirigido a Agressores Sexuais – Crimes contra menores – Programa Vincular; Programa de Prevenção de Reincidência e da Recaída – Construir um plano de prevenção e contingência (PPC), entre outros.

No âmbito do programa destinado a agressores de violência doméstica foram aplicados quinze vezes. O programa dirigido a agressores sexuais o número aplicado foi de quatro e, relativamente, ao programa de prevenção de reincidência e de recaídas foram implementados catorzes. Dos programas mencionados, apenas no último referido é que aumentou o número de participantes relativamente ao ano 2021.

Identificam-se, ainda, programas que se dirigem à preparação da transição para a vida em liberdade, atuando em fatores de vulnerabilidade, como por exemplo, os que

se prendem com as competências sociais e pessoais e promoção de equilíbrio emocional e os que são dirigidos para abusadores sexuais.

Encontram-se ainda programas que se dirigem à alteração de comportamentos aditivos, o que revela reconhecimento do problema no seio da população reclusa, como anteriormente apontado. Portanto, pode concluir-se que ao período de cumprimento de pena corresponde a possibilidade de os reclusos recorrerem a programas que, em termos gerais, parecem responder aos principais problemas e vulnerabilidades identificados, assim como ao tipo de crimes praticados, como se pode ler no quadro seguinte.

Quadro 11 - Programas aplicados aos reclusos

Designação dos programas	Nº programas aplicados em 2022	Pessoas reclusas beneficiárias em 2022		
		Pessoas reclusas beneficiárias de programas iniciados em 2022	Pessoas reclusas beneficiárias de programas transitados de 2021	Total de pessoas reclusas beneficiárias
Programa de Intervenção técnica dirigido a Agressores Sexuais – Crimes contra Menores – Programa Vincular	4	43	64	107
Programa de Intervenção técnica dirigido a Agressores Sexuais – Crimes contra Adultos – Programa Conter			16	16
Programa de intervenção com Agressores de Violência Doméstica – Programa VIDA	15	158	196	354
Promoção de Competências Pessoais e Emocionais – Gerar percursos sociais (GPS)	6	68		68
Programa de Iniciação às Práticas Restaurativas – Educar para reparar (JR)	7	58	29	87
Promoção de Desenvolvimento Moral e Ético (versão 2 reformulado) (DME v2)	7	88	16	104
Programa de Intervenção Estruturada na Problemática Específica do Alcoolismo	7	64	20	84
Programa de Motivação para o Tratamento de Comportamentos Aditivos	2	23	12	35
Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade	6	65	0	101
Programa de Prevenção da Reincidência e da Recaída – Construir um Plano de Prevenção e Contingência (PPC)	14	145	6	151
Programa de Reabilitação Psicossocial – Transição para a vida ativa (RP)	6	101	0	151
Programa dirigida a Condenados por Delitos Estradais – Estrada Segura (ES)	9	76	9	85
Programa de Estabilização Emocional e Integração Institucional (EE)	24	236	7	243

Fonte: [Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022](#)

Os programas que tiveram maior participação por parte dos reclusos foram: o Programa de Intervenção com Agressores de Violência Doméstica – Programa VIDA; o Programa de Estabilização Emocional e Integração Institucional (EE); o Programa do Desenvolvimento Moral e Ético (DME); e Programa de Prevenção da Reincidência e da Recaída – Construir um Plano de Prevenção e Contingência (PPC). Apesar dos programas referidos serem dos mais frequentados, existem outros tantos de igual importância, como por exemplo, programas dirigidos a agressores sexuais; programas relacionados com comportamentos aditivos; programas que trabalham as competências para a empregabilidade assim como as competências pessoais e emocionais.

A tipologia de programas implementados em contexto prisional, assim como o número e o total de reclusos participantes, permitem verificar que existem programas a ser implementados que possibilitam que os reclusos trabalhem as suas fragilidades e adquiram ferramentas que lhes permitam compreender o motivo que os levou a cometer crimes no sentido em que este possa ser entendido e ultrapassado. No entanto, nem sempre há adesão por parte dos mesmos, situação que pode acontecer por diversas razões.

Em 2022, a DGRSP desenvolveu “...programas dirigidos a criminalidade específica no contexto da execução de penas e medidas na comunidade”.(DGRSP, 2022, p.185). Os programas implementados são dirigidos a agressores pelo crime de violência doméstica e situações de condução de veículo em estado de embriaguez: programas para agressores de violência doméstica, programa Contigo, programa STOP – Responsabilidade e Segurança, respetivamente. Em relação às respostas de reinserção taxa.Zero, licença.com e Ser.Pró são aplicadas, maioritariamente, em situações de condução por estado de embriaguez e condução sem habilitação legal.

Com o objetivo de preservar os laços que os reclusos mantinham antes da reclusão, surgiu o projeto para promover a instalação de telefones em celas no sistema prisional português. É um projeto que necessita de planeamento devido às medidas de segurança que têm de ser garantidas. Em 2020, iniciou-se o desenvolvimento de experiências piloto de instalação de telefones no interior das celas, garantindo condições e regras de segurança. Desta forma, foi implementado um projeto piloto nos EP do Linhó e de Odemira. Os reclusos podiam realizar chamadas entre as 7 horas e as 22 horas com uma duração de 60 minutos diários, para os seus contactos previamente autorizados e, também, para o seu advogado. O limite era de 10 chamadas, sendo que os telefones não permitiam retorno de chamadas. Como a avaliação foi considerada positiva, o projeto alargou-se para os EP de Silves, Santa Cruz do Bispo Feminino e Caldas da Rainha. É referido que, após a implementação do projeto, é

evidente o impacto positivo não tendo sido verificados incidentes significativos de segurança, ordem ou disciplina (DGRSP, 2022).

### **5.1.2.3. Liberdade Condicional, Vigilância Eletrónica e Reincidência**

Para além dos programas de reinserção anteriormente analisados, há a possibilidade de outras modalidades de cumprimento de pena, como a vigilância eletrónica que coopera com a reinserção social, pois é considerada facilitadora no processo de reconstrução pessoal, isto porque, é permitido aos reclusos, consoante autorização prévia, trabalhar, frequentar escola ou formação profissional. Também permite que os reclusos mantenham os laços familiares, pois têm possibilidade de estar em contacto diário e presente com a sua rede. Uma das vantagens que pode tornar a reinserção menos desafiante é o facto de não estarem sujeitos a sofrer discriminação de cumprimento de pena no estabelecimento prisional.

Em síntese, as medidas parecem ir ao encontro do artigo 42, nº1 do código Penal, onde é descrito que a execução da pena de prisão deve orientar-se para a reintegração social, preparando os reclusos para que venham a conduzir a sua vida de forma responsável e sem reincidência.

## **5.2. Processo de Reinserção Social: Técnicos de Reinserção Social e Associações**

### **5.2.1. Apoio dos TRS aos Ex-reclusos**

Os TRS desempenham um papel fundamental na preparação dos reclusos para a vida após a prisão. Ainda no período de permanência na prisão, os TRS são responsáveis pela elaboração do PIR, ação psicossocial que tem como objetivo criar ou manter laços dos reclusos com o meio exterior, com fim de preparar a sua reinserção na sociedade enquanto estiver a decorrer o cumprimento da pena de prisão. Como se procurou demonstrar anteriormente, os normativos e medidas preconizam a adaptabilidade dos programas aos perfis dos reclusos, tendo em consideração o tipo de crimes cometidos, mas também as necessidades de alteração de comportamentos e estilos de vida. Globalmente, o objetivo prende-se com a dotação de ferramentas e condições que não façam os entretanto ex-reclusos reincidirem. Para que se concretizem tais finalidades, é definido um PIR onde são estabelecidas as medidas e

as atividades, bem como a divisão por fases e a sua duração, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades socioculturais e contactos com o exterior. Nesse processo é necessária a realização de trabalho destes profissionais com vista à sensibilização dos reclusos para que adiram aos programas e projetos.

Isa Ferreira (2016) refere-se à multidimensionalidade do acompanhamento que estes profissionais fazem dos percursos dos reclusos durante todo o processo, na prisão e na transição para a vida em liberdade, ocupando-se também: da elaboração de relatórios e perícias sobre os reclusos; da garantia da concretização dos direitos dos (ex)-reclusos, seja a nível social, económico e cultural; do acompanhamento, também ele psicossocial, junto do meio familiar e comunitário de pertença dos (ex)-reclusos, contribuindo para a diminuição e eliminação de possíveis obstáculos relacionais e comunicacionais. Estes técnicos assumem a função de mediadores entre outras esferas, para além da familiar e comunitária, designadamente junto dos tribunais, ação relevante na resolução da situação judicial dos (ex)-reclusos, fundamental para o processo de (re)inserção social.

A função de “mediadores” coloca diversas questões, uma delas, prende-se com a ideia de serem “neutros” o que, segundo Torremorell (2008), terá como a única forma de o ser, *estar morto*. A questão da neutralidade nos profissionais da área social, parece-nos, de certa forma, questionável. Isto porque, a ação é com pessoas e, inevitavelmente, é criada empatia com as mesmas, o que irá originar um posicionamento relativamente a determinadas situações. Parece-nos que, ao invés de neutralidade, tratar-se-á antes de um posicionamento de multiparcialidade. Segundo Ana Vieira e Ricardo Vieira (2016), “o mediador tem que promover a escuta ativa com todos, tentar entrar em entendimento de todos, e isso não pode ser feito de forma neutral nem imparcial”, pois “implica atitudes empáticas por parte do mediador” (Vieira & Vieira, 2016, p.66). Entendemos que é impossível uma situação de neutralidade para com o outro ou perante uma determinada situação. Para intervir é necessário criar relação e, conseqüentemente, surgirá, ou não empatia. O que implica uma reflexão sobre a relação estabelecida com cada pessoa, que tem uma história, e que, apesar de todas as adversidades da vida, pode escolher fazer diferente. Mas pode, também, acontecer que haja pessoas não queiram mudar e reconhecer que erraram, no entanto, isso não valida que os profissionais abandonem, pois considera-se que deve ser sempre dada a possibilidade de serem tomadas decisões ao longo do processo.

Os TRS encontram-se integrados nas equipas dos EP, mas também nas delegações regionais que, após o cumprimento da pena, têm como objetivos “assegurar o acompanhamento, monitorização e controlo da atividade operativa realizadas pelas equipas de reinserção social” (DGRSP, 2024f). As equipas que se encontram nestas

delegações são divididas por áreas de intervenção diferenciadas: equipa de competência genérica, de competência especializada na área penal e na área tutelar educativa e, por fim, equipa de competência específica na área penal (DGRSP, 2024f).

### **5.2.2. Associações de Apoio aos Ex-reclusos**

Após cumprimento da pena e na fase de transição para a vida em liberdade o acompanhamento e apoio dos TRS acontece nas referidas delegações, mas alarga-se a outros contextos, como associações e outras pessoas como voluntários. Para a compreensão deste processo, procurou-se recolher de informação sobre este tipo de entidades: as associações, na Área Metropolitana de Lisboa, que apoiam os ex-reclusos. Analiticamente foram identificadas 5 entidades: a REMAR, a CONFIAR, O COMPANHEIRO, a APROXIMAR e DAR A MÃO. Apresenta-se, de seguida, a análise da sistematização da informação recolhida nos *sites* de cada instituição.

A REMAR, situa-se no concelho de Sintra, em Mem Martins e iniciou o seu trabalho em Portugal no ano de 1989. A sua área de intervenção é dar atenção a reclusos nos estabelecimentos e apoiar os reclusos nas saídas precárias. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das pessoas sendo que os seus destinatários são reclusos, reclusos em saídas precárias e ex-reclusos. É uma associação que tem protocolo com o tribunal em situações de fornecer estadia, isto é, quando os reclusos que não têm apoio da família ou que são estrangeiros a associação permite que eles fiquem a dormir durante a saída precária, sendo que alguns acabam por viver na associação. Relativamente às áreas de formação são diversas, como por exemplo, mecânica, carpintaria, agricultura, colaboração na área social (*Remar*, n.d.). Esta atua diretamente nos EP, como Tires, Sintra e Carregueira, e apoia indivíduos que se encontram em processos de reinserção social, acolhendo-os, frequentemente, em liberdade condicional ou saídas precárias nas suas casas de acolhimento.

A CONFIAR, situa-se no concelho de Cascais, em Alcabideche, tendo sido fundada em 1999. A inclusão, reinserção, prevenção de comportamentos de risco dos familiares e apoio às vítimas são as suas áreas de intervenção. A associação tem como objetivos: a inclusão e a reinserção das pessoas reclusas e ex-reclusas; a prevenção de comportamentos de risco e desviantes dos seus familiares; o apoio às vítimas de crimes perpetrados. Centra-se nos reclusos, ex-reclusos, familiares e vítimas. Apresenta alguns protocolos, sendo que o Instituto de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa, a Ordem dos Psicólogos são algumas das entidades presentes. É de salientar que também tem projetos a decorrer, como por exemplo, *Cooking For Freedom*, que é uma troca de experiências entre vários países visando identificar boas

práticas educativas no contexto prisional; e Sonhar +, definido como um projeto que apoia populações carenciadas e desenvolve projetos na área do voluntariado (*Confiar*, n.d.).

O COMPANHEIRO, associação foi fundada em 1987, localiza-se no concelho de Lisboa, em Carnide. Tem como áreas de intervenção a inserção pessoal, social, laboral e cultural de pessoas que se encontram em situação de exclusão social, tentando contribuir para a sua inclusão e integração na sociedade. A sua ação tem como objetivos: promover de estilos de vida normativos, formação e residência, capacitando para a cidadania as pessoas ex-reclusas, reclusas e famílias; desmitificar preconceitos condicionantes a uma adequada inclusão da pessoa ex-reclusa e reclusa; assegurar que pessoa ex-reclusa e reclusa recupere os laços familiares; promover o enquadramento socioprofissional; e prevenir a reincidência criminal. Os seus públicos de trabalho são os reclusos e ex-reclusos. No que diz respeito às equipas, estas têm o gabinete de intervenção social, o gabinete de intervenção Clínica e psicológica, o gabinete de educação, formação e empregabilidade, gabinete de direitos e deveres fundamentais e, o gabinete de atividade física e desporto. Apresentam diversos protocolos com: a Procuradoria-Geral da República, o Instituto de Segurança Social, a DGRSP, a CML, o Instituto CRIAP, o Hospital da Luz, a Dar e Acordar, o IEFP, a CARRIS, a Ordem dos Psicólogos, entre outros (*O Companheiro*, n.d.).

A APROXIMAR, iniciou o seu trabalho em 2006, no concelho da Amadora, em Alfragide. Tem como objetivo disponibilizar serviços e bens que capacitem organizações e comunidades para responderem de forma sustentável a desafios e oportunidades. Trabalha com os EP e com ex-reclusos, sendo os profissionais desta associação responsáveis por projetos e/ou programas de inovação social. A DGRSP, a Cruz Vermelha e a Academia Johnson são alguns dos parceiros da APROXIMAR. O projeto Mentor+ pode ser considerado um projeto preventivo, pois é uma mentoria para envolver, conectar e capacitar jovens em conflito com a lei. Já o projeto Golden Thread trabalha na construção de laços familiares e competências parentais de forma a reduzir a reincidência nas prisões europeias. A associação também apoia as famílias de pessoas reclusas, de forma online a partir do projeto UpFamilies (*APROXIMAR*, n.d.).

DAR A MÃO, encontra-se em Cascais e foi fundada em 1999. O seu trabalho decorre, essencialmente, no interior da prisão e pretende dar apoio aos reclusos dentro dos EP, privados de apoio familiar e preparar os ex-reclusos para dar os primeiros passos na sua reinserção social quando se encontrarem em liberdade. A DGRSP e a ENTRAJUDA são alguns dos apoios que a associação pode contar (*DAR A MÃO*, n.d.).

A análise relativa às associações que apoiam os ex-reclusos, evidencia um elemento comum a todas elas: o significado do nome. Com isto, não se pretende dizer

que todas têm o mesmo significado – porque não o têm -, mas que todas elas pretendem transmitir a mesma intencionalidade. As associações pretendem transmitir o aconchego, o recomeçar (a nova vida), o apoio incondicional, a importância de estarem acompanhados neste processo. É interessante identificar que todas elas funcionam para um único objetivo, que a reinserção seja um processo menos difícil, mas que, apesar de todo o apoio que possam ter, também é fundamental que os ex-reclusos trabalhem e se esforcem para que tudo corra pelo melhor, porque sabemos que querer não é suficiente.

Uma das associações identificadas permitiu a realização de visita e contacto com trabalhadores que deram a conhecer as suas impressões sobre a experiência de reclusão e a importância deste tipo de entidades no processo de reinserção social. Das notas de campo, destacam-se os elementos centrais das reflexões partilhadas no momento de visita.

Primeiramente, apresentamos uma reflexão realizada com um trabalhador onde este compartilhou experiências e reflexões acumuladas ao longo de mais de 30 anos de vivências pessoais.

“José”<sup>3</sup>, destacou o trabalho árduo realizado na intervenção com os reclusos e refere que, embora, a associação tenha fundamentos cristãos, sublinhou que a abordagem da instituição vai além do aspeto espiritual, promovendo uma intervenção prática que combina acolhimento e reintegração. Segundo o mesmo: “Não está só baseada em abrir a Bíblia e pregar o que lá está.”

Além disso, referiu que muitos dos trabalhadores da associação tiveram um passado de marginalização, o que lhes permite uma ligação mais próxima e empática com os reclusos. O próprio revelou ter estado preso durante 14 anos, o que lhe proporcionou uma visão interna do ambiente prisional, descrito como um local marcado pela “lei do mais forte” e pela presença de corrupção. Segundo este: “Quando falamos em mais forte, não é aquele que é forte fisicamente, mas o que tem melhores contactos com o exterior.”

“José” relatou que, para muitos reclusos, o sistema prisional representa um ambiente de continuidade dos padrões de comportamento que já conheciam. Refletiu: “Uma pessoa sai de um ambiente de tráfico, vai para a prisão em que o ambiente não é muito diferente... aquilo é mais um *upgrade* daquilo que já sabiam. Estando lá dentro, a maior parte não diz *‘estou aqui porque mereço estar aqui’*. Todos são inocentes. Eles têm de tomar consciência do porquê de estarem presos.”

---

<sup>3</sup> para garantia de anonimato e confidencialidade, atribuiu-se o nome José

Para “José”, a eficácia da reinserção social não depende apenas de cumprir penas, mas de oferecer ferramentas que impeçam a repetição dos erros. Afirmou: “Nenhum de nós mudará se pagarmos apenas pelos erros cometidos; é preciso haver projetos para evitar a repetição do erro.”

Outro ponto importante levantado foi a necessidade de maior cooperação entre os TRS e os guardas prisionais. Segundo José, deveriam trabalhar em conjunto para ajudar os reclusos: “As pessoas que estão lá dentro estão a cumprir pelo que fizeram, mas também é mais importante serem corrigidas para que não venham a fazer a mesma coisa.”, reforçando, desta forma, o que já havia refletido anteriormente.

“José” também abordou a realidade social de muitos reclusos, em especial a desproporção de reclusos de origem africana, quer pela nacionalidade, quer como descendentes. Embora alguns atribuam isso ao racismo, ele acredita que a raiz do problema está nas condições socioeconómicas, retribuindo-lhes “não, o problema não está por ser negro o problema é que são coisas que já vêm de trás”, reforçando: “A maior parte da malta africana vive ou cresce num ambiente onde os desafios são muito maiores e as referências que têm não são as melhores. Para que haja mudança de paradigma, tem de haver uma intervenção nesse campo, por parte do próprio Estado, para que o ambiente se modifique, e isso faz-se através do ensino e do trabalho local.”

Na sua opinião, o ambiente em que uma pessoa cresce não determina quem ela será, mas influencia, significativamente, o seu percurso, tendo concluído: “Ninguém nasce criminoso, mas todos nós nascemos com tendências. Depende do ambiente em que crescemos.”

“José” destacou ainda a importância do apoio psicológico no processo de reinserção. Embora existam psicólogos e psiquiatras nas prisões, ele acredita que o sucesso depende de confiança e empatia, qualidades que os membros da associação conseguem estabelecer graças às experiências semelhantes que muitos vivenciaram: “Nós temos uma vantagem, porque conhecemos o ambiente e conseguimos facilmente criar uma empatia. Temos a mesma linguagem, e as barreiras são destruídas.” Também enfatizou a vulnerabilidade dos jovens sem apoio familiar, que saem das prisões frequentemente traumatizados e com baixa autoestima. Sobre isso, comentou: “Vêm com traumas, com a autoestima em baixo... por um maço de tabaco fazem coisas que até custa dizer. A mim não me escandaliza, porque já passei por isso, mas é muito difícil... são meios ilícitos e coisas que provocam traumas para o resto da vida.”

Ainda durante a visita, “Joaquim”<sup>4</sup>, um dos representantes da instituição, destacou e reforçou, o que “José” já havia referido, a importância de oferecer aos

---

<sup>4</sup> para garantia de anonimato e confidencialidade, atribuiu-se o nome Joaquim

reclusos e ex-reclusos um “complemento espiritual e natural”. Ele enfatizou que muitos membros da associação, incluindo ele próprio, superaram situações de extrema vulnerabilidade, como a toxicod dependência, o que os torna mais preparados para acolher e apoiar quem enfrenta dificuldades semelhantes.

Segundo “Joaquim”, a metodologia da associação baseia-se em princípios de acolhimento incondicional e solidariedade, sem dependência de regras impostas por apoios estatais. Essa independência, de acordo com a instituição, garante maior flexibilidade e capacidade de resposta, exemplificou: “Se tivermos 30 utentes e chegar mais um, não deixamos ninguém na rua, mesmo que isso signifique apertarmo-nos um pouco mais.”

Essa filosofia reflete a essência do trabalho da associação, onde o acolhimento vai além das limitações materiais, colocando o bem-estar humano no centro de suas ações. A associação também acolhe pessoas em situações especiais, como saídas precárias ou em regime de liberdade condicional. “Joaquim” explicou que essas saídas só são autorizadas pelo tribunal quando existe a garantia de que os reclusos não terão contacto ou proximidade com os motivos que os levaram à prisão. Para garantir a segurança de todos, é adaptado o acolhimento às necessidades individuais de cada caso, exemplificando: “Já recebemos pessoas com liberdade condicional e que aceitámos que viessem para as casas de acolhimento. Temos uma casa num meio habitacional onde há crianças e pessoas. Portanto, se esse recluso foi preso por pedofilia, temos sítios apropriados, outras quintas, como por exemplo, uma em Santarém que está mais afastada e não tem adolescentes ou crianças.”

Esse cuidado evidencia o nosso compromisso em promover a reintegração social de forma responsável, tanto para os reclusos quanto para a comunidade.

“Joaquim” destacou ainda o papel transformador da “terapia ocupacional” oferecida pela associação. Nessa abordagem, cada indivíduo contribui com as suas capacidades, seja na lavandaria, na cozinha ou noutras funções essenciais. Essa participação não promove apenas o senso de responsabilidade, mas também ajuda a construir uma rotina estruturada, essencial para a reinserção social.

Outro aspeto fundamental do trabalho é a mediação na reconstrução de laços familiares, especialmente em casos em que as relações foram quebradas durante o período de reclusão. “Joaquim” enfatizou que essa reconexão facilita significativamente a reinserção social, compartilhando: “Tentamos reconstruir laços familiares caso os mesmos tenham sido quebrados, pois facilita na reinserção.”

Um exemplo marcante foi o de um jovem que, com o apoio da associação, conseguiu restabelecer o contacto com a sua família, o que resultou numa mudança positiva na sua autoestima e motivação.

Apesar dos resultados positivos, “Joaquim” também apontou as limitações enfrentadas. Entre os desafios mais significativos estão a falta de apoio estatal, os preconceitos enfrentados pelos ex-reclusos e a necessidade de maior empatia e cooperação entre os profissionais do sistema prisional. Esses obstáculos, segundo ele, dificultam o alcance de resultados ainda mais expressivos.

No entanto, reforçou que o trabalho não se foca apenas na transformação da vida dos reclusos e ex-reclusos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Concluiu com uma visão otimista, destacando a importância de continuar a promover iniciativas baseadas na solidariedade e na empatia.

A visita revelou a profundidade do trabalho realizado junto dos reclusos e ex-reclusos, bem como os desafios que persistem no sistema prisional. O testemunho de “José” trouxe uma perspectiva rica e humanizada sobre a realidade das prisões, a necessidade de projetos de reintegração eficazes e o papel fundamental da empatia e da confiança no processo de transformação. A reflexão apresentada reforça a importância de intervenções públicas e comunitárias que promovam oportunidades reais de recomeço e inclusão social.

Foi no âmbito de uma destas entidades que foi possível realizar as entrevistas aos ex-reclusos, de que se ocupa a secção seguinte do trabalho.

### **5.3. Da prisão à Reinserção Social: Percursos de Ex-reclusos**

Metodologicamente optou-se pela realização de entrevista, como referido anteriormente, neste seguimento iniciamos a presente secção a apresentação de breves retratos de cada entrevistado, dando a conhecer os percursos de vida. Os nomes apresentados são fictícios, de forma a garantir de anonimato e confidencialidade

#### **5.3.1. Retratos de Ex-reclusos**

##### **5.3.1.1. João**

**João** (Anexo D) com 65 anos, de nacionalidade portuguesa é natural de Lisboa. Cresceu numa família onde o pai era canalizador e a mãe dedicava-se às tarefas domésticas. O ambiente familiar incluía também a presença dos avós e da irmã. No

entanto, apesar de ser uma família presente, refere que sentiu falta de apoio durante o seu processo de crescimento.

A educação escolar foi breve e marcada pela resistência. Frequentou a escola até aos 11 anos, altura em que, por necessidade e pelas circunstâncias, começou a trabalhar para contribuir com o sustento da casa e iniciou os estudos noturnos. Até aos 14 anos, conseguiu completar o 1º ciclo do ensino básico e, já adulto, aos 50 anos, decidiu concluir o 9º ano. Sem muitas recordações positivas dessa fase escolar, refere que não houve professores marcantes e que, como aluno, era rebelde e pouco interessado.

Nos tempos livres, ocupava-se a jogar à bola e a realizar tarefas domésticas, cultivando poucos laços de amizade. Cresceu com uma visão de que a vida adulta seria melhor, mas à medida que os anos passaram, essa esperança foi-se desvanecendo.

Aos 14 anos, começou a trabalhar no setor de materiais de construção, um emprego que lhe foi arranjado pelo pai. Com o tempo, obteve outros empregos, incluindo uma posição na função pública e, mais tarde, como técnico de eletricidade, a profissão que exerceu até à sua situação de reclusão.

Antes de ser preso, vivia com o seu cônjuge e o seu filho, mas, quando foi entrevistado encontrava-se já divorciado. Tem quatro filhos e refere que, apesar de ter acompanhado “um pouco” o crescimento de cada um, sente que a relação com eles é distante e insuficiente. Este afastamento contribuiu para a solidão que vivenciou nos últimos anos, dificultando a reconstrução de laços familiares após a sua passagem pelo sistema prisional.

O momento que o levou à prisão foi descrito por si como fruto de uma “injustiça da violência doméstica”. Este episódio, segundo o entrevistado, marcou-o como o ponto mais difícil da sua vida, uma situação que nunca imaginara enfrentar e que lhe trouxe sentimentos de “revolta e perda de fé”.

A adaptação ao ambiente prisional foi um desafio “muito mau”, agravado pela falta de apoio, que o fez sentir-se “farto de tudo”. A sua experiência com os técnicos e programas de reinserção prisional foi, nas suas palavras, extremamente frustrante, descrevendo os serviços como uma “vigarice”, por sentir que faltavam verdadeiros apoios e orientações. O trabalho dos técnicos era, segundo ele, “uma chabardice”, e as poucas interações que teve com eles deixaram-no dececionado, reforçando o seu sentimento de abandono e desamparo.

Após cumprir a pena, saiu da prisão, sem grandes expectativas ou planos, sentindo que não havia nenhum apoio disponível para o ajudar a reintegrar-se, por isso, procurou ajuda. Desta forma, passou a viver na associação destinada a ajudar este público, onde procurou estabilidade, o período de reinserção foi vivido com resignação,

descrevendo a motivação para essa fase como “esperar”. Sobre a sua reintegração no mercado de trabalho, recorda-se de ter trabalhado na Carris, mas acabou por perder o emprego após uma cirurgia.

Quando questionado sobre os aspetos que mudaria se pudesse voltar atrás, o entrevistado afirma que não mudaria nada, considerando-se a “mesma pessoa” ao longo de todo o percurso de vida, apesar das dificuldades e das transformações pelas quais passou. O sentimento de discriminação por parte da sociedade é algo que carrega consigo, afirmando que foram “muitos” os momentos em que sentiu ser tratado de forma diferente devido ao seu passado prisional.

Hoje, aos 65 anos, reflete sobre uma vida marcada por desafios e recomeços difíceis. A falta de apoio e as complexidades da reintegração social fazem-no sentir-se em parte, desconectado da sociedade, mantendo uma visão crítica sobre o sistema que o acompanhou nos momentos de maior vulnerabilidade. A vida que imaginara em criança como “uma boa vida” acabou por lhe escapar, mas continua a viver *um dia de cada vez*, refletindo sobre as suas experiências e tentando, na medida do possível, encontrar alguma paz.

### **5.3.1.2. Manuel**

O **Manuel** (Anexo E) é um homem de 46 anos, natural de Lisboa e de nacionalidade portuguesa. Completou o 12º ano de escolaridade e, antes de ser preso, trabalhava como operador de maquinaria CNC/Fresador. Na família de origem tinha o pai, serralheiro, a mãe, repositora e duas irmãs. Durante a infância e adolescência, foi acompanhado por ambos os pais até aos 14 anos, passando a viver apenas com o pai a partir dessa idade. Apesar de algumas dificuldades, considera que teve o apoio da família durante o crescimento.

Quando foi preso, vivia já em conjugalidade e com a filha de cinco anos. Aquando da entrevista, já se encontrava divorciado e com dois filhos, um rapaz de 23 anos e uma rapariga de 8 anos. Sobre o acompanhamento do crescimento dos filhos, afirma que o fez “dentro do possível”, mas menciona que a sua relação com o filho mais velho é “distante”, uma vez que se encontra na condição de recluso num estabelecimento prisional português. Atualmente, reside na associação que se destina a ajudar este público.

Na infância e juventude, descreve-se como alguém que teve uma fase “feliz e tranquila”, embora, em certo momento “perturbada” pela separação dos pais. Como jovem, gostava de desporto, leitura e jogos de consola. Nos seus tempos livres, brincava na rua, saía com os pais e assistia a programas televisivos. Quando pensava no futuro,

desejava “seguir o modelo de educação” que o pai lhe transmitiu. Destacou alguns episódios que marcaram o seu crescimento, mencionando episódios de violência doméstica entre os pais, que culminaram na separação do casal.

Aos 21 anos, passou por uma tentativa de suicídio, resultado de uma desilusão amorosa que descreve como um momento de fragilidade. Ainda assim, era um jovem com muitos amigos e gostava de frequentar a escola. Considerava-se um aluno “muito aplicado, com gosto em estudar e metódico”. Embora não tenha sido particularmente influenciado por professores, valorizava o ambiente escolar e concluiu os estudos aos 19 anos.

Aos 20 anos, começou a trabalhar numa oficina de sinalização aeroportuária na Amora, tendo conseguido o emprego através de amigos. Teve outros trabalhos ao longo da vida, mas acabou por ser preso, pela primeira vez, devido a um episódio de violência doméstica. Ao receber a sentença de prisão, sentiu “desespero, pânico e terror”. A adaptação inicial à condição de recluso foi “péssima”, mas com o tempo, conseguiu melhorar a sua aceitação e adaptação.

Sobre o período de cumprimento da pena, descreveu a rotina como difícil, especialmente por “sentir falta de liberdade e da família”. Mantinha relações distantes com outros reclusos. Participou no “Programa VIDA - Agressores de Violência Doméstica”, uma experiência que descreve como “muito enriquecedora e positiva”. Na sua opinião, o trabalho dos técnicos de reinserção social nos estabelecimentos prisionais é “globalmente satisfatório” e a interação direta com eles permitiu-lhe desenvolver novas competências pessoais e sociais para o futuro. Durante o período de reclusão, relata que passou por alterações internas, adquirindo “maior autoestima, tolerância, serenidade e amor próprio”, além de fortalecer os laços afetivos com os outros.

Sobre os aspetos positivos e negativos da vivência na prisão, considera que a experiência pode ter dois caminhos: “o da reinserção e melhoria de competências” ou, ao contrário, “sair pior se a pessoa não quiser mudar”. Quando se aproximava do fim da pena, projetou para a sua vida uma fase de “reinsersão e reintegração social e laboral”, com o apoio da instituição e o objetivo de recuperar a autoestima.

As suas motivações durante o período de reinsersão social foram “recuperar o domicílio, trabalhar e restabelecer o apoio da família e dos amigos”. Avalia a relação de trabalho com os técnicos de reinsersão como “muito positiva e de sucesso”. Sobre a discriminação social, diz ter sentido apenas em alguns momentos, nomeadamente, nas relações pessoais.

No momento da entrevista, trabalhava como operador num *call center*, emprego que conseguiu enviando o *Curriculum Vitae*. A sua situação de emprego oferece-lhe um

rendimento regular e relações estáveis com os colegas de trabalho. Entre as principais mudanças na sua vida, após cumprir a pena, menciona a perda da casa, do trabalho, o afastamento da família e de amigos e o rompimento da relação conjugal que tinha. Quando questionado se mudaria algo na sua vida, ele afirma que, se pudesse, “não teria cometido o crime”.

### **5.3.1.3. Francisco**

O **Francisco** (Anexo F) é um homem de 30 anos, natural do Campo Grande - Lisboa, com nacionalidade portuguesa. Tem o 6º ano de escolaridade, tendo iniciado o 7.º ano, mas que não concluiu. Antes de ser preso, trabalhava como servente na construção civil.

Sobre o seu contexto familiar, é mencionado que nunca manteve uma relação próxima com a família. Foi criado inicialmente pela avó materna, que era doméstica, mas perdeu esse apoio quando esta faleceu. Após isso, foi para uma instituição de onde fugiu aos 12 anos, o que resultou numa vida marcada pela ausência de suporte familiar. “A minha avó já era mais velha quando me acolheu, estive 6 anos com ela. Depois fui para uma instituição e fugi aos 12 anos... sei que foi um erro, porque podia ter aprendido alguma coisa com os técnicos de lá. Depois disso fiquei à minha responsabilidade”, explica ele. Embora tenha passado um tempo com a mãe, a relação não foi duradoura, a progenitora tentou que ele fosse viver com a avó paterna, mas este não quis.

Antes de ser preso, vivia com a companheira, a mãe da sua filha, embora atualmente se mantenha solteiro e sem qualquer relação amorosa. Tem uma filha de 11 anos, mas nunca chegou a conhecê-la.

No momento, da entrevista, residia na associação que se destina a ajudar este público-alvo. Sobre a infância e adolescência, descreve-se como “muito reguila” e pouco interessado pela escola, admitindo que as “traquinices” e as “más companhias” levaram-no a cometer crimes desde cedo. Quando questionado sobre os seus interesses, menciona apenas música e diz que está, agora, a redescobrir o conceito de tempos livres: “Bem, estive preso alguns anos, por isso só agora vou ter tempos livres.”

Refletindo sobre como gostaria que a sua vida tivesse sido, admite que nunca parou para pensar nisso e diz que a vida que levava não facilitava grandes reflexões: “Sinceramente, nunca pensei nisso. Andava numa vida que não me facilitava. Mas quero muito estar com a minha filha”. Em relação aos eventos que mais o marcaram durante o crescimento, destaca: “Quando a minha avó faleceu, quando fui institucionalizado, quando a minha filha nasceu e não pude conhecê-la”.

Embora tivesse alguns amigos, reconhece que “não eram bons amigos”, pois pertenciam ao mesmo contexto da instituição e da escola. Frequentou a escola até aos

12 anos, mas acabou por desistir quando fugiu da instituição e teve de se sustentar. A experiência laboral foi breve, tendo começado aos 17 anos numa obra.

Os crimes que o levaram à prisão pela primeira vez incluíam “furto, roubo, porte de arma ilegal e condução sem habilitação”. Na primeira vez que esteve preso admite que, embora soubesse que estava a pagar pelo que fez, “não era isso que pretendia”. O processo de adaptação à condição de recluso foi difícil, já que estava acostumado a ser “livre e dono de si próprio”.

Durante o tempo na prisão, trabalhou em atividades de limpeza e também tentou estudar, mas preferiu trabalhar para ganhar algum dinheiro, apesar de ter “poucas competências laborais”. Manifestou desconhecimento sobre a existência de programas de reinserção e, portanto, não participou em nenhum. Sobre a interação com os técnicos, relata: “Tive algumas vezes com o meu técnico, mas pouco. Agora, quando estava para sair, é que me chamaram mais para me encaminharem.”

A experiência na prisão, apesar de dolorosa, levou-o a valorizar a liberdade e a refletir sobre a ausência da filha: “Acho que passei a dar mais importância à liberdade. O facto de não conhecer a minha filha por causa da prisão marcou-me muito. Quero retomar o tempo perdido.” Para ele, a prisão trouxe uma consciência maior sobre o valor da liberdade, mas não considera ter havido aspetos positivos. “Positivos não vejo. Aquilo é outro mundo. Mas ao menos aprendi a valorizar o que tenho e não pretendo cometer mais crimes.”

Ao saber que seria libertado, o primeiro pensamento foi sobre onde ficaria a viver, pois não tinha qualquer apoio familiar. Desejava também poder reencontrar a filha e organizar a vida. A principal motivação durante o processo de reinserção foi poder vir a estar com a sua filha e o facto de ainda ser jovem, o que, segundo ele, dá-lhe uma “chance” de recomeçar. Quando questionado sobre o apoio dos técnicos na fase da sua reintegração social, responde: “Lá dentro não senti que preparassem muito a minha saída.”

Em relação à discriminação que possa enfrentar na sociedade, expressa alguma preocupação: “Não tive ainda muito tempo para sentir isso, mas acredito que para arranjar trabalho seja mais difícil. Isso e a minha família não acreditar que mudei. Isso marca.”

Atualmente, ainda não está no mercado de trabalho e mora numa instituição. “Estou numa instituição, outra vez, não é o que pretendo para a minha vida, mas sei que é necessário e já estou habituado. A maior alteração é que antes de ir preso tinha a vida muito desorganizada. Agora quero organizar.”

Ao refletir sobre o que mudaria no seu passado, afirma que não teria cometido crimes e não teria saído da instituição onde estava, pois acredita que, se tivesse ficado, o seu comportamento teria sido outro e o futuro, talvez, mais risonho.

#### **5.3.1.4. Pedro**

O **Pedro** (Anexo G) nasceu em Espinho, tem nacionalidade portuguesa, e à data da entrevista tinha 54 anos. Descreveu uma infância tranquila ao lado dos pais e três irmãos. O pai era carpinteiro e a mãe trabalhava como empregada de limpeza, proporcionando-lhe uma “ótima educação”, que ele reconhece como positiva e estruturada. Apesar desse apoio familiar, acabou por se distanciar dos irmãos ao longo da vida, “sabe, apenas, que um deles foi preso e que já se encontra em liberdade”. Uma das memórias mais dolorosas foi o impacto que suas escolhas tiveram na mãe, especialmente ao vê-la sofrer pelas consequências dos seus atos.

Sobre a infância, descreve-se como uma criança calma e dedicada aos estudos, sendo um aluno aplicado que gostava da escola. No entanto, aos 11 anos, precisou de abandonar os estudos para trabalhar e ajudar financeiramente a família. O seu primeiro emprego foi numa padaria em Leiria, conseguido por meio de contactos locais, o que simbolizava o início de uma vida de trabalho e responsabilidades prematuras. Ao longo da juventude foi-se dedicando a diferentes trabalhos, principalmente na construção civil, restauros e como calceteiro.

Nessa fase, começou também a conviver com “más influências” e iniciou um processo de consumo de drogas. Este momento foi por si descrito como um ponto de viragem que “estragou a sua vida” e o afastou do caminho que imaginava trilhar.

Com o agravamento do consumo de drogas, começou a cometer crimes, incluindo assaltos à mão armada, para custear a sua dependência. Tornou-se reincidente e, ao perceber que voltaria a cumprir pena, sentiu-se “muito triste”, mas aceitou o desfecho como inevitável. A entrada na prisão trouxe um misto de sentimentos, mas a sua adaptação foi relativamente tranquila, devido à sua natureza pacata e ao facto de evitar conflitos.

Na prisão, a sua rotina era organizada e metódica: acordava, fazia a higiene pessoal, trabalhava e depois voltava para a cela. A convivência com outros reclusos era mínima, e mantinha-se só. Embora o estabelecimento prisional oferecesse programas de reinserção, ele nunca participou em nenhum, refere: “não estive em nenhum, porque nunca me envolveram”. Além disso, alude que enfrentou dificuldades com o técnico de reinserção e, que, inevitavelmente, segundo o próprio Pedro impactou o seu percurso dentro da prisão.

Ao longo do tempo em que esteve no estabelecimento prisional, passou a valorizar mais as “pequenas liberdades” e arrependeu-se do distanciamento da família, que havia decidido manter, para poupá-los do sofrimento. Descreve o ambiente da prisão como “desafiador”, onde “a maioria não aprende nada” e muitas vezes retorna aos mesmos erros, após cumprimento da pena.

Após a sua libertação, o seu primeiro objetivo foi garantir um local para ficar e organizar-se financeiramente, por isso decidiu procurar apoio na associação destinada a ajudar ex-reclusos. Essa instituição ajudou-o a conseguir um protocolo de trabalho com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), que considera um primeiro passo para reorganizar a sua vida. Embora temporário, o trabalho na CML, trouxe algum rendimento e estabilidade inicial, permitindo que faça planos para o seu futuro

Motivado pelo desejo de retomar contacto com a família e construir uma vida estável e sem dependências, procura, atualmente, um emprego mais duradouro e uma nova forma de viver, longe do crime e do consumo de drogas. A adaptação à vida numa instituição com outros homens no mesmo quarto foi desafiadora, mas vê-a como um passo necessário para alcançar a independência.

Sobre a discriminação que pode vir a sentir afirma: “ainda não tive tempo para perceber isso, porque sai há umas semanas, mas até agora não senti nada. Aqui dentro somos todos iguais e bem tratados”.

Quando pensa no que poderia mudar na sua vida, afirma que jamais teria iniciado o consumo de drogas, pois acredita que essa escolha inicial foi o que o levou ao crime. Apesar das adversidades, agora foca-se em transformar o que pode para construir uma nova vida.

#### **5.3.1.5. Marco**

O **Marco** (Anexo H) é natural de Luanda, Angola, foi criado num ambiente humilde, com a mãe, agricultora, tendo o pai falecido muito cedo. Cresceu numa família numerosa com 15 irmãos, sendo por isso o apoio familiar limitado, mas, como refere: “foi pouco, mas tive uma presença”. Contou com o apoio da mãe, mas também da tia, irmã da mãe, que cuidou dele durante grande parte do seu crescimento. Por isso, considera que, apesar das limitações, teve uma base para a sua formação.

Considera que teve “liberdade muito cedo”, descrevendo-se como uma criança “estável”, ainda que com pouca supervisão e orientação. Na escola, apesar de alcançar o 10.º ano, não gostava das aulas, considerando-se “brincalhão e curioso”. O facto de a formação entretanto iniciada não lhe agradar e a experiência com drogas contribuíram para que se distanciasse de um percurso escolar estável. Enquanto estudava, começou a trabalhar aos 15 anos, primeiro numa oficina de bate-chapa, que era do pai e que

continuou na família. Também trabalhou como servente de pedreiro, acumulando desde cedo responsabilidades adultas.

Ao ser questionado sobre as suas expectativas para a vida adulta, refere que via o seu futuro como algo *sério* e *planeado*, “não eram simplesmente aventuras momentâneas”. Os seus interesses incluíam “música, estudos criativos e artes plásticas” e o desejo de realizar “os projetos que planeei para a minha vida; casa; família”. O entrevistado revela uma aspiração por estabilidade e realização pessoal, porém, também menciona que o “excesso” de amizades talvez tenha sido um dos seus erros: “este era o meu erro: fazer amigos”.

Ingressou no meio prisional, pela primeira vez, por tentativa de homicídio, a notícia da sua prisão trouxe um choque devastador, descrito por ele como “medo, susto constante e isolamento”, que evoluiu para um quadro de depressão. Nos primeiros tempos de detenção, vivenciou a experiência do isolamento, achando que “a vida acabou”. No entanto, com o tempo, percebeu que não estava sozinho nessa condição e que precisava de encontrar uma forma de “ocupar a cabeça, não o tempo”, o que trouxe uma “pequena luz” para suportar o peso da fase de reclusão.

Não esteve envolvido em programas de reinserção na prisão, mas menciona que recebeu apoio psicológico, o que parece ter sido essencial no processo de autoaceitação e na superação do quadro depressivo. Ao falar sobre o seu período de reclusão, afirma que houve mudanças profundas em si mesmo, como um “receio e desprezo por certas atitudes agressivas”. Reconheceu que a prisão lhe ofereceu uma oportunidade de pensar sobre a vida, tendo concluído que a perda da liberdade seja algo que ele nunca mais quer enfrentar. Quando, finalmente, soube que sairia da prisão, experimentou um alívio imenso e um desejo profundo de nunca mais retornar: “o alívio era tanto que todos os dias dava graças a Deus”. A reinserção, no entanto, apresentou desafios. Precisou de aprender a lidar com os estigmas e com o sentimento de inutilidade, que por vezes recaía sobre si. Como diz: “Por pouco pensei (na discriminação), mas na verdade era eu que me estava a discriminar. De uma forma, estava-me a sentir inútil.”

Com apoio da Associação conseguiu trabalho em jardinagem, o que permitiu fazer face à despesa de uma renda, pelo que descreve como “estável” a vida em liberdade. Hoje, mantém uma relação “cordial” com os colegas e tem ambições claras para o futuro, alimentadas por um novo sentido de confiança em si mesmo e nos seus objetivos de vida.

Quando questionado sobre o que mudaria na sua vida, responde que nada, pois aprendeu a enfrentar o “medo do amanhã”, a “orgulhar-se do presente” e a “esquecer o passado”. A sua motivação atual é fortalecer-se para nunca mais retornar ao ambiente

prisional e a focar-se em projetos de vida que o mantenham afastado de más influências e comportamentos destrutivos.

#### **5.3.1.6. Paulo**

**Paulo** (Anexo I), de 64 anos, natural de Moura, em Portugal, descreveu uma trajetória de vida marcada por desafios económicos e responsabilidades precoces.

Nasceu numa família numerosa, com sete irmãos, com recursos escassos. Com o falecimento dos pais e a presença constante da avó materna, sentiu-se responsável desde cedo, assumindo tarefas domésticas e cuidando dos irmãos. Descreve esse período de crescimento como sendo de amadurecimento precoce, pois “apesar de não ser o mais velho, fui sempre eu que ajudei nas tarefas domésticas e a cuidar dos meus irmãos. Isso fez-me crescer mais depressa”. Essa responsabilidade moldou o seu carácter e contribuiu para o seu desejo de estabilidade e autonomia na vida adulta.

Na escola, *divertia-se mais* pela socialização entre pares do que pelos estudos propriamente, embora se descreva como tendo sido um “aluno bem-comportado”. Apesar de gostar de ser estudante, sobretudo pela possibilidade da “brincadeira”, teve de abandonar a escola aos 11 anos para ajudar em casa, dadas as necessidades económicas da família. Desde cedo, trabalhou na agricultura e, posteriormente, passou por vários ofícios, incluindo jardinagem, construção civil e panificação, “fazendo o que fosse necessário” para contribuir com o sustento da casa.

Quando questionado sobre como idealizava o seu futuro, refere que nutria o sonho de “construir família e ter uma vida organizada, com trabalho e uma casa”.

Na vida adulta, antes de ser preso, vivia com uma companheira que faleceu em resultado de doença. O impacto dessa perda e a necessidade de medicação para a sua companheira levaram-no a uma série de decisões desesperadas: “não estava a conseguir encontrar trabalho, a minha companheira era uma pessoa doente e precisava de remédios e eu comecei os assaltos para conseguir obter dinheiro rápido”. Essa situação levou-o a cometer furto qualificado que o colocou, pela primeira vez, em contacto com o sistema prisional.

Quando foi preso, estava num momento de tentativa de reorganização da sua vida, tendo acabado de conseguir um novo trabalho. Esse retrocesso foi um golpe duro, pois sentiu que “tinha perdido tudo”. A adaptação à vida na prisão foi particularmente difícil. Apesar disso, encontrou uma maneira de lidar com a reclusão dedicando-se ao trabalho dentro da prisão, o que descreve como uma estratégia para se manter ocupado e focado: “assim que entrei, comecei logo a trabalhar. Achei que assim seria mais fácil”.

O entrevistado manteve-se cumpridor das normas e respeitoso com os demais reclusos e com o sistema, o que lhe permitiu obter saídas precárias e manter uma boa

convivência com todos. Embora não tenha participado nos programas de reinserção social, teve alguns atendimentos com técnicos, mas não considera que tenham feito diferença na sua vida na prisão.

A experiência de reclusão trouxe-lhe, principalmente, a valorização da liberdade e a capacidade de resistir às influências de pessoas que poderiam ser prejudiciais. Admite que “aprendi a não dar confiança a toda a gente porque nem todos merecem” e que agora compreende que nenhuma circunstância justifica cometer crimes: “não preciso disso, posso pedir ajuda”. Apesar de observar poucos aspetos positivos na reclusão, reconhece que o tempo na prisão serviu como uma dura lição e o fez perceber que havia alternativas ao crime.

Ao saber que seria libertado, a sua prioridade foi procurar trabalho para restabelecer a sua independência, pois sabia das dificuldades de conseguir emprego como ex-recluso. Por isso, procurou apoio numa instituição de acolhimento, a Associação, tendo usufruído de ajuda para estabilizar a sua vida. Com o auxílio dos técnicos da associação, conseguiu um trabalho e começou a reorganizar-se, tendo gradualmente conquistado a confiança na equipa técnica e utentes da instituição ao ponto de ser, à data da entrevista, o encarregado.

Descreve o processo de reinserção social como positivo e sente-se acolhido pela comunidade: “todos me conhecem aqui, todos me falam muito bem”. Esta rede de apoio permitiu que sentisse segurança no seu recomeço, ao ponto de não ter experimentado discriminação pelo seu passado. Com o salário que auferi, consegue fazer face às despesas e sente-se, por isso, satisfeito por não precisar de preocupar-se com alimentação, habitação e outras despesas básicas, considerando isso um “alívio”.

O entrevistado expressou gratidão pela oportunidade de reconstruir a sua vida e revelou ambicionar manter a estabilidade conquistada. Relativamente ao futuro, manifestou o desejo de “organizar tudo, encontrar uma mulher para fazer vida” e alcançar a vida que sempre quis. Quando questionado sobre o que mudaria na sua vida, respondeu que nada, pois considera que aprendeu com o que viveu e prefere olhar para o futuro, valorizando o presente e deixando o passado para trás.

#### **5.4. Reinserção Social: pilares e fatores promotores e inibidores**

Os retratos apresentados anteriormente revelam as trajetórias de vida de ex-reclusos, partindo das suas origens familiares, percursos educacionais, motivos de condenação, impacta inicial da reclusão e vivência da prisão. Por fim, as narrativas

sobre os percursos de reconstrução e adaptação que marcaram a vida destes ex-reclusos, no momento pós-prisão. Globalmente, parece poder afirmar-se que a privação da liberdade influencia a configuração das identidades e das relações sociais, evidenciadas na procura por “nova vida”, mesmo que enfrentando uma condição de vulnerabilidade económica de exclusão social.

Os testemunhos apresentados demonstram intencionalidade e, em certa medida, capacidade de resiliência e transformação, mostrando que, mesmo após períodos difíceis, parece ser possível encontrar sentido e propósito nas novas oportunidades.

A reflexão por parte daqueles que tiveram uma “experiência” no mundo da prisão, e que neste momento se encontram a acompanhar e a apoiar outros, é também uma evidência dessas possibilidades, neste caso com um sentido e propósito centrados na ação junto de ex-reclusos nos seus percursos de reinserção, enquadrados pelas associações de apoio, em que encontraram, eles próprios, anteriormente, apoio.

Apesar de terem tido acompanhamento profissional nos estabelecimentos prisionais, é mais desigual o entendimento sobre a sua importância, por não ser por todos compreendido como potenciador de oportunidades para que consigam “seguir em frente” e “levantem-se”. Já o apoio dado pela associação, parece ser, de certa forma, uma mais valia, uma “luz ao fundo do túnel” na transição para o regresso à vida em liberdade.

A análise das entrevistas concorre para dar resposta ao objetivo de pesquisa que pretende *“analisar as dificuldades vividas durante o processo de reinserção”*.

A análise revela uma avaliação do acompanhamento que os entrevistados consideram que tido no tempo de cumprimento de pena de prisão, pois como referido anteriormente é a partir deste que se inicia o processo de reinserção social, reforçando que as medidas para a reinserção se iniciam no estabelecimento prisional.

Na perspetiva de João, o trabalho com o técnico que lhe foi destinado foi dececionante, reforçando o sentimento de abandono e desamparo. Quando terminou a pena e se viu em liberdade, sentiu que não havia apoio no seu caminho na reinserção social e, por isso, procurou ajuda junto de outros. João conseguiu essa ajuda na associação onde procurou estabilidade, tendo vivido o período de reinserção com resignação. Por isso, como vimos no seu retrato, a falta de apoio e a complexidade do desafio que é a reinserção social, fazem-no sentir-se, em parte, excluído da sociedade, assumindo uma visão crítica sobre o sistema, sobretudo, nos momentos de maior vulnerabilidade. Relativamente à discriminação, menciona que é algo que carrega consigo, afirmando que foram “muitos” os momentos em que sentiu um tratamento diferente por ter estado na condição de recluso.

Manuel avalia o trabalho dos TRS no estabelecimento prisional como “globalmente satisfatório” e a interação com os profissionais permitiu que desenvolvesse novas competências pessoais e sociais trabalhadas no sentido de o preparar para o *futuro*. O entrevistado partilhou que a relação com os técnicos no período de reinserção foi “muito positiva e de sucesso”. Referiu que sentiu, apenas em alguns momentos, discriminação social, principalmente, nas relações pessoais.

No ponto de vista de Francisco, a interação com os técnicos caracteriza-se do seguinte modo: “tive algumas com o meu técnico, mas pouco. Agora quando estava a sair é que me chamaram mais para me encaminharem”. Quando questionado sobre o trabalho dos técnicos na sua reinserção partilhou que: “lá dentro não senti que preparassem a minha saída”. Refere que a principal motivação no seu processo de reinserção foi a possibilidade de reencontrar-se com a filha e o facto de ser jovem o que, segundo ele lhe dá *uma chance de recomeçar*. Sobre a vivência de discriminação, mencionou que “não tive ainda muito tempo para sentir isso, mas acredito que para arranjar trabalho seja mais difícil. Isso e a minha família não acreditar que mudei. Isso marca”.

Sobre o processo de reinserção Pedro afirmou que enfrentou dificuldades na relação com o técnico de reinserção, com quem teve desentendimentos frequentes, especialmente em relação a pedidos de precárias, o que, segundo o próprio, impactou negativamente o seu percurso, dentro da prisão. No que refere à discriminação referiu que “ainda não tive tempo para perceber isso, porque saí há umas semanas, mas até agora não senti nada. Aqui dentro somos todos iguais e bem tratados”, é de salientar que quando Pedro afirma que “aqui dentro somos todos iguais”, refere-se ao facto de estarem a viver numa associação.

Já Marco, revela que, quando soube que iria sair da prisão sentiu um grande alívio, “o alívio era tanto que todos os dias dava graças a Deus”. Sobre a reinserção, afirmou que passou por desafios, pois precisou de aprender a lidar com estigmas e com o sentimento de inutilidade que, por vezes, recaía sobre si. Quando interrogado sobre a vivência de discriminação mencionou que “por pouco pensei, mas na verdade era eu que me estava a discriminar. De uma forma, estava-me a sentir inútil.”

Paulo referiu que teve alguns atendimentos com o técnico que lhe foi atribuído, no entanto, considera que não tenha feito diferença na sua vida na prisão. Considera que o processo de reinserção tem sido positivo e sente-se acolhido na comunidade, referindo: “todos me conhecem aqui, todos me falam muito bem”, o que permitiu que se sentisse em segurança no seu recomeço, a ponto de assinalar que não sentiu qualquer discriminação pelo seu passado.

No que toca ao acompanhamento dos técnicos, é notória a disparidade presente nas vivências e percepções dos entrevistados. Apesar de termos Manuel que reflete uma relação de satisfação com os técnicos, destacando o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, contrariamente, João, Francisco e Pedro manifestam experiências e sentimentos de desamparo, desilusão que resultam no que entendem ser uma ausência na preparação para fase de transição para a vida em liberdade. Em síntese, pode afirmar-se que o apoio dos TRS corresponde a experiências desiguais, desde uma perspetiva negativa, marcada por *desentendimento e conflitualidade relacional*, passando por uma posição quase neutra, relacionada com a *inutilidade do apoio*, até ao entendimento de um *apoio positivo* do ponto de vista *relacional e com efeitos* lidos como benéficos, como o exemplo no desenvolvimento de competências sociais.

Relativamente à discriminação, alguns entrevistados relatam experiências que vivenciaram, nomeadamente, no acesso ao emprego e nas relações interpessoais. Para outros, a negação do sentimento de discriminação parece associar-se aos que recentemente transitaram para a vida em liberdade. Por isso, para esses, as associações parecem constituir-se como “porto seguro” que na fase inicial de transição funciona como um “protetor”. Apenas um entrevistado, Marco, aponta para uma auto-discriminação, em resultado de um mecanismo pessoal de autossabotagem e auto-desvalorização.

Voltando às entrevistas, destaca-se o que João descreve a sua experiência no âmbito dos programas de reinserção como extremamente frustrantes. O entrevistado referiu-se aos serviços como uma “vigarice”, pois sentiu que faltava apoio e orientação. Manuel que participou no Programa VIDA – Agressores de Violência Doméstica, descreve como uma experiência “muito enriquecedora e positiva”. Já Francisco revelou desconhecimento sobre a existência de programas de reinserção e, por esse motivo, não participou em nenhum. Também Paulo reportou que não ter participado em nenhum programa de reinserção. Por fim, Pedro enunciou que tinha conhecimento dos programas de reinserção implementados, no entanto, explicou que nunca esteve em nenhum, justificando-se do seguinte modo: “não estive em nenhum, porque nunca me envolveram”. Marco apontou que embora não tivesse estado envolvido num programa, teve acompanhamento psicológico, que considera ter sido essencial no seu processo de autoaceitação e na superação do quadro depressivo que então vivia.

Portanto, no que se refere aos programas de apoio nos estabelecimentos prisionais, uma vez mais, as experiências relatadas revelam vivências desiguais. Novamente, é possível traçar-se o espectro de possibilidades, desde o desconhecimento sobre a existência de programas, a referência à ausência de mobilização dos reclusos para participação nesses programas, até à participação efetiva

em programas, mas com posicionamento negativo. Apenas um entrevistado anota positivamente a participação positiva, mas que se prende, apenas, com o acompanhamento psicológico, isto é, parece não dizer respeito à participação plena num programa de apoio.

Estes resultados apontam que, apesar de haver programas implementados, nem todos os reclusos, mesmo tendo conhecimento dos mesmos, participam. É possível concluir, que existe uma discrepância significativa entre os programas que estão disponíveis formalmente e as experiências dos reclusos.

Na análise documental, nomeadamente as informações presentes no Relatório de Atividades e Autoavaliação 2022, foi possível verificar quantos são os programas implementados e os que se encontram disponíveis para apoio e acompanhamento dos reclusos nos diferentes estabelecimentos prisionais. Como anteriormente identificamos, apesar dos programas de reinserção estarem previstos na lei, nem sempre se encontram a funcionar, não sendo exigida a participação de reclusos.

Consequentemente, não é de estranhar que o número de ex-reclusos que após a libertação referem não ter participado em programas, seja elevado. Portanto, no que se refere ao objetivo que pretendia confrontar as propostas dos programas de reinserção com os processos vividos pelos ex-reclusos podemos concluir que há um acentuado desencontro.

A disparidade evidenciada, pode decorrer de problemas de comunicação e das condições de acessibilidade. Concluindo-se sobre a importância de uma reflexão a respeito da divulgação dos programas, assim como sobre os critérios de seleção e mecanismos de mobilização para que seja garantida a oportunidades de os reclusos beneficiarem dos mesmos, no sentido de à condenação e reclusão corresponder, efetivamente, a possibilidade de vivência de processos de reinserção social.

Teoricamente vimos a importância de determinados pilares para a reinserção social. Recordando, Joana Morujo (2017) são três os pilares fundamentais, a educação, a formação profissional e o trabalho. No entanto, a análise leva-nos a considerar que será igualmente importante outros pilares como a família e os amigos que se inscrevem numa **rede de apoio**, em que se incluem as associações, por outro lado, um outro pilar que se prende com a história individual, nomeadamente, as origens familiares e o processo de crescimento. Neste seguimento procuramos responder ao objetivo “Identificar os pilares essenciais para a reinserção social”.

João relatou que a sua família sempre esteve presente, no entanto referiu-se ao sentimento de falta de apoio da mesma, durante o seu processo de crescimento. O percurso escolar foi marcado pela resistência e a escola foi uma passagem breve na sua vida, pois só a frequentou até aos 11 anos, tendo começado a trabalhar para ajudar

nas despesas de casa. Partilhou ainda que até aos 14 anos conseguiu terminar o 1.º ciclo do EB, enquanto estudava à noite, mas aos 50 anos, por decisão própria, decidiu concluir o 9.º ano de escolaridade.

No momento em que foi preso, encontrava-se a viver em conjugalidade, tendo um filho. Posteriormente, acabou por divorciar-se e descreveu a relação com os seus quatro filhos como distante, tendo ocorrido um afastamento que contribuiu para a solidão que vivenciou nos últimos anos, situação que considera ter dificultado a reconstrução de laços familiares. A nível laboral, até ao momento em que foi preso sempre trabalhou, mas que acabou por perder o emprego após uma intervenção cirúrgica.

Manuel completou o 12.º ano de escolaridade e trabalhava quando foi preso. Refere que, apesar de algumas dificuldades, teve apoio da família sendo que a partir dos 14 anos, passou a viver apenas com o pai. Quando foi preso, vivia em conjugalidade, tendo uma filha. Posteriormente, divorciou-se, tendo atualmente dois filhos, que acompanha “dentro do possível”, mas refere-se a relações marcadas pela distância. No relato da sua vida, evidenciou um momento conturbado na sua juventude que se prende com separação dos pais em que viveu episódios de violência doméstica, que o marcaram. Acabou por ser preso depois de, já como adulto, ter protagonizado um episódio de violência doméstica, agora como agressor. Após uma fragilidade na sua vida, partilha ainda que aos 21 anos tentou suicidar-se. A nível laboral teve vários empregos. Após cumprir pena, projetou uma fase de “reinserção social e laboral” sendo que, no momento da entrevista, trabalhava num *call center*, emprego que conseguiu através de envio de CV. O trabalho permite-lhe auferir um rendimento estável e relações estáveis com os colegas de trabalho.

Francisco completou o 6.º ano e no momento em que foi preso encontrava-se a trabalhar na construção civil e a viver com a companheira que se encontrava grávida. O seu contexto familiar de origem é marcado por uma relação de distância com a família. A perda da única pessoa adulta de referência positiva, neste caso a avó, resultou na sua institucionalização. A fuga aos 12 anos dessa instituição marcou mais profundamente uma infância difícil, sem suporte. Por isso, após a libertação não tinha qualquer retaguarda. No seu percurso de vida a institucionalização é marcante, desde a infância, até à presente fase, em que teve necessidade de contar com o apoio da associação, como referiu na entrevista: “estou numa instituição, outra vez, não é o que pretendo para a minha vida, mas sei que é necessário e já estou habituado”. Tem como objetivo organizar-se para poder reencontrar a filha que não chegou a conhecer.

Pedro descreveu a sua infância como tranquila, considera que teve uma educação positiva e estruturada tendo partilhado que com os anos afastou-se dos

irmãos, apenas sabe que um deles também foi preso. Das memórias partilhadas, refere-se ao impacto que as suas escolhas tiveram na mãe, referindo-se ao seu sofrimento em consequência dos seus atos. Descreve-se como uma criança calma e dedicada aos estudos, mas que aos 11 anos deixou a escola para ajudar a família. Ao longo da juventude teve vários trabalhos, no entanto, quando entrou na adolescência começou a ser influenciado e passou a consumir drogas tendo sido descrito, pelo próprio, como o ponto de viragem que “estragou a sua vida” e o que tinha imaginado no futuro. Com o agravamento do consumo de drogas, começou a cometer crimes para sustentar o vício e tornou-se reincidente. Após cumprimento da pena teve como objetivo organizar-se financeiramente e, por isso, decidiu procurar apoio numa associação. A nível laboral conseguiu trabalho numa Câmara Municipal, o que permitiu ter rendimento e estabilidade. Referiu que pretende retomar o contacto com a família e construir uma vida estável.

Marco cresceu num ambiente familiar que caracterizou como humilde, mas com apoio da família, como referiu: “pouco, mas tive”. A experiência escolar é descrita como desagradável, para a qual considera que a vivência do mundo da toxicodependência contribuiu. Tendo contribuído, também, para que se distanciasse de um percurso estável. Após cumprimento da pena conseguiu trabalho na área da jardinagem, o que permitiu que retomasse a sua vida em liberdade com razoável autonomia.

Paulo descreveu uma trajetória de vida marcada por desafios económicos e responsabilidades precoces. Explicou que cresceu numa família numerosa, e que os pais faleceram muito cedo, tendo por isso, crescido com os irmãos e a avó materna. Por isso, desde muito cedo, sentiu-se responsável o que contribuiu para que desejasse estabilidade e autonomia na vida adulta. Tendo então abandonado a escola aos 11 anos, para ajudar em casa tendo começado, por isso, a trabalhar muito cedo.

A falta de dinheiro para aquisição de medicação para tratamento da doença da sua companheira levou-o, segundo o seu descritivo, a cometer furto qualificado o que o levou, pela primeira vez, no sistema prisional. Como descreveu: não estava a conseguir encontrar trabalho, a minha companheira era uma pessoa doente e precisava de remédios e eu comecei os assaltos para conseguir obter dinheiro mais rápido”. Partilhou que, entretanto, a sua companheira acabou por falecer.

No momento em que foi preso, encontrava-se a tentar reorganizar a sua vida num trabalho recente, por isso, quando foi preso sentiu que “tinha perdido tudo”. Quando soube que iria sair em liberdade focou-se na procura de trabalho, para poder tornar-se independente. Nesta fase do seu percurso foi ajudado pela instituição e, de forma gradual, foi conquistando a confiança dos responsáveis, sendo atualmente um dos encarregados na instituição.

Portanto, no que se refere aos três pilares (Morujo, 2017) as entrevistas apontam para percursos de vida em que as experiências escolares são de curta duração, com abandonos precoces do sistema de ensino, ou seja, os entrevistados, maioritariamente, têm níveis de qualificação baixos. Contudo, a educação e formação são globalmente apontadas como importantes nas suas vidas, alguns revelam arrependimento do abandono precoce, havendo até os que procuraram, já na fase de vida adulta, completar níveis de qualificação mais elevados. Não causa estranheza que, para muitos, a iniciação no mundo de trabalho tenha sido muito precoce, alguns com 11 anos de vida, em resultado da necessidade de contribuir financeiramente para as respetivas unidades familiares. Se as relações com o trabalho, anteriormente à prisão, parecem corresponder, maioritariamente, à necessidade de auferir rendimento, no período pós reclusão emerge nos discursos também pela importância de utilidade, de pertença e de possibilidade de construção de relações interpessoais.

Portanto, relativamente ao que a autora Joana Morujo (2017) considera como os três fatores fundamentais, parece-nos que ganha notoriedade a importância de outros elementos das histórias de vida, como anteriormente apontámos. A importância dos laços que se criam ao longo do tempo, são, como vimos pelas entrevistas analisadas, cruciais para os acontecimentos e episódios que parecem, afinal, poder ou não acontecer. Como afirmou José, durante a entrevista realizada: “Ninguém nasce criminoso, mas todos nós nascemos com tendências. Depende do ambiente em que crescemos”.

A análise permite-nos perceber que mesmo havendo definição da disposição de programas e presença de técnicos de apoio nos estabelecimentos prisionais, tal não garante que a intervenção seja realizada. É possível realizarmos uma analogia com um triângulo invertido, isto é, iniciámos a pesquisa partindo de um plano mais geral para um mais específico. A comparação entre a análise documental e as entrevistas aos ex-reclusos torna possível que analiticamente nos debruçemos sobre alguns aspetos que são importantes para que a reinserção seja uma possibilidade mais efetiva e que contribua, de facto, para a diminuição da reincidência criminal.

Nos programas de reinserção social nos estabelecimentos, pretende-se, como vimos, que a execução da pena vá além da punição pelo crime cometido, como refere. José: “uma pessoa sai de um ambiente de tráfico, vai para a prisão em que o ambiente não é muito diferente...aquilo é mais um *upgrade* daquilo que já sabiam”. Os entrevistados que revelam saber da existência desses programas nas prisões, manifestaram reduzido interesse e baixa participação. Parece-nos que a participação nos programas devia ser encarada como uma prioridade, uma vez que pode contribuir para a criação de oportunidades de reconstrução, pela possibilidade de a ação dos TRS

poderem ser, também, ajustados às necessidades de cada recluso. Como vimos, os percursos são diversos, por isso, a possibilidade de adequação da resposta a cada indivíduo parece revelar-se determinante para o sucesso da reinserção social e para a prevenção da reincidência criminal. Tomando como ilustração as palavras de José: “nenhum de nós mudará se pagarmos apenas pelos erros cometidos; é preciso haver projetos para evitar a repetição do erro”, isto é, a eficácia da reinserção não depende apenas do cumprimento de pena, mas também da oferta de ferramentas e condições que mitiguem a possibilidade da repetição das situações que contribuíram para o crime cometido. Por outro lado, para que no tempo de cumprimento de pena tenham trabalhado no sentido do desenvolvimento das competências necessárias para enfrentar os desafios da reinserção social. Neste seguimento, é possível ir ao encontro de que Joana Morujo (2017) menciona, acerca da não frequência nos programas de reinserção, como prejudicial tanto para os reclusos, como para a sociedade, defendendo que é essencial que o trabalho seja feito ao longo dos anos de reclusão, indo ao encontro do que é definido no artigo 42.º, nº1 do Código Penal, isto é, que a execução da pena deve ser orientada para a reinserção social, portanto, inibindo os fatores que concorrem para a reincidência.

No que toca aos trabalhos dos TRS nos estabelecimentos, a análise permite compreender que é importante o trabalho que possa ser realizado tanto no período de permanência nos estabelecimentos prisionais, como após, já em liberdade. Isto porque, deste modo, se garante que no momento em que saem em liberdade, o processo terá continuidade, sem mais ruturas. Isa Ferreira (2016) refere que os Técnicos deveriam acompanhar todo o processo do recluso de quem estão responsáveis e com contactos regulares, no entanto os dados que acabamos de analisar confirmam é que isso nem sempre aconteceu com os entrevistados, tendo sido referido que esse contacto foi reduzido em alguns casos, nulo ou mesmo conflitual. Estes profissionais, como já havia mencionado, são mediadores entre o sistema e os indivíduos e tendo, por isso, a possibilidade de atuar no processo de reconstrução de vidas que, no passado, foram marcadas por vulnerabilidades diversas, abandonos, agressões, dependências, etc.

Por isso, é fundamental que ao conhecimento técnico, se alie uma disponibilidade humanizada, empática e eticamente comprometida. Acreditar que o outro pode mudar, mesmo quando parece difícil, é um dos compromissos dos Técnicos juntamente com a dignidade exigida para o cumprimento dos direitos humanos. Regressando ao discurso de José, quando refere que existe necessidade de os profissionais que trabalham nos estabelecimentos prisionais cooperarem entre si para um único objetivo, reforçamos a sua manifestação: “as pessoas que estão lá dentro

estão a cumprir pelo que fizeram, mas também é mais importante serem corrigidas para que não venham a fazer a mesma coisa”.

Com a análise das narrativas dos percursos de vida foi possível obter uma visão mais esclarecida e conhecedora das perspetivas dos ex-reclusos sobre a sua reinserção social e, a partir daí, foi também possível retirar outras conclusões, nomeadamente, sobre as dificuldades que os ex-reclusos vivenciaram durante o processo de reinserção social, discutindo os pilares essenciais para reinserção social.

Relativamente à reinserção, Diana Almeida (2018) entende que se trata de um processo social e psicológico do indivíduo na sua globalidade, tendo como objetivo prevenir a criminalidade e reduzir a reincidência. Para que o processo resulte é preciso o trabalho de diversos intervenientes, nomeadamente, os profissionais das diversas instituições, assim como a família e restante comunidade. Boaventura dos Santos, também, afirma “...sem o acompanhamento adequado, perdem-se as oportunidades que as visitas, as saídas precárias ou a liberdade condicional proporcionam ao recluso, como por exemplo, a oportunidade de retomar o contacto com o grupo familiar...” (2003, p.116). Neste seguimento, vamos ao encontro dos pilares essenciais da reinserção social e, apesar de Joana Morujo (2017) aludir três pilares fundamentais, parece-nos que, para além da educação, da formação profissional e do trabalho, também é importante considerar outros, como referimos, reforçando a importância das pessoas que rodeiam os ex-reclusos, ou seja do contexto socio-familiar. Boaventura dos Santos defende que os reclusos necessitam de apoio “quer na fase pré-libertação, onde se conjugam as questões do ensino, da formação e do trabalho, quer na fase pós libertação é essencial. Na primeira fase (...) saídas precárias e liberdade condicional revelam-se de enorme importância para evitar os efeitos dessocializadores da pena de prisão, permitindo uma preparação progressiva para a libertação” (2003, p.115). José na sua reflexão destacou a vulnerabilidade dos jovens sem apoio familiar, que saem das prisões frequentemente traumatizados e com baixo autoestima, nas suas palavras: “vêm com traumas, com autoestima em baixo...por um maço de tabaco fazem coisas que até custa dizer. A mim não me escandaliza, porque já passei por isso, mas é muito difícil...são meios ilícitos e coisas que provocam traumas para o resto da vida”. Evidencia, assim, a importância da mediação na reconstrução de laços familiares, que facilitam a reinserção social, dando um exemplo de um jovem que conseguiu restabelecer o contacto com a sua família, o que resultou numa mudança positiva na sua autoestima e motivação.

A análise sobre os percursos permitiu também perceber que expectativas tinham e que têm para o presente e para o futuro, como foi a vivência na prisão e se essa experiência os moldou ou não, o que aprenderam efetivamente? Alguns entrevistados

quando questionados sobre se mudariam alguma coisa nos seus percursos de vida, maioritariamente reportaram que não teriam entrado no mundo do crime, mas, no entanto, assumiram ter aprendido com os seus atos. Em suma, há diversas teorias que justificam as ações que podemos ter ao longo da vida, considerando a dimensão biológica, psicológica, sociológica, entre outras. No nosso entender, todas elas dão contributo para a compreensão e aprofundamento do conhecimento. Desde a Teoria do Desvio Cultural, de Shaw e McKay (1940), que explica e enquadra o entendimento do crime nas mudanças sociais e na desorganização social e familiar que segundo esta teoria originam a erosão e rompimento dos laços de coesão social nas sociedades contemporâneas, até às teorias da aprendizagem social (Sousa, 2015), que defendem a importância dos processos de socialização e as diversas esferas, com destaque para a família, isto é, podemos crescer com criminosos mas só nos tornamos como tal se nos identificarmos com elas.

## VI. CONCLUSÃO

| | ' ' | | | ' ' |

Ao longo da dissertação, torna-se imprescindível realizarmos uma reflexão sobre o processo para além dos resultados, isto é, é importante refletirmos sobre o caminho traçado e o vivido, assim como sobre as limitações encontradas e das aprendizagens que nos permitem traçar possibilidade de realização de estudos futuros.

Do ponto de vista teórico e metodológico, foi possível enquadrar os principais conceitos e práticas associadas à reinserção de ex-reclusos. Contudo, também, nos trouxe questões e impedimentos que nos levaram a escolher outros caminhos face aos inicialmente pensados. Foi enriquecedor ter a possibilidade de os seis entrevistados contarem as suas histórias, apesar de esse abrir “gavetas” tenha levantado memórias dolorosas torna possível melhor compreendermos os processos e experiências vividas. É evidente a complexidade ética associada ao presente estudo pela temática sensível e, por isso, foi fundamental garantir condições de confidencialidade e respeito pelas pessoas que nos deram a oportunidade de conhecer as suas histórias de vida. Ainda assim, é importante reconhecer que este espaço que lhes foi pedido, também, possa ser considerado como uma oportunidade de reflexão e partilha de na sua “voz” acedermos às suas próprias narrativas – algo que é, muitas vezes, socialmente negado.

Retomando a problemática que orientou este estudo, o conhecimento de percursos de reinserção social de ex-reclusos, permita compreender o envolvimento de diferentes protagonistas no processo, no período de cumprimento e pós pena, estamos em condições de deixar notas conclusivas.

A reflexão realizada a partir da recolha das narrativas sobre os percursos de vida foi possível analisar e concluir, com recurso ao enquadramento teórico, sobre as distâncias entre no definido política e legalmente, e implementação dos programas de reinserção social nos estabelecimentos prisionais e as experiências de vida relatadas. Triangulando a análise, é possível verificar que fica sobretudo “nas mãos” dos reclusos a decisão de participação nos programas. Apesar de a informação sobre essa possibilidade, alguns referiram não ter participado. Tais resultados apontam para a necessidade de serem revistos os critérios e procedimentos de implementação para que os programas tenham maior garantia de operacionalização, podendo até considerar-se a possibilidade de obrigatoriedade de participação dos mesmos. A análise demonstrou que a decisão de não participar impede que os reclusos possam ter efetiva oportunidade de traçar novas perspetivas. Os reclusos são cidadãos que, um dia, irão regressar à sua liberdade. Se não forem sensibilizados e preparados para esse regresso não se cumpre plenamente o efeito pretendido de reconhecimento do erro e a reflexão e aprendizagem de novas perspetivas relativas aos seus futuros. Não seria positivo sair da prisão com um “bom alicerce” para encontrar e poder, efetivamente, agarrar as (novas) oportunidades em liberdade?

Do ponto de vista logístico, o processo revelou-se desafiante, sobretudo devido à burocracia envolvida. Estava inicialmente prevista a visita a um estabelecimento prisional e a possibilidade de entrevistar reclusos e profissionais, mas a complexidade do processo de autorizações inviabilizou essa possibilidade. Esta limitação levanta também uma reflexão mais ampla sobre a forma como o acesso à realidade prisional é dificultado, mesmo quando se trata de investigações com objetivos claramente sociais e académicos, cujos resultados podem contribuir para a melhoria das decisões e ações desenvolvidas neste âmbito, ficando assim perdidas oportunidades.

O presente estudo focou-se na dimensão individual/pessoal e nas respetivas perspetivas sobre os processos de reinserção social de ex-reclusos, portanto ficamos a conhecer o trabalho desenvolvido pelos TRS tanto dentro como fora dos estabelecimentos prisionais, o que se apresentou como relevante. Mas, seria, igualmente importante e sobretudo enriquecedor alargar o conhecimento se, além das perspetivas dos ex-reclusos, pudéssemos aceder às perspetivas dos profissionais e, também, dos reclusos. O cruzamento de perspetivas permitiria alargar, mas também aprofundar o conhecimento sobre o processo de reinserção social, até pela possibilidade de metodologicamente serem consideradas metodologias diversificadas.

Esta dissertação é, portanto, uma análise sobre processos de reinserção social, na perspetiva de ex-reclusos, tomando como pano de fundo o enquadramento político dos programas definidos neste âmbito, mas é, também, uma chamada de atenção para os silêncios e os obstáculos que encerram ainda mais os muros das prisões, ficando por isso (muitas) possibilidades que por explorar e concretizar.

## Referências

| | ' ' | | | ' |

- Almeida, D. (2018). *Da exclusão severa à reinserção? Um estudo de caso aprofundado do quotidiano de vida de um cidadão pós-reclusão* [Trás-os-Montes e Alto Douro]. [https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/8405/1/tese final.pdf](https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/8405/1/tese%20final.pdf)
- APROXIMAR. (n.d.). Retrieved November 10, 2024, from <https://www.aproximar.pt>
- Azevedo, S., & Correia, F. (2013). A Educação Social em Portugal: evolução da identidade profissional. *RES Revista de Educación Social*, 1–11. [www.eduso.net/](http://www.eduso.net/)
- Brito, A. F. (2015). “Quando sair só quero trabalhar como aqui”: *perspetivas em torno da Reinserção Social das mulheres ciganas no pós-reclusão*. Universidade do Minho.
- Cerqueira, S. da S. (2017). *Estigma percebido em ex-reclusos: impactos no trabalho, saúde e habitação*. Universidade do Minho.
- Confiar. (n.d.). Retrieved October 11, 2024, from <https://confiarportugal.pt>
- Correia, F., Martins, T., Azevedo, S., & Delgado, P. (2014). A Educação Social em Portugal: Novos Desafios. *Interfaces Científicas - Educação*, 3(1), 113–124.
- Coutinho, C. P. (2020). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - Teoria e Prática*. Almedina.
- DAR A MÃO. (n.d.). Retrieved November 10, 2024, from <https://daramao.pt>
- Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de agosto. (1979). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 176. Portugal.
- Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro. (1982). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 221. Portugal.
- Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro. (2012). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 189. Portugal.
- DGRSP. (2022). *Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2022*. <https://intra.serpro.gov.br/sobre/transparencia/contas-anuais/1999-1/relatorio-de-gestao>
- DGRSP. (2023a). DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justica-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade>
- DGRSP. (2023b). DGRSP. [https://dgrsp.justica.gov.pt/Justica-de-adultos/Vigilância-eletrónica/Breve-enquadramento-histórico](https://dgrsp.justica.gov.pt/Justica-de-adultos/Vigilancia-eletronica/Breve-enquadramento-historico)
- DGRSP. (2023c). DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justica-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/trabalho>
- DGRSP. (2023d). [https://dgrsp.justica.gov.pt/Justica-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/Apoio-à-reintegração-social](https://dgrsp.justica.gov.pt/Justica-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/apoio-a-reintegracao-social)
- DGRSP. (2023e). <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justica-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/apoio-a-reintegracao-social>

- privativas-de-liberdade/Atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/Formação-profissional
- DGRSP. (2023f). <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justiça-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Atividades-desenvolvidas-em-contexto-prisional/Desporto>
- DGRSP. (2024a). DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Quem-somos>
- DGRSP. (2024b). DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Quem-somos#EstabelecimentosPrisionais>
- DGRSP. (2024c). DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Quem-somos#EquipasdeVigilanciaEletrnica>
- DGRSP. (2024d). DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justiça-de-adultos/Vigilância-eletrónica/Vantagens> )
- DGRSP. (2024e). DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justiça-de-adultos/Vigilância-eletrónica/Informação-especifica>
- DGRSP. (2024f). DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Quem-somos#DelegaesRegionaiseEquipasdeReinseroSocial>
- Díaz, A. S. (2006). Uma Aproximação à Pedagogia- -Educação Social. *Revista Lusófona de Educação*, 91–104.
- DiCicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical Education*, 40(4), 314–321. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x>
- Dores, A. P. (2003). *Prisões Na Europa - um debate que apenas começa* (p. 196). Celta.
- Ermida, R. M. C. (2018). *Percurso dos Reclusos em Contexto Prisional: Processos Identitários e Reinserção social Um Estudo de caso*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Ferreira, I. C. P. (2016). *Reinserção Social e Diferença de Género*. Universidade do Minho.
- Fonseca, P. P. (2018). *Vida de Prisão* Fundação F.
- Goffman, E. (1974). Manicômios, prisões e conventos. In *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro* (Vol. 7). Perspectiva.
- Gomes, I. R. M. N. (2008). *Da prisão à liberdade: reinserção social de ex-reclusos*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Gomes, J. S. C. (2016). *Psicologia clínica em contexto forense : instituição de apoio a reclusos e ex-reclusos*. Universidade Lusíada de Lisboa.
- Lei n.º 93/99, de 14 de julho. (1999). *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 162. Portugal.
- Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro. (2009). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197. Portugal.
- Lynch, J. P., & Sabol, W. J. (2001). Prisoner reentry in perspective. *Urban Institute*, 1–26.

- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). Fundamentos de metodologia científica. Editora Atlas S. A. (5<sup>o</sup>). Atlas. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100005>
- Mattar, J., & Ramos, D. K. (2021). *Metodologia da Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas, quantitativas e mistas*. Grupo Almedina.
- Morujo, J. S. G. (2017). *O Papel da Formação Profissional na Reinserção Profissional de Ex-Reclusos* [Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Ciências Empresariais]. <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/19757>
- O Companheiro. (n.d.). Retrieved November 10, 2024, from <https://companheiro.org/wp/>
- Provedoria da Justiça. (2003). *Provedor de Justiça As Nossas Prisões III Relatório. Remar*. (n.d.). Retrieved November 10, 2024, from <https://remar.pt>
- Rodrigues, V. R. A. (2012). *Construção de Identidades por ex-reclusos*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Sakamoto, C. K., & Silveira, I. O. (2019). *Como Fazer Projetos De Iniciação Científica*. Paulus Editora.
- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silveiras Mattos, E. F. (2003). A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, 8, 107–115.
- Silva, C. B. M. (2012a). *A vida de ex-reclusos, por suas palavras. Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Silva, C. B. M. (2012b). *A vida de ex-reclusos, por suas palavras. Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social* [Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. [http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs\\_pesquisa.FormView?p\\_id=36187](http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.FormView?p_id=36187)
- Silva, L. R. C., Damaceno, A. D., Martins, M. da C. R., Sobral, K. M., & Farias, I. M. S. (2009). Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente In: IX Congresso Nacional de Educação; 2009 ou 26-29; Paraná, Brasil. *Congresso Nacional de Educação*, 24(4 S), 4554–4566. <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2021/08/pesquisa-documental.pdf>
- Solomon, A. L., Johnson, K. D., Travis, J., & Elizabeth C., M. (2004). *From Prison to Work: The Employment Dimensions of Prisoner Reentry*. <http://www.urban.org/url.cfm?ID=411097&renderforprint=1>
- Santos, B. dos. (2003). *Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*.
- Sousa, C. M. C. (2015). *As Políticas de Reinserção Social de Reclusos: um estudo de caso com reincidentes*. Universidade da Beira Interior.
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação Social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11–26.
- Vaz, M. J. (2000). Ideais penais e prisões no Portugal oitocentista. *Actas Do IV*

*Congresso Português de Sociologia, Passados Recentes e Futuros Próximos.*

Vieira, A. M., & Vieira, R. (2016a). Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações. In *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações*. Profedições.

Vieira, A. M., & Vieira, R. (2016b). Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações. In *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações*, 66. Profedições.

## **Anexos**

| | ' ' | | | |

## **Anexo A – Guião De Entrevista**

### Caracterização pessoal e familiar

- 1- Nome, idade, naturalidade e nacionalidade
- 2- Qualificações académicas/ano de escolaridade mais alto alcançado e via de ensino
- 3- Ocupação/profissão antes de se encontrar na condição de recluso

### Contexto Familiar

#### Contexto familiar de origem

- 4- Ocupação/profissão dos pais ou dos que tenham sido os seus cuidadores caso tenha crescido, por exemplo, com avós ou tios?
- 5- Irmãos, número e sexo, e relação de fratria, se possível atual ocupação/profissão destes
- 6- Durante o seu crescimento, quem foram os adultos que o acompanharam/educaram?
- 7- Considera que teve apoio da sua família no seu processo de crescimento?

#### Contexto familiar atual

- 8- Com quem cohabitava antes de se encontrar na situação de reclusão?
- 9- Estado civil (solteiro, união de facto, divorciado, viúvo)
- 10- Tem filhos? Quantos? Sexo e idade?
- 11- Se tem filhos, acompanha o processo de crescimento deles?
  - a. Como descreve a relação que tem com os seus filhos?
- 12- Local de residência

### Percurso de vida

#### Infância/Juventude

- 13- Pode descrever-se brevemente enquanto criança e jovem?
  - a. Quais os seus interesses?
    - i. Como ocupava os seus tempos livres?
  - b. O que desejava/pensava que pudesse vir a ser a sua vida adulta?
- 14- É possível contar-me episódios que considere que tenham marcado o seu crescimento?

15- Tinha amigos? Da área de residência e/ou da escola e/ou de atividades a que se dedicasse à época

### Percurso escolar/trabalho

#### Escola

16- Gostava da escola?

17- Como se caracteriza enquanto aluno?

18- Teve professores que considera terem sido importantes no seu percurso de vida?

19- Até que idade frequentou a escola? (caso tenha abandonado precocemente, perguntar as razões)

#### Trabalho

20- Em que idade começou a trabalhar

21- Onde começou e que trabalho fazia?

22- Como conseguiu/arranjou esse trabalho?

23- Depois desse trabalho teve outros?

#### Reclusão

24- Qual a razão que o levou à prisão?

25- Já tinha estado preso antes?

26- Como descreve o seu sentimento quando soube/percebeu que iria cumprir pena de prisão?

27- Como foi a sua adaptação à condição de recluso?

a. Pode descrever o seu dia-a-dia? (adaptação, o que sentiu mais falta, ocupação do tempo, relações com outros presos?)

28- Dentro da prisão esteve envolvido em algum programa de reinserção? Se não, porquê? Se sim, qual e porque é que participou? Pode descrever a experiência?

29- Como descreve o trabalho dos TRS dentro da prisão?

a. Teve experiências diretas com algum destes profissionais? Se não, porquê? Se sim, qual a importância/contributo dessas experiências para o período em que esteve preso

30- Após o tempo em que esteve preso considera que houve alterações em si? Se sim, quais?

31- Na sua opinião e experiência pessoal, quais os aspetos positivos e negativos nas prisões?

## Reinserção

- 32- Quando soube que ia sair da prisão, o que desejou/projetou para si e para a sua vida no regresso à liberdade
- 33- Quais foram as suas motivações no período de reinserção?
- 34- Como caracteriza o seu processo de reinserção relativamente à relação/ao trabalho com os TRS?
- 35- Sentiu alguma discriminação por parte da sociedade devido a ser um ex-recluso/a? Pode dar exemplos
- 36- Atualmente, está inserido no mercado de trabalho? Se sim, que ocupação/profissão tem? Onde e como conseguiu esse trabalho?
- 37- Como descreve a sua atual situação de emprego?
  - a. Rendimento, relação com colegas e/ou clientes
- 38- Quais as principais alterações que a sua vida teve, face à vida que tinha antes de ter cumprido pena?
- 39- Hoje, se pudesse, o que mudaria no seu percurso de vida? Porquê?

## Anexo B – Modelo Do Termo De Consentimento Informado

### Termo do Consentimento Informado

Concordo em participar na investigação realizada por Cristiana Carvalho, no âmbito do Mestrado de Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, sobre “Reinserção Social de Ex-Reclusos na Sociedade”.

Fui informado/a sobre os procedimentos realizados que requerem a minha participação para responder a uma entrevista de acordo com a minha disponibilidade. Este procedimento irá ser anónimo e as informações desta entrevista serão confidenciais e somente para fins académicos.

Desta forma, estou de acordo em participar voluntariamente na investigação e assino o termo de consentimento.

O/A participante, \_\_\_\_\_

A aluna, Cristiana Carvalho \_\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

## **Anexo C – Entrevista a trabalhador da associação**

“José” trabalha na área da intervenção com reclusos e ex-reclusos há cerca de 30 anos. Ao longo do seu testemunho confidenciou que também ele esteve preso durante 14 anos. A sua vivência que refere ter sido transformadora, permite-lhe compreender melhor os desafios daqueles com quem hoje lida diariamente.

“Eu passei lá dentro, estive lá...o que é que se pode dizer?! É um ambiente completamente diferente.”

O ambiente prisional, menciona, é marcado pela lei do mais forte: “lá dentro é a lei do mais forte. E quando falamos do mais forte não é aquele que é forte fisicamente, mas o que tem melhores contactos exteriores. Pode ser um magrinho, mas tem contactos cá fora que o grandalhão procura para se proteger”. Denuncia, também, comportamentos desajustados dos guardas: “tristemente há muitos guardas que lá estão que o comportamento é paralelo, a única diferença é que estão fardados.”

Numa perspetiva pessoal, considera que muitos reclusos têm dificuldade em reconhecer a responsabilidade de estarem a cumprir pena de prisão: “A maior parte não diz ‘estou aqui porque mereço estar aqui’. Todos são inocentes. Eles têm que tomar consciência do porquê de estarem presos.”

“José” defende que ninguém nasce criminoso, mas apresentamos tendências que podem ser moldadas pelo contexto em que vivemos: “O ambiente não determina o que nós somos, mas influencia”. Neste seguimento, revela a importância de intervir dentro da prisão, mas também nos ambientes sociais.

“José” alude que muitos dos colaboradores da associação viveram experiências de marginalização sendo que considera ser uma ponte para criar empatia com reclusos que se encontram na prisão: “Nós conhecemos o ambiente e conseguimos facilmente criar uma empatia, temos a mesma linguagem e as barreiras são destruídas.”

Não obstante, “José” lamenta a falta de apoios: Infelizmente há choques de valores e princípios. O Estado não nos ajuda, e há associações que fazem o mesmo e recebem apoio.” Ainda refere que dentro das prisões também existem obstáculos, neste caso, a rivalidade entre os profissionais, nomeadamente, TRS e guardas prisionais: “Muitas vezes os guardas tratam os presos como inimigos. E quando veem os técnicos de reinserção social a tratá-los com humanidade, quase as encaram como inimigos.”

Ainda destaca outro problema, a corrupção: “muitos estão lá dentro por algo que fizeram cá fora e continuam a fazê-lo lá dentro, muitas vezes ajudados pelos próprios guardas. Por um maço de tabaco fazem coisas que até custa dizer.”

Para além do trabalho dentro das prisões, a associação também apoia a reinserção social, onde recebem reclusos em liberdade condicional ou saídas precárias

nas suas casas de acolhimento. Refere que têm sempre em conta a segurança da comunidade: “Se um recluso foi preso por pedofilia, temos sítios apropriados, mais afastados, sem crianças nem adolescentes.” José partilha que a associação procura reconstruir laços familiares, por considerar que facilita a reinserção do indivíduo.

Em jeito de conclusão, José evidencia que a reinserção é muito mais do que ter uma casa. É necessário apoio psicológico, acompanhamento e construção de novos projetos de vida, principalmente para os mais jovens: “Eles vêm com traumas, com a autoestima em baixo. Nenhum de nós mudaremos se pagarmos só pelos erros que cometemos; é preciso projetos para que o erro não se volte a repetir.”

## Anexo D – ENTREVISTA DE JOÃO

### Guião de entrevista – Ex-reclusos/as

Esta recolha de dados surge para obter o grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária pela Escola Superior de Educação de Lisboa. O tema da dissertação é "Reinserção de ex-reclusos na sociedade".  
O guião será usado exclusivamente para fins académicos.

#### Caracterização pessoal e familiar

1- Sexo, Idade, naturalidade e nacionalidade

MASCULINO, 65, Lisboa Portugal

2- Qualificações académicas/ano de escolaridade mais alto alcançado

9º ANO

3- Ocupação/profissão antes de se encontrar na condição de recluso

Técnico ELÉTRICIDADE

#### Contexto Familiar

Contexto familiar de origem

4- Ocupação/profissão dos pais ou dos que tenham sido os seus cuidadores caso tenha crescido, por exemplo, com avós ou tios?

Pai - TRABALHADOR

Mãe - DOMÉSTICA

5- Irmãos, número e sexo, e relação de fratria, se possível atual ocupação/profissão destes

1 - IRMÃ

6- Durante o seu crescimento, quem foram os adultos (grau de parentesco) que o acompanharam/educaram?

PAIS E AVÓS

7- Considera que teve apoio da sua família no seu processo de crescimento?

Muito pouco

---

12- Local de residência

O CASARHEIRO

Percurso de vida

Infância/Juventude

13- Pode descrever-se brevemente enquanto criança e jovem?

---

---

a. Quais os seus interesses?

---

---

i. Como ocupava os seus tempos livres?

JOGAVA A BOLA E TRABALHAVA

---

b. O que desejava/pensava que pudesse vir a ser a sua vida adulta?

UMA BOA SIDA QUE NÃO É

---

18- Teve professores que considera terem sido importantes no seu percurso de vida?

NÃO

19- Até que idade frequentou a escola? Se abandonou cedo a escola, é possível referir as razões?

Até aos 11 anos, e aos 14 não se

é depois dos 50 anos o 9º ano

#### Trabalho

20- Em que idade começou a trabalhar.

14 ANOS

21- Onde começou e que trabalho fazia?

MERCADO DE SAZÃO DE MATERIAIS DE  
CONSTRUÇÃO

22- Como conseguiu/arranjou esse trabalho?

Foi o MEU PAI QUE ME Pôs A TRABALHAR

14- É possível contar-me episódios que considere que tenham marcado o seu crescimento?

A MORTE DA MINHA MÃE

15- Tinha amigos? Da área de residência e/ou da escola e/ou de atividades a que se dedicasse à época

Muito Poucos

#### Percurso escolar/trabalho

##### Escola

16- Gostava da escola?

Muito Pouco

17- Como se caracteriza enquanto aluno?

Um pouco REBELDE

23- Depois desse trabalho teve outros?

VAREZAS A AO FURTO POLICIA

### Reclusão

24- Qual a razão que o levou à prisão?

INJUSTICA DA VIOLENCIA DOMESTICA

25- Já tinha estado preso antes?

NÃO

26- Como descreve o seu sentimento quando soube/percebeu que iria cumprir pena de prisão?

REVOZTA E A PENALIDADE  
FOI UMA CASALTA

27- Como foi a sua adaptação à condição de recluso?

MUITO MAL

a. Pode descrever o seu dia-a-dia? (adaptação, o que sentiu mais falta, ocupação do tempo, relações com outros presos)

falta de tudo

28- Dentro da prisão esteve envolvido em algum programa de reinserção? Se não, porquê? Se sim, qual e porque é que participou? Pode descrever a experiência?

isso é tudo uma variedade dos  
serviços, mas apoio os outros  
ajudados para a prisão como  
bichos ou animais

29- Como descreve o trabalho dos Técnicos de Reinserção Social dentro da prisão?

UMA CHABARDICE, BLÁ, BLÁ

a. Teve experiências diretas com algum destes profissionais? Se não, porquê? Se sim, qual a importância/contributo dessas experiências para o período em que esteve preso

Amigo Covas

30- Após o tempo em que esteve preso considera que houve alterações em si? Se sim, quais?

SEM

---

---

31- Na sua opinião e experiência pessoal, quais os aspetos positivos e negativos nas prisões?

Positivos, (nenhuns)  
Negativos, todos

---

---

---

---

---

### Reinserção

32- Quando soube que ia sair da prisão, o que desejou/projetou para si e para a sua vida no regresso à liberdade?

NADA NÃO SIRE APO? QUERER

---

---

---

---

33- Quais foram as suas motivações no período de reinserção?

ESPERAR

34- Como caracteriza o seu processo de reinserção relativamente à relação/ao trabalho com os Técnicos de Reinserção Social?

NADA

35- Sentiu alguma discriminação por parte da sociedade devido a ser um ex-recluso/a? Pode dar exemplos

SERIA BASTANTES

---

---

---

---

---

---

---

36- Atualmente, está inserido no mercado de trabalho? Se sim, que ocupação/profissão tem? Onde e como conseguiu esse trabalho?

NÃO TRABALHO NA CARREIRA BUS  
APÓS SER OPERÁRIO, DEIXEI DE TR

---

---

---

37- Como descreve a sua atual situação de emprego?

a. Rendimento, relação com colegas e/ou clientes

NÃO

---

---

---

---

38- Quais as principais alterações que a sua vida teve, face à vida que tinha antes de ter cumprido pena?

foi -

---

---

---

---

---

---

---

39- Hoje, se pudesse, o que mudaria no seu percurso de vida? Porquê?

NADA SEMPRE A MESMA PESSOA

---

---

---

---

---

---

---

## Anexo E – ENTREVISTA DE MANUEL

- 4- Ocupação/profissão dos pais ou dos que tenham sido os seus cuidadores caso tenha crescido, por exemplo, com avós ou tios?

Serralheiro / Repositora

- 5- Irmãos, número e sexo, e relação de fratria, se possível atual ocupação/profissão destes

2 irmãs (vendedora comercial e Empregada de Balcão)

- 6- Durante o seu crescimento, quem foram os adultos (grau de parentesco) que o acompanharam/educaram?

Pai e Mãe (até aos 14 anos), depois só Pai.

- 7- Considera que teve apoio da sua família no seu processo de crescimento?

Sim

Contexto familiar atual

8- Com quem coabitava antes de se encontrar na situação de reclusão?

Esposa (União de Facto) e filha com 5 anos

9- Estado civil (solteiro, união de facto, divorciado, viúvo)

Divorciado

10- Tem filhos? Quantos? Sexo e idade?

Sim, 2, um masculino (23) e um feminino (8)

11- Se tem filhos, acompanha o processo de crescimento deles?

Dentro do possível

a. Como descreve a relação que tem com os seus filhos?

Com o meu filho - relação distante (está detido no E.P. da Carregueira)

12- Local de residência

Associação "O Companheiro"

Percurso de vida

Infância/Juventude

13- Pode descrever-se brevemente enquanto criança e jovem?

Infância e Adolescência feliz e tranquila  
Perturbada com separação dos Pais

a. Quais os seus interesses?

Desporto / leitura / Jogos Consola

i. Como ocupava os seus tempos livres?

Brincar na rua, sair com os pais,  
televisão

b. O que desejava/pensava que pudesse vir a ser a sua vida adulta?

Desejava seguir o modelo de educação que  
me foi transmitida pelo meu pai.

14- É possível contar-me episódios que considere que tenham marcado o seu crescimento?

Alguns episódios de violência doméstica, que culminaram na separação dos pais.  
Tentativa de suicídio com 21 anos por desilusão amorosa (fragilidade)

15- Tinha amigos? Da área de residência e/ou da escola e/ou de atividades a que se dedicasse à época

Sim, bastantes

#### Percurso escolar/trabalho

##### Escola

16- Gostava da escola?

Sim

17- Como se caracteriza enquanto aluno?

Muito aplicado, gosto de estudar, metódico

18- Teve professores que considera terem sido importantes no seu percurso de vida?

Poucos

19- Até que idade frequentou a escola? Se abandonou cedo a escola, é possível referir as razões?

Até aos 19 anos

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Trabalho

20- Em que idade começou a trabalhar.

20 anos

21- Onde começou e que trabalho fazia?

oficina Material Sinalização Aeroportuária na Amora

22- Como conseguiu/arranjou esse trabalho?

Contatos amigos

a. Pode descrever o seu dia-a-dia? (adaptação, o que sentiu mais falta, ocupação do tempo, relações com outros presos)

Dificuldade nas rotinas, em estar fechado,  
senti falta de liberdade e da família,  
relações distantes com restantes reclusos

28- Dentro da prisão esteve envolvido em algum programa de reinserção?  
Se não, porquê? Se sim, qual e porque é que participou? Pode descrever a experiência?

Sim estive, Programa VIDA - Agressores de  
Violência Doméstica. Experiência muito enrique-  
cedora e positiva

29- Como descreve o trabalho dos Técnicos de Reinserção Social dentro da prisão?

Globalmente Satisfatória

a. Teve experiências diretas com algum destes profissionais? Se não, porquê? Se sim, qual a importância/contributo dessas experiências para o período em que esteve preso

Sim, permitiram-me ganhar novas competências humanas e sociais no futuro.

30- Após o tempo em que esteve preso considera que houve alterações em si? Se sim, quais?

Sim, maior auto estima, maior tolerância, serenidade, amor por mim proprio e pelos outros

---

---

31- Na sua opinião e experiência pessoal, quais os aspetos positivos e negativos nas prisões?

Quando se entra numa cadeia, existem 2 ca-  
minhos: o da reinserção, e melhoria de com-  
petências, ou sai-se pior se não querermos.

---

---

---

---

### Reinserção

32- Quando soube que ia sair da prisão, o que desejou/projetou para si e para a sua vida no regresso à liberdade?

Reinserção e reintegração Social e laboral por  
fases, com apoio da instituição, e recuperar  
a auto-estima.

---

---

33- Quais foram as suas motivações no período de reinserção?

Recuperar domicilio, trabalhar, recuperar o apoio da família e amigos

34- Como caracteriza o seu processo de reinserção relativamente à relação/ao trabalho com os Técnicos de Reinserção Social?

Muito positiva de sucesso.

35- Sentiu alguma discriminação por parte da sociedade devido a ser um ex-recluso/a? Pode dar exemplos

Por enquanto, apenas em proximidade nas relações pessoais

---

---

---

---

---

---

36- Atualmente, está inserido no mercado de trabalho? Se sim, que ocupação/profissão tem? Onde e como conseguiu esse trabalho?

Sim, operador de call-center na teleperformance,  
com currículo enviado.

---

---

---

37- Como descreve a sua atual situação de emprego?

a. Rendimento, relação com colegas e/ou clientes

Rendimento meritorio, relações normais.

---

---

---

38- Quais as principais alterações que a sua vida teve, face à vida que tinha antes de ter cumprido pena?

Perda da casa, trabalho, afastamento da família, perda de amigos e ruptura na relação que tinha.

---

---

---

39- Hoje, se pudesse, o que mudaria no seu percurso de vida? Porquê?

Não teria de certeza cometido o crime.

---

---

---

---

---

## Anexo F – ENTREVISTA DE FRANCISCO

### Guião de entrevista – Ex-reclusos/as

Esta recolha de dados surge para obter o grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária pela Escola Superior de Educação de Lisboa. O tema da dissertação é “Reinserção de ex-reclusos na sociedade”.

O guião será usado exclusivamente para fins académicos.

## Caracterização pessoal e familiar

### **40- Sexo, Idade, naturalidade e nacionalidade**

Masculino, 30 anos, campo grande, portuguesa

### **41- Qualificações académicas/ano de escolaridade mais alto alcançado**

6º Ano. Frequentei o 7º mas não terminei

### **42- Ocupação/profissão antes de se encontrar na condição de recluso**

Servente

## Contexto Familiar

### Contexto familiar de origem

### **43- Ocupação/profissão dos pais ou dos que tenham sido os seus cuidadores caso tenha crescido, por exemplo, com avós ou tios?**

Não sei. Não mantive ligação com eles. A minha avó era doméstica.

### **44- Irmãos, número e sexo, e relação de fratria, se possível atual ocupação/profissão destes**

Tenho dois irmãos, mas não fui criado com eles. não sei o que fazem agora

### **45- Durante o seu crescimento, quem foram os adultos (grau de parentesco) que o acompanharam/educaram?**

Avó materna e depois estive numa instituição quando esta faleceu. Ainda estive com uma avó paterna porque a minha mãe não quis ficar comigo.

**46- Considera que teve apoio da sua família no seu processo de crescimento?**

Não muito. A minha avó já era mais velha quando me acolheu, tive 6 anos com ela. Depois fui para uma instituição e fugi aos 12 anos...sei que foi um erro porque podia ter aprendido alguma coisa com os técnicos de lá. Depois disso fiquei à minha responsabilidade, ainda estive com a minha mãe uns tempos e depois ela tentou que eu fosse para a avó paterna, mas eu não quis.

Contexto familiar atual

**47- Com quem coabitava antes de se encontrar na situação de reclusão?**

Com uma companheira, mãe da minha filha.

**48- Estado civil (solteiro, união de facto, divorciado, viúvo)**

Solteiro

**49- Tem filhos? Quantos? Sexo e idade?**

Sim. Uma menina de 11 anos

**50- Se tem filhos, acompanha o processo de crescimento deles?**

Não. Nunca a conheci.

**a. Como descreve a relação que tem com os seus filhos?**

N/R

**51- Local de residência**

Associação O Companheiro

Percurso de vida

Infância/Juventude

**52- Pode descrever-se brevemente enquanto criança e jovem?**

Era muito regila. Não me interessava pela escola só pelas traquinices e com as companhias acabei por cometer vários crimes ainda em criança.

**a. Quais os seus interesses?**

Gosto de música.

**i. Como ocupava os seus tempos livres?**

Bem, estive preso alguns anos por isso só agora vou ter tempos livres.

**b. O que desejava/pensava que pudesse vir a ser a sua vida adulta?**

Sinceramente nunca pensei nisso. Andava numa vida que não me facilitava. Mas quero muito estar com a minha filha.

**53- É possível contar-me episódios que considere que tenham marcado o seu crescimento?**

Tive muitos. Quando a avó faleceu, quando fui institucionalizado, quando a minha filha nasceu e não pude conhece-la.

**54- Tinha amigos? Da área de residência e/ou da escola e/ou de atividades a que se dedicasse à época**

Sim, mas não eram bons amigos. Eram amigos da instituição e da escola

Percurso escolar/trabalho

Escola

**55- Gostava da escola?**

Nem por isso.

**56- Como se caracteriza enquanto aluno?**

Era muito reguila e pouco interessado. Ia mais pela brincadeira.

**57- Teve professores que considera terem sido importantes no seu percurso de vida?**

Não.

**58- Até que idade frequentou a escola? Se abandonou cedo a escola, é possível referir as razões?**

Até aos 12 anos. Acabei por desistir porque fugi da instituição e não tinha como me sustentar

### Trabalho

**59- Em que idade começou a trabalhar.**

Pouco trabalhei. Devia ter uns 17 anos

**60- Onde começou e que trabalho fazia?**

Na construção civil.

**61- Como conseguiu/arranjou esse trabalho?**

Fui a uma obra e fiquei.

**62- Depois desse trabalho teve outros?**

Não. Fui preso. Trabalhei na faxina no EP...

### Reclusão

**63- Qual a razão que o levou à prisão?**

Vários processos: furto, roubo, porte de arma ilegal, condução sem habilitação...

**64- Já tinha estado preso antes?**

Não

**65- Como descreve o seu sentimento quando soube/percebeu que iria cumprir pena de prisão?**

Epa acho que nem queria acreditar. Estava a pagar pelo que fui fazendo, sabia que merecia, mas não era isso que pretendia.

**66- Como foi a sua adaptação à condição de recluso?**

Foi difícil. Habitado a ser livre e dono de mim próprio desde muito pequeno ficar privado de liberdade foi difícil.

**a. Pode descrever o seu dia-a-dia? (adaptação, o que sentiu mais falta, ocupação do tempo, relações com outros presos)**

Dependia. Tive a estudar, mas não terminei os cursos porque queria era trabalhar para ganhar algum. Quando trabalhava era isso, acordava e ia trabalhar, no fim do dia retomava à cela. E depois não tinha muitas competências laborais que não estava habituado a trabalhar, mas preferi isso

**67- Dentro da prisão esteve envolvido em algum programa de reinserção? Se não, porquê? Se sim, qual e porque é que participou? Pode descrever a experiência?**

Não. Porque nunca ouvi falar nisso

**68- Como descreve o trabalho dos Técnicos de Reinserção Social dentro da prisão?**

Não sei. Tive algumas vezes com o meu técnico mas pouco. Agora quando estava para sair é que me chamaram mais para me encaminharem

**a. Teve experiências diretas com algum destes profissionais? Se não, porquê? Se sim, qual a importância/contributo dessas experiências para o período em que esteve preso**

Tive alguns atendimentos.

**69- Após o tempo em que esteve preso considera que houve alterações em si? Se sim, quais?**

Acho que passei a dar mais importância à liberdade. O facto de não conhecer a minha filha por causa da prisão marcou-me muito. Quero retomar o tempo perdido.

**70- Na sua opinião e experiência pessoal, quais os aspetos positivos e negativos nas prisões?**

Não sei. Positivos não vejo. Aquilo é outro mundo. Mas ao menos aprendi a valorizar o que tenho e não pretendo cometer mais crimes.

### Reinserção

**71- Quando soube que ia sair da prisão, o que desejou/projetou para si e para a sua vida no regresso à liberdade?**

Primeiro desejei ter onde ficar porque não tenho família e a que tenho não me pode acolher. Depois pensei logo na minha filha e em contatar com ela. E agora desejo organizar a minha vida

**72- Quais foram as suas motivações no período de reinserção?**

A minha filha e o facto de ser jovem e ainda poder organizar a vida.

**73- Como caracteriza o seu processo de reinserção relativamente à relação/ao trabalho com os Técnicos de Reinserção Social?**

Não sei o que é isso. Porque lá dentro não senti que preparasse muito a minha saída. Sei lá.

**74- Sentiu alguma discriminação por parte da sociedade devido a ser um ex-recluso/a? Pode dar exemplos**

Não tive ainda muito tempo para sentir isso mas acredito que para arranjar trabalho seja mais difícil. Isso e a família não acreditar que mudei. Isso marca.

**75- Atualmente, está inserido no mercado de trabalho? Se sim, que ocupação/profissão tem? Onde e como conseguiu esse trabalho?**

Ainda não estou no mercado de trabalho

**76- Como descreve a sua atual situação de emprego?**

**a. Rendimento, relação com colegas e/ou clientes**

N/R

**77- Quais as principais alterações que a sua vida teve, face à vida que tinha antes de ter cumprido pena?**

Estou numa instituição, outra vez, não é o que pretendo para a minha vida mas sei que é necessário e já estou habituado. A maior alteração é que antes de ir preso tinha a vida muito desorganizado. Agora quero organizar

**78- Hoje, se pudesse, o que mudaria no seu percurso de vida? Porquê?**

Não cometia crimes, não tinha saído da instituição pois tenho a certeza de que o meu comportamento tinha sido outro.

## **Anexo G – ENTREVISTA DE PEDRO**

### **Guião de entrevista – Ex-reclusos/as**

Esta recolha de dados surge para obter o grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária pela Escola Superior de Educação de Lisboa. O tema da dissertação é “Reinserção de ex-reclusos na sociedade”.

O guião será usado exclusivamente para fins académicos.

#### Caracterização pessoal e familiar

**79- Sexo, Idade, naturalidade e nacionalidade**

Masculino, 54 anos, espinho, portuguesa

**80- Qualificações académicas/ano de escolaridade mais alto alcançado**

4º Ano.

**81- Ocupação/profissão antes de se encontrar na condição de recluso**

Construção civil

## Contexto Familiar

### Contexto familiar de origem

**82- Ocupação/profissão dos pais ou dos que tenham sido os seus cuidadores caso tenha crescido, por exemplo, com avós ou tios?**

A minha mãe era empregada de limpezas e o meu pai era carpinteiro.

**83- Irmãos, número e sexo, e relação de fratria, se possível atual ocupação/profissão destes**

Tenho 3 irmãos. Mas não tenho contato com eles agora. Sei que um deles esteve preso e saiu também agora.

**84- Durante o seu crescimento, quem foram os adultos (grau de parentesco) que o acompanharam/educaram?**

Os meus pais.

**85- Considera que teve apoio da sua família no seu processo de crescimento?**

Sim. Creio que tive uma ótima educação e o caminho que segui a culpa foi minha.

### Contexto familiar atual

**86- Com quem coabitava antes de se encontrar na situação de reclusão?**

Sozinho.

**87- Estado civil (solteiro, união de facto, divorciado, viúvo)**

Solteiro

**88- Tem filhos? Quantos? Sexo e idade?**

Não

**89- Se tem filhos, acompanha o processo de crescimento deles?**

**a. Como descreve a relação que tem com os seus filhos?**

N/R

**90- Local de residência**

Associação O Companheiro

Percurso de vida

Infância/Juventude

**91- Pode descrever-se brevemente enquanto criança e jovem?**

Era uma criança calma e em jovem comecei a seguir más companhias e meti-me nas drogas. Estraguei aí a minha vida.

**a. Quais os seus interesses?**

Não tenho muitos agora

**i. Como ocupava os seus tempos livres?**

Leio

**b. O que desejava/pensava que pudesse vir a ser a sua vida adulta?**

Pensei que podia construir uma família e ter uma vida estável.

**92- É possível contar-me episódios que considere que tenham marcado o seu crescimento?**

Não sei bem. Quando fui preso acho que foi o mais marcante. Ver as reações da minha mãe foi difícil.

**93- Tinha amigos? Da área de residência e/ou da escola e/ou de atividades a que se dedicasse à época**

Não. Os que tinham claramente não eram amigos. Foi com eles que comecei a cometer crimes.

## Percurso escolar/trabalho

### Escola

**94- Gostava da escola?**

Sim

**95- Como se caracteriza enquanto aluno?**

Era aplicado.

**96- Teve professores que considera terem sido importantes no seu percurso de vida?**

Não.

**97- Até que idade frequentou a escola? Se abandonou cedo a escola, é possível referir as razões?**

Até aos 11. Depois tive que ir trabalhar e desisti

### Trabalho

**98- Em que idade começou a trabalhar.**

Com 12.

**99- Onde começou e que trabalho fazia?**

Estava numa padaria em leiria.

**100- Como conseguiu/arranjou esse trabalho?**

Conhecimentos na zona. Já conhecia o meu patrão e ele deu-me a oportunidade. Precisava de ajudar em casa.

**101- Depois desse trabalho teve outros?**

Sim. Construção civil, restauros, calceteiro ..

## Reclusão

### **102- Qual a razão que o levou à prisão?**

Foi porque comecei a cometer assaltos à mão armada para poder sustentar os meus consumos.

### **103- Já tinha estado preso antes?**

Não

### **104- Como descreve o seu sentimento quando soube/percebeu que iria cumprir pena de prisão?**

Fiquei mesmo triste, mas sabia que era o correto. Mais tarde ou mais cedo ia acontecer.

### **105- Como foi a sua adaptação à condição de recluso?**

Foi difícil e foi fácil. Sou muito pacato e por isso andei sempre na minha vida sem me meter com ninguém. Acabei por me ir adaptando e não pensei muito nisso

#### **a. Pode descrever o seu dia-a-dia? (adaptação, o que sentiu mais falta, ocupação do tempo, relações com outros presos)**

De manhã levantava-me e fazia a minha higiene, ia trabalhar e no fim do dia voltava a cela. Não me chateava com ninguém e nem tinha muitos amigos. Era mais ou menos isto.

### **106- Dentro da prisão esteve envolvido em algum programa de reinserção? Se não, porquê? Se sim, qual e porque é que participou? Pode descrever a experiência?**

Não. Não estive envolvido porque nunca me envolveram.

### **107- Como descreve o trabalho dos Técnicos de Reinserção Social dentro da prisão?**

Uiii. Tive grandes discussões com o meu técnico que não confiava em mim e me negou muitas precárias. Fiz-lhe ver que estava errado. não foi nada bom para o meu percurso.

**a. Teve experiências diretas com algum destes profissionais? Se não, porquê? Se sim, qual a importância/contributo dessas experiências para o período em que esteve preso**

Tive atendimentos e pedi para ter vários. Mas é como lhe disse, não gostava nada do meu técnico. Acho que não me quis conhecer bem e baseou-se no que leu do meu percurso.

**108- Após o tempo em que esteve preso considera que houve alterações em si? Se sim, quais?**

Acho que sim. Valorizar mais o que tenho cá fora, afastei a minha família porque não queria que sofressem e isso deixou-me muito triste. Agora vou demorar a retomar essas relações.

**109- Na sua opinião e experiência pessoal, quais os aspetos positivos e negativos nas prisões?**

Não vejo grandes aspetos positivos. Aquilo não é bom para ninguém. Acho que a maioria nem aprende nada quando la entra e sai e volta ao mesmo caminho.

## Reinserção

**110- Quando soube que ia sair da prisão, o que desejou/projetou para si e para a sua vida no regresso à liberdade?**

Desejei arranjar um sítio onde ficar para poder organizar-me e por isso é que vim para a associação. Pois assim acho que tenho mais tempo para arranjar trabalho e me organizar financeiramente para sair.

**111- Quais foram as suas motivações no período de reinserção?**

Não sei. A minha família, o facto de ainda me querer construir a minha vida pois a antiga não quero mais para mim.

**112- Como caracteriza o seu processo de reinserção relativamente à relação/ao trabalho com os Técnicos de Reinserção Social?**

Qual processo? Quando os técnicos se baseiam no que leem em vez de falarem com as pessoas não sei que processo tenho.

**113- Sentiu alguma discriminação por parte da sociedade devido a ser um ex-recluso/a? Pode dar exemplos**

Ainda não tive muito tempo para perceber isso porque sai há umas semanas, mas até agora não senti nada. Aqui todos somos iguais e bem tratados.

**114- Atualmente, está inserido no mercado de trabalho? Se sim, que ocupação/profissão tem? Onde e como conseguiu esse trabalho?**

Comecei na segunda num protocolo na CML. Consegui esse trabalho através da ajuda da instituição. É um protocolo que eles têm. Agora tenho que procurar emprego.

**115- Como descreve a sua atual situação de emprego?**

**a. Rendimento, relação com colegas e/ou clientes**

Acho o rendimento justo e bom para me organizar. Mas quero receber mais tenho que procurar emprego a contrato. Dou-me bem com todos.

**116- Quais as principais alterações que a sua vida teve, face à vida que tinha antes de ter cumprido pena?**

Agora vivo numa instituição com outros homens no mesmo quarto. Nunca passei por isso antes.

**117- Hoje, se pudesse, o que mudaria no seu percurso de vida? Porquê?**

Mudaria muita coisa. Não tinha começado a consumir drogas e provavelmente assim não teria cometido crimes. Mas a vida é assim. Agora já está é mudar o que conseguir daqui pra frente.

## Anexo H – ENTREVISTA DE MARCO

- 4- Ocupação/profissão dos pais ou dos que tenham sido os seus cuidadores caso tenha crescido, por exemplo, com avós ou tios?

Mãe agricultora pai faleceu muito cedo

- 5- Irmãos, número e sexo, e relação de fratria, se possível atual ocupação/profissão destes

relativamente somos muitos  
15 irmãos que cada um formados  
estes estudantes

- 6- Durante o seu crescimento, quem foram os adultos (grau de parentesco) que o acompanharam/educaram?

Como dizer foi quem me cuidava  
tanta da mãe

- 7- Considera que teve apoio da sua família no seu processo de crescimento?

Pouco mas teve que era mais da mãe

Contexto familiar atual

8- Com quem coabitava antes de se encontrar na situação de reclusão?

apartamento social

9- Estado civil (solteiro, união de facto, divorciado, viúvo)

solteiro

10- Tem filhos? Quantos? Sexo e idade?

Não

11- Se tem filhos, acompanha o processo de crescimento deles?

/

a. Como descreve a relação que tem com os seus filhos?

/

12- Local de residência

---

Percurso de vida

Infância/Juventude

13- Pode descrever-se brevemente enquanto criança e jovem?

Cresci praticamente num hospital e tive  
liberdade muito cedo; estava

a. Quais os seus interesses?

continuar a seguir os projetos  
que planei para minha vida, casa, família

i. Como ocupava os seus tempos livres?

musica e estudos creativos  
artes plásticas

b. O que desejava/pensava que pudesse vir a ser a sua vida adulta?

Não eram simplesmente  
aventura momentânea

14- É possível contar-me episódios que considere que tenham marcado o seu crescimento?

Não porque cada dia dar o  
meu máximo para esquecer mas  
que mesmo assim me focava  
para formar uma outra pessoa

15- Tinha amigos? Da área de residência e/ou da escola e/ou de  
atividades a que se dedicasse à época

Este era o meu tema fazer  
amigos

#### Percurso escolar/trabalho

##### Escola

16- Gostava da escola?

Nem por isso

17- Como se caracteriza enquanto aluno?

Um aluno bem colado e curioso

18- Teve professores que considera terem sido importantes no seu  
percurso de vida?

Não

19- Até que idade frequentou a escola? Se abandonou cedo a escola, é possível referir as razões?

Andei na escola até o 10º ano, um  
vez que estava a fazer uma formação  
que não era do meu agrado, também  
estava as condições de substâncias  
interferentes

#### Trabalho

20- Em que idade começou a trabalhar.

Aos 15

21- Onde começou e que trabalho fazia?

Oficina de bate chapa

22- Como conseguiu/arranjou esse trabalho?

era oficina do meu pai

23- Depois desse trabalho teve outros?

severidade da justiça.

### Reclusão

24- Qual a razão que o levou à prisão?

tentativa de homicídio

25- Já tinha estado preso antes?

Não

26- Como descreve o seu sentimento quando soube/percebeu que iria cumprir pena de prisão?

medo que foi um susto muito constante e isolamento que veio em si a depressão

27- Como foi a sua adaptação à condição de recluso?

Muito difícil

---

29- Como descreve o trabalho dos Técnicos de Reinserção Social dentro da prisão?

Eu estive de passagem pouco mais  
mais e não que me levou a suspensão  
de 7 a nos e 9 meses

a. Teve experiências diretas com algum destes profissionais? Se não, porquê? Se sim, qual a importância/contributo dessas experiências para o período em que esteve preso

Sem no apoio psicológico a  
suvidade

30- Após o tempo em que esteve preso considera que houve alterações em si? Se sim, quais?

deceio e desfeso por certas atitudes  
espontaneo agressivo

---

31- Na sua opinião e experiência pessoal, quais os aspectos positivos e negativos nas prisões?

Pelo tempo que falei que tudo bom que se encontra nas prisões é o tempo que a gente tem e muito para a gente pensar e refletir.

De negativo a liberdade que se não temo por nada e querer ou por isso prefero morrer mais leve.

### Reinserção

32- Quando soube que ia sair da prisão, o que desejou/projetou para si e para a sua vida no regresso à liberdade?

Mel é uma coisa, mas a que eu não me esquecerei é que farei ali eu não espero voltar, e deixo esse tanto que todos os dias deva graças a Deus.

33- Quais foram as suas motivações no período de reinserção?

Descobri realmente o que me levou  
a ter que agir assim? e a me controlar.  
Para que um dia não tenha que  
voltar por aquele lugar ou pior se a  
saber daí

34- Como caracteriza o seu processo de reinserção relativamente à  
relação/ao trabalho com os Técnicos de Reinserção Social?

Positivo e uma vez que ero o melhor  
meio de me safar do buraco em  
que me meti.

35- Sentiu alguma discriminação por parte da sociedade devido a ser um  
ex-recluso/a? Pode dar exemplos

Por pouco senti mas na verdade era eu  
que me estava a discriminar

De uma forma me estava sentar como  
inútil quem vai fazer de um ex presidente  
ex presidente.

36- Atualmente, está inserido no mercado de trabalho? Se sim, que  
ocupação/profissão tem? Onde e como conseguiu esse trabalho?

foi no gen foi através de um contacto  
que foi para a associação comunitária  
foi por este meio que se assim  
consegui trabalho.

37- Como descreve a sua atual situação de emprego?

a. Rendimento, relação com colegas e/ou clientes

estável e participativo tanto  
com os colegas em geral.

38- Quais as principais alterações que a sua vida teve, face à vida que tinha antes de ter cumprido pena?

Uma vez que ainda estou em prisão  
sufre-se teve bastante alterações, como  
mesmo uma vez que estou ambicioso nos  
meus objectivos futuros de vida estou  
mais confiante que, e isso mesmo que eu  
quero fazer mais

39- Hoje, se pudesse, o que mudaria no seu percurso de vida? Porquê?

Nada não mudaria porque já tive  
muitas saudades que já chego o ponto  
de ter medo do amanhã se orgulhar  
do presente e esquecer o passado.

## Anexo I – ENTREVISTA DE PAULO

### Guião de entrevista – Ex-reclusos/as

Esta recolha de dados surge para obter o grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária pela Escola Superior de Educação de Lisboa. O tema da dissertação é “Reinserção de ex-reclusos na sociedade”.

O guião será usado exclusivamente para fins académicos.

#### Caracterização pessoal e familiar

**118- Sexo, Idade, naturalidade e nacionalidade**

Masculino, 64 anos, moura, portuguesa

**119- Qualificações académicas/ano de escolaridade mais alto alcançado**

5º Ano

**120- Ocupação/profissão antes de se encontrar na condição de recluso**

Pedreiro

#### Contexto Familiar

##### Contexto familiar de origem

**121- Ocupação/profissão dos pais ou dos que tenham sido os seus cuidadores caso tenha crescido, por exemplo, com avós ou tios?**

A mãe era doméstica e o pai era agricultor

**122- Irmãos, número e sexo, e relação de fratria, se possível atual ocupação/profissão destes**

Eramos 7 irmãos. Alguns já faleceram. Só mantenho contato com 2.

Uma é empregada de limpezas e o outro está na construção civil.

**123- Durante o seu crescimento, quem foram os adultos (grau de parentesco) que o acompanharam/educaram?**

Os meus pais e uma avó materna.

**124- Considera que teve apoio da sua família no seu processo de crescimento?**

Considero que em parte tive sim. Os meus pais eram pessoas que se preocupavam, mas, apesar de não ser o mais velho, fui sempre eu que ajudei nas tarefas domésticas e a cuidar dos meus irmãos. Isso fez-me crescer mais depressa.

Contexto familiar atual

**125- Com quem coabitava antes de se encontrar na situação de reclusão?**

Com uma das minhas companheiras, que acabou por falecer.

**126- Estado civil (solteiro, união de facto, divorciado, viúvo)**

Solteiro

**127- Tem filhos? Quantos? Sexo e idade?**

não

**128- Se tem filhos, acompanha o processo de crescimento deles?**

N/R

**a. Como descreve a relação que tem com os seus filhos?**

N/R

**129- Local de residência**

Associação O Companheiro

## Percurso de vida

### Infância/Juventude

#### **130- Pode descrever-se brevemente enquanto criança e jovem?**

Era muito energético. Gostava de estar sempre a fazer alguma coisa. Por isso é que era sempre eu que ajudava em casa.

##### **a. Quais os seus interesses?**

N/R

##### **i. Como ocupava os seus tempos livres?**

A ajudar os meus pais e a cuidar dos meus irmãos.

##### **b. O que desejava/pensava que pudesse vir a ser a sua vida adulta?**

Pensei em construir família e que ia ter um trabalho e uma casa. Uma vida organizada.

#### **131- É possível contar-me episódios que considere que tenham marcado o seu crescimento?**

Tantos. O falecimento dos meus pais por exemplo.

#### **132- Tinha amigos? Da área de residência e/ou da escola e/ou de atividades a que se dedicasse à época**

Sim, da escola

## Percurso escolar/trabalho

### Escola

#### **133- Gostava da escola?**

Sim, gostava muito. Mais pela brincadeira.

**134- Como se caracteriza enquanto aluno?**

Era bem comportado, mas nunca tive grande cabeça para estudar

**135- Teve professores que considera terem sido importantes no seu percurso de vida?**

Não.

**136- Até que idade frequentou a escola? Se abandonou cedo a escola, é possível referir as razões?**

Tinha 11 anos. Tive que sair para ajudar em casa e começar a trabalhar. Eramos uma família grande e tínhamos poucas condições financeiras.

#### Trabalho

**137- Em que idade começou a trabalhar.**

11 anos.

**138- Onde começou e que trabalho fazia?**

Na agricultura com os meus pais.

**139- Como conseguiu/arranjou esse trabalho?**

O meu pai trabalhava nessa área.

**140- Depois desse trabalho teve outros?**

Sim. Panificação, jardinagem, construção civil, mercearia, pedreiro...

#### Reclusão

**141- Qual a razão que o levou à prisão?**

Furto qualificado. Bem, as razões que me levaram a cometer crimes são simples: não estava a conseguir encontrar trabalho, a minha companheira era uma pessoa doente e precisava de remédios e eu comecei os assaltos para conseguir obter dinheiro rápido.

**142- Já tinha estado preso antes?**

Não

**143- Como descreve o seu sentimento quando soube/percebeu que iria cumprir pena de prisão?**

Fui preso exatamente quando comecei a organizar a minha vida. Tinha iniciado o trabalho naquele dia e foram-me buscar. Percebi que tinha perdido tudo.

**144- Como foi a sua adaptação à condição de recluso?**

Foi difícil. Nunca fui de estar parado e fechado. Foi uma fase muito complicada.

**a. Pode descrever o seu dia-a-dia? (adaptação, o que sentiu mais falta, ocupação do tempo, relações com outros presos)**

Assim que entrei tentei começar logo a trabalhar. Achei que assim seria mais fácil. E assim foi. Durante o dia estava ocupado e retomava à minha cela ao final do dia de trabalho. Sempre cumpri com o que me foi pedido, sempre me portei bem, por isso tive imensas precárias. A relação com os outros era boa, nunca tive problemas, dou-me bem com toda a gente.

**145- Dentro da prisão esteve envolvido em algum programa de reinserção? Se não, porquê? Se sim, qual e porque é que participou? Pode descrever a experiência?**

Não existem programas disso nas prisões. Ou pelo menos não sei de nada.

**146- Como descreve o trabalho dos Técnicos de Reinserção Social dentro da prisão?**

Não consigo descrever. Acho que eles têm demasiados reclusos para atender e pouco sabem de cada um. Não fiz trabalho nenhum na prisão com técnicos.

**a. Teve experiências diretas com algum destes profissionais? Se não, porquê? Se sim, qual a importância/contributo dessas experiências para o período em que esteve preso**

Tive alguns atendimentos, nada de importante.

**147- Após o tempo em que esteve preso considera que houve alterações em si? Se sim, quais?**

Passei a valorizar mais a minha liberdade. Aprendi a não dar confiança a toda a gente porque nem todos merecem.

**148- Na sua opinião e experiência pessoal, quais os aspetos positivos e negativos nas prisões?**

Não vejo muitos aspetos positivos, mas acho que foi uma experiência que me fez entender que nada justifica cometer crimes. Não preciso disso, posso pedir ajuda. Não é bom estar preso, mas pelo menos que sirva para quem sofre com isso para não voltar a cometer crimes.

Negativos é mais a liberdade que se perde. O querer falar com pessoas conhecidas e não poderes, o querer sair e não poderes.

### Reinserção

**149- Quando soube que ia sair da prisão, o que desejou/projetou para si e para a sua vida no regresso à liberdade?**

Pensei logo em arranjar trabalho, mas como sabia que não ia conseguir logo e não tinha dinheiro pensei em pedir ajuda a uma instituição.

**150- Quais foram as suas motivações no período de reinserção?**

Pensar em organizar outra vez a minha vida. Não recuperar o que perdi porque, entretanto, a vida que tinha acabou, mas organizar tudo, encontrar uma mulher para fazer vida.

**151- Como caracteriza o seu processo de reinserção relativamente à relação/ao trabalho com os Técnicos de Reinserção Social?**

Os técnicos com quem me cruzei só tenho coisas boas a dizer. Foi com o apoio deles que encontrei trabalho, comecei a organizar-me e agora sou encarregado da Instituição porque têm grande confiança em mim.

**152- Sentiu alguma discriminação por parte da sociedade devido a ser um ex-recluso/a? Pode dar exemplos**

Não. Nem ligo a isso. Todos me conhecem aqui, todos me falam muito bem.

**153- Atualmente, está inserido no mercado de trabalho? Se sim, que ocupação/profissão tem? Onde e como conseguiu esse trabalho?**

Sou encarregado geral da Instituição. Acabei por dar apoio ao antigo encarregado e quando este faleceu fiquei a substituí-lo.

**154- Como descreve a sua atual situação de emprego?**

**a. Rendimento, relação com colegas e/ou clientes**

O rendimento não é alto, mas serve para as minhas despesas, e não me posso esquecer que não pago refeições nem casa, nem contas. Isso já é uma grande ajuda. Dou-me bem com todos.

**155- Quais as principais alterações que a sua vida teve, face à vida que tinha antes de ter cumprido pena?**

Vivo sozinho, muito mais focado no trabalho. As relações familiares também pioraram. Andamos aos poucos a estabelecer contato.

**156- Hoje, se pudesse, o que mudaria no seu percurso de vida? Porquê?**

Não sei. Acho que foi pelo percurso que cheguei até à instituição e gosto muito do que faço. Mas mudaria os crimes que cometi. Não teria estado na prisão.

